**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA**

RICARDO CORREIA CAMPOS JUNIOR

**Os usos da teoria dos polos de desenvolvimento no planejamento regional
brasileiro.**

Versão Corrigida

São Paulo
2020

RICARDO CORREIA CAMPOS JUNIOR

**Os usos da teoria dos polos de desenvolvimento no planejamento regional
brasileiro.**

Versão Corrigida

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciência: Geografia Humana.

Orientador: Prof. Dr. César Ricardo Simoni
Santos

São Paulo
2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

C95u Campos Jr, Ricardo Correia
Os usos da teoria dos polos de desenvolvimento no planejamento regional brasileiro. / Ricardo Correia Campos Jr ; orientador César Ricardo Simoni Santos. - São Paulo, 2020.
136 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. Área de concentração: Geografia Humana.

1. Economia Espacial. 2. Geografia. 3. Regionalização. 4. Circulação de ideias. I. Santos, César Ricardo Simoni, orient. II. Título.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Ricardo Correia Campos Junior

Data da defesa: 07 / Fev. / 2020

Nome do Prof. (a) orientador (a): Cesar Ricardo Simoni Santos

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 02/07/2020

(Cesar Ricardo Simoni Santos)

CAMPOS JR, Ricardo Correia. **Os usos da teoria dos polos de desenvolvimento no planejamento regional brasileiro**. Dissertação (Mestrado) apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Geografia Humana.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____
Instituição _____

Julgamento _____
Assinatura _____

Prof. Dr. _____
Instituição _____

Julgamento _____
Assinatura _____

Prof. Dr. _____
Instituição _____

Julgamento _____
Assinatura _____

Prof. Dr. _____
Instituição _____

Julgamento _____
Assinatura _____

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador pela disposição, compreensão e paciência na orientação. Isto me deu total liberdade para construir meus caminhos na pós-graduação. Portanto, as possíveis lacunas deste trabalho são de minha responsabilidade.

Agradeço aos novos amigos que o Departamento de Geografia da USP me aproximou.

Também agradeço a galera de convivência no CRUSP, pelo aprendizado construído, pelas partidas de xadrez e pelo companheirismo necessário na rotina universitária.

Agradeço aos amigos de sempre que estiveram próximos e não.

Agradeço aos membros da banca de defesa pela leitura minuciosa do trabalho e pelas contribuições para esta pesquisa.

Agradeço à todos os trabalhadores da secretária acadêmica e à todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana (PPGH) do Departamento de Geografia (DG) da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP).

Agradeço ao apoio da CAPES na etapa final desta pesquisa pelo período de bolsa concedida.

...devemos retomar de François Perroux a ideia, que ele legou aos geógrafos e solicitou que fosse testada no Brasil por um dos seus discípulos, Jacques Boudeville, de espaço banal. A ideia de espaço banal, mais do que nunca, deve ser levantada em oposição à noção que atualmente ganha terreno nas disciplinas territoriais: a noção de rede.

(MILTON SANTOS, [1994] 2005, p.256)

RESUMO

CAMPOS JR, Ricardo Correia. **Os usos da teoria dos polos de desenvolvimento no planejamento regional brasileiro**. 2020. 136 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

Esta pesquisa aprofundou-se na história da circulação transnacional da teoria dos polos de desenvolvimento, sua incursão na América Latina e o seu uso no planejamento regional destes países. Com isso, demonstramos o imbróglio teórico-metodológico e conceitual que reaproximou economistas e geógrafos na teoria e na prática do planejamento estatal dos países subdesenvolvidos durante a segunda metade do século XX. Nosso principal interesse recaiu sobre o Brasil, onde destacamos as instituições e os personagens que recepcionaram e divulgaram os pressupostos do desenvolvimento regional como estratégia para alcançar o desenvolvimento econômico e social do país, num contexto de transformações estruturais da sociedade e do território brasileiro. A partir de então, passou-se a fomentar uma nova regionalização do território nacional amparada nas noções de homogeneidade e polarização espacial. Por fim, pretendeu-se deixar uma contribuição para construir a história do planejamento do território brasileiro, a partir das contribuições da ciência geográfica.

Palavras-chave: Economia Espacial. Geografia. Regionalização. Circulação de ideias

ABSTRACT

CAMPOS JR, Ricardo Correia. **The uses of growth pole theory in Brazilian regional planning**. 2020. 136 f.. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

This research delved deeper into the history of the transnational circulation of growth pole theory, its incursion into Latin America and its use in the regional planning of these countries. With this, we demonstrate the theoretical-methodological and conceptual imbroglio that brought economists and geographers closer to the theory and practice of state planning in underdeveloped countries during the second half of the 20th century. Our main interest was in Brazil, where we highlight the institutions and characters that welcomed and disseminated the assumptions of regional development as a strategy to achieve the economic and social development of the country, in a context of structural transformations of Brazilian society and territory. Since then, a new regionalization of the national territory has been promoted, supported by the notions of homogeneity and spatial polarization. Finally, it was intended to make a contribution to build the history of planning the Brazilian territory, from the contributions of geographic science.

Keywords: Space Economics. Geography. Regionalization. Circulation of ideas

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1	54
Imagem 2	89
Imagem 3	93
Imagem 4	95

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BG	Boletim Geográfico
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CIBPU	Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí
CNG	Conselho Nacional de Geografia
EPEA	Escritório de Pesquisa Aplicada
EURE	Revista Latino-americana de Estudos Urbanos e Regionais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEDES	Instituto de Estudos de Desenvolvimento Econômico e Social
ILPES	Instituto Latino-americano e do Caribe de Planificação Econômica e Social
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
JK	Juscelino Kubitschek
PED	Programa Estratégico de Desenvolvimento
PIR	Plano de Industrialização Regional
RBG	Revista Brasileira de Geografia
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDECO	Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUDESUL	Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul
T.P.D.	Teoria dos Polos de Desenvolvimento
T.V.A.	<i>Tennessee Valley Authority</i>
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 – O PRESSUPOSTO TEÓRICO FRANCÊS DE FRANÇOIS PERROUX	29
1.1 INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO DE FRANÇOIS PERROUX E SEU CONTEXTO.	31
1.2 REVISITANDO A TEORIA DOS POLOS DE DESENVOLVIMENTO.	36
1.3 TEORIA DOS POLOS DE DESENVOLVIMENTO ENTRE AS TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL.	43
1.4 O ENLACE COM A GEOGRAFIA: A NOÇÃO DE POLARIZAÇÃO ESPACIAL.	46
CAPÍTULO 2 - A TRAJETÓRIA TRANSNACIONAL DA TEORIA DOS POLOS DE DESENVOLVIMENTO E SUA INSERÇÃO NA AMÉRICA LATINA	52
2.1 A INSERÇÃO TEÓRICA NA AMÉRICA LATINA	53
2.2 AS CRÍTICAS DA RECEPÇÃO TEÓRICA NA AMÉRICA LATINA.	63
2.3 CELSO FURTADO, UM ALUNO ATENTO DE FRANÇOIS PERROUX.	66
CAPÍTULO 3 – O USO DA TEORIA DOS POLOS DE DESENVOLVIMENTO NO SISTEMA DE PLANEJAMENTO ESTATAL BRASILEIRO	71
3.1 A RECEPÇÃO NA COMISSÃO INTERSTADUAL DA BACIA PARANÁ-URUGUAI – CIBPU	74
3.2 SUDENE E A EXPERIÊNCIA DAS SUPERINTENDÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DOS MILITARES: SUDAM, SUDECO, SUDESUL.	79
3.2.1 <i>Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE</i>	87
3.2.2 <i>Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM</i>	90
3.2.3 <i>Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO</i>	98
3.2.4 <i>Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul – SUDESUL</i>	102
3.3 O USO NO IBGE E SEUS VEÍCULOS DE DIVULGAÇÃO	104
CAPÍTULO 4 – CONCLUSÕES	122
REFERÊNCIAS	126
APÊNDICE A – ORGANIZAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO DOS TEXTOS PUBLICADOS NA REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA DO IBGE NA SEÇÃO COMENTÁRIOS SOBRE PLANEJAMENTO REGIONAL E URBANO,	

INDUSTRIALIZAÇÃO, REGIONALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO (1959-1982).

132

**APÊNDICE B – ORGANIZAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO DOS ARTIGOS
PUBLICADOS NA RBG SOBRE PLANEJAMENTO REGIONAL E URBANO,
INDUSTRIALIZAÇÃO, REGIONALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO (1956-1989).**

134

INTRODUÇÃO

Como é sabido, a preocupação com o planejamento econômico e social no capitalismo resulta de suas próprias crises, com maior atenção após a grande Depressão de 1929, quando na URSS, as mazelas da crise capitalista não tiveram impactos aparentemente. Isso fez os especialistas do mundo capitalista, sobretudo os economistas, voltarem seus esforços para compreender o planejamento da economia socialista. A partir de então, as ideias que reivindicam o Estado como regulador da economia e a elaboração de ‘planos’ e ‘planejamento estratégico’ para amenizar as desigualdades socioespaciais do desenvolvimento capitalista foram recorrentes no decorrer do século XX (HOBSBAWM, 1995, p.100-101). Partimos dessa constatação histórica, que destacadamente foi encabeçada pelos economistas, para mover nossa curiosidade em saber qual foi o papel dos geógrafos nessa empreitada do planejamento estatal.

No contexto da segunda metade do século XX consolidaram-se os anseios teóricos pela busca da superação do subdesenvolvimento, avolumando trabalhos científicos e disputas políticas-ideológicas. No âmbito dos considerados países subdesenvolvidos, ou em desenvolvimento, temos que apontar as formulações engendradas pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe – CEPAL. Isso a partir da inserção das conhecidas “teorias do desenvolvimento”, por exemplo, as formuladas por François Perroux, Albert Hirschman, Gunnar Myrdal e John Friedmann. Isso só para ficarmos com algumas das destacáveis teorias do planejamento do desenvolvimento regional capitalista, que caíram no gosto e na prática dos governos da América Latina neste contexto¹.

Em nosso caso estamos falando do debate sobre o planejamento do desenvolvimento regional através do uso da teoria dos polos de desenvolvimento. produzida por François Perroux. Sendo muito articulada no Brasil, como também em outros países considerados como desenvolvidos ou não. Isso, muito graças a sua conotação moderna, progressista e carregada de certa neutralidade cientificista, tão reivindicada na época.

¹ Sobre Perroux e Friedmann ver: CHIQUITO, E. A. John Friedmann: um “expert” em planejamento regional na América Latina. (disponível em:< <http://www.iau.usp.br/shcu2016/anais/wp-content/uploads/pdfs/07.pdf>> acessado em: maio/2017). Com isso, conseguimos entender a circulação entre as ideias dos dois autores e; então, perceber como as ideias deles repercutiram nos estudos regionais desenvolvidos, sobretudo, pelos geógrafos e economistas no Brasil.

A teoria dos polos de desenvolvimento define o desenvolvimento econômico e social como fenômeno desigual. Para o economista francês: primeiro, o desenvolvimento surge em determinados pontos do espaço, para depois se polarizar por vias específicas por ele todo. E, caso tal fenômeno não ocorra espontaneamente – isto é, a partir da livre iniciativa – caberá ao Estado nacional impulsionar o surgimento dos polos de desenvolvimento em seus respectivos territórios (PERROUX, 1975, p. 99-110).

De modo geral, a teoria dos polos de desenvolvimento demonstrava sua originalidade ao se apresentar como via de análise à intensificação do processo de concentração e centralização de capital e o papel do Estado nacional no incentivo do desenvolvimento econômico e social por meio do estímulo ao processo de industrialização. Isto numa estrutura econômica de concorrência desequilibrada, cuja dinâmica cada vez mais se mundializava e que se tornara cada vez mais oligopolizada – pública e privado – nos meandros do século XX.

Sendo assim, nesta pesquisa buscamos demonstrar as repercussões da teoria dos polos de desenvolvimento, desenvolvida pelo economista francês François Perroux e seu grupo, na geografia. Com isso, encontramos com a difusão do pensamento de Perroux e suas respectivas repercussões teórico- metodológicas e conceituais no âmbito do sistema de planejamento estatal brasileiro. Portanto, demonstramos, na medida do possível, a relação entre a teoria dos polos de desenvolvimento com a geografia e sua influência na reformulação das noções de região e regionalização usadas para planejar o desenvolvimento regional no período.

Para isso, partimos do nosso interesse pela história do pensamento geográfico e nos debruçamos sobre aqueles debates e trocas intelectuais que impulsionaram, na segunda metade do século XX, os estudos sobre planejamento regional e urbano com vistas à organização do espaço. Desse universo que se destacou a noção de região. Fato que não é aleatório, pois se fundamenta na ideia de que essa noção é valiosa para geografia e basilar para o planejamento territorial do período que pesquisamos.

Nesse sentido, não é novidade que o desenvolvimentismo econômico está presente na historiografia do planejamento estatal do Brasil, e que foi no regime militar (1964 – 1985) que tal ideário foi intensificado. Neste governo, o apelo ao progresso tecnológico e as modernizações do território como o modelo de desenvolvimento econômico e social do país foi inegável. Contexto em que, o Estado Moderno no Brasil,

já impulsionado no governo varguista, se consolidou e se caracterizou pela ampliação da tecnoestrutura estatal e de sua respectiva tecnocracia. Assim, nos escalões do planejamento governamental encontramos a contribuição de geógrafos e geógrafas que se apoiando no arcabouço teórico-metodológico e conceitual mais moderno, supostamente neutro e científico disponíveis no momento, desenvolveram seus estudos regionais e urbanos que, de certa forma, subsidiaram os planos, programas e estratégias para o país atingir o desenvolvimento no sistema capitalista e superar a situação de subdesenvolvimento.

Talvez por isso, a 'teoria dos polos de desenvolvimento' como instrumento técnico, neutro e científico não encontrou obstáculos para circular entre os escalões do sistema de planejamento estatal brasileiro, chegando ter seu momento de destaque nas políticas territoriais impulsionadas pela ditadura militar brasileira.

Ao rastreamos retrospectivamente a trajetória transnacional da teoria dos polos de desenvolvimento vimos que ela perpassou algumas transformações econômicas, políticas, culturais e territoriais que ocorreram no Brasil. Como principal exemplo, o evento do golpe militar no Brasil em 1964. Nesse sentido, como nos mostra Santos (2004, p.57; p. 148-149), o evento histórico e social do golpe de estado ocorrido em 1964 no Brasil é identificado, no momento de sua implantação, nas diversas escalas: local, nacional ou mundial. Isso também se aproxima do que tange as diferentes técnicas de produção do espaço geográfico, entre as quais podemos citar aquelas da produção, do transporte, da comunicação, do dinheiro, do controle, da política etc. (SILVA, 2012, p.6; p. 148-149).

O golpe militar de 1964 foi um evento importante que o nosso recorte temporal perpassou. Dessa forma, com este rastreamento crítico da circulação da teoria dos polos de desenvolvimento no Brasil, nos deparamos com um contexto de transformação estrutural para o território e a sociedade brasileira. Pois, com a instauração do Estado burocrático e autoritário no país se intensificou a tecnocracia e se privilegiou o discurso da neutralidade do conhecimento técnico-científico dentro dos escalões de planejamento do Estado (IANNI, 1996, p. 240). O que, como veremos, movimentou a prática técnico-científica de geógrafos e economistas pela busca de oferecer um conhecimento útil para o planejamento do território nacional. Por isso, pesquisamos como a noção de polarização espacial, formulada por François Perroux, circulou entre tais ideias e como subsidiou o sistema de planejamento estatal no Brasil.

Isto porque são ideias que percorrem o tempo e que ainda possuem força na atualidade.

Para ficarmos no recorte temporal de nossa pesquisa, com a ascensão dos militares ao poder do Estado brasileiro, intensifica-se as transformações na configuração territorial brasileira, iniciada nos governos anteriores como no período Vargas e no de Juscelino Kubitschek - JK. Após 1964, o Estado nacional apresenta toda uma outra forma de racionalização dos fenômenos do êxodo rural, da aglomeração urbana e da concentração e descentralização da industrialização no Brasil. Ou seja, a forma de um intervencionismo autoritário e centralizador como estratégia de planejamento do desenvolvimento regional brasileiro, cujo objetivo fundamental foi programar tecnicamente a modernização do território nacional após as décadas de 1960 e 1970.

A empreitada descrita acima incitou o pensamento e a prática de geógrafos/as e economistas de tendências diversas (BOMFIM, 2014, p.1-34), e é tal movimento intelectual que tivemos como horizonte na presente pesquisa. Isto porque, “as noções de desenvolvimento, subdesenvolvimento [e] planejamento continuaram [no governo dos militares], mas mudaram as técnicas de abordá-las”. Assim, a dualidade entre as expressões: Desenvolvimento Econômico e Subdesenvolvimento Social são referências quando se busca avaliar os estudos que analisam o período após 1964, sobretudo (ALMEIDA, 1994, p. 17-19).

Assim, tivemos a possibilidade de nos aprofundarmos naquilo que Almeida (1994, p. 6-26) faz de forma panorâmica quando busca entender como a ideia de desenvolvimento percorreu a história do pensamento geográfico e orientou os trabalhos de geógrafos e geógrafas em cada época no Brasil. No nosso caso, focalizamos dessa querela a circulação e uso da teoria dos polos de desenvolvimento entre os geógrafos e geógrafas, sobretudo, aqueles que tiveram alguma relação com o planejamento regional do sistema de planejamento estatal brasileiro.

Nesta perspectiva, apresentamos os indícios da reorganização das forças produtivas e da reestruturação da divisão territorial do trabalho ocorridas no Brasil após 1960. Processos que se tornam incontestáveis a partir dos exemplos: 1) da ocupação produtiva capitalista da Região Norte do país. Dinâmica que deslocou significativamente forças de trabalho da Região Nordeste para aquela região; 2) A intensificação do processo já iniciado anteriormente e que fica conhecido no país como “marcha para o Oeste”. Em outras palavras, todo o esforço, incentivo e

financiamento estatal para a expansão seletiva das modernizações na região Centro-Oeste do território nacional. Isto certamente ilustra a estratégia de planejamento que o Estado brasileiro assumiu na promoção do tal “modelo brasileiro do capitalismo industrial”, tarefa comandada fortemente pelo governo dos generais. Por isso, buscamos reconstruir como o uso da teoria do desenvolvimento polarizado no planejamento regional brasileiro contribuiu para esses processos.

Isto porque, acreditamos que se pode contribuir na construção da história das ciências através do estudo da circulação, do alcance e das repercussões de uma obra, de uma teoria, de conceitos e de métodos. Sempre com atenção as (re)interpretações realizadas nos diferentes contextos histórico, social, econômico, político, cultural e espacial; bem como, considerando as especificidades de cada campo científico.

Na medida em que a teoria dos polos de desenvolvimento foi difundida como capaz de racionalizar o desenvolvimento econômico e social por meio das relações entre grandes empresas, estado e território no sistema de relações de desenvolvimento desequilibrado (EGLER, 2000, p. 211; SILVA, 1995, p. 37). Segundo Egler (2000, p.214) o Brasil foi um dos países que mais levou longe a ideia de Perroux e seu grupo². E, Bomfim (2014, p.16) mostrou que a organização espacial do Brasil após 1964 através do planejamento capitalista utilizou-se, em certa medida, da teoria do desenvolvimento polarizado espacialmente.

Não por acaso, Moraes (2005, p.140) reconheceu a importância do “rastreamento crítico de alguns destes planos e teorias” no Brasil. Já que para ele era “tema importante para pesquisas futuras, por exemplo, no exame dos resultados da aplicação da ‘teoria dos polos de desenvolvimento’ de François Perroux”. Também Bomfim (2007, p. 38) aponta em sua tese que, entre outros conceitos, “polo de desenvolvimento” formou “a espinha dorsal do planejamento militar”. Uma vez que a noção de circulação (rede de transportes, comunicação e impulsores de fluxos), que se baseava na tecnificação do território, visava responder uma euforia desenvolvimentista do “milagre econômico”, apoiando-se na eficácia técnico-científica do planejamento. Já Contel (2014, p. 6-7) reconhece a ideia de François Perroux presente entre os “três novos paradigmas” que repercutiram no debate sobre a noção de região no IBGE após 1960.

² Veremos que ocorreu uma inserção generalizada da teoria na América Latina. São igualmente exemplos icônicos o caso da *Ciudad de Guiana* – Venezuela.

Ademais, podemos dizer que encontramos na literatura especializada duas tendências de estudos sobre a teoria dos polos de desenvolvimento no Brasil. Uma que parte da teoria e a usa como orientação básica para suas análises. Outra que apenas faz referência a sua existência histórica, destacando-a pela sua repercussão no planejamento público e privado. Do ponto de vista do recuo histórico quase não existem trabalhos, apesar dos outros dois pontos de vista orientarem a prática do planejamento na atualidade.

Também é de fundamental importância indicarmos que: por um lado, a teoria dos polos de desenvolvimento foi importada e usada indiscriminadamente; por outro, devemos apontar que a teoria de Perroux não escapou das críticas dos especialistas preocupados com as especificidades da produção, do trabalho e do consumo no Terceiro Mundo. Dentre estes críticos terceiro-mundistas, destacamos o geógrafo brasileiro Milton Santos (2014) e o economista argentino José Luis Corragio (1972)³. Aqui cabe lembrar que, nesse contexto intelectual, os dois autores dialogavam com a economia espacial e o desenvolvimento regional.

Dessa maneira, podemos dizer que o impulso inicial de nossa pesquisa retrospectiva da circulação da teoria dos polos de desenvolvimento no Brasil amparou-se nos apontamentos críticos a respeito do uso indiscriminado de tal teoria na prática do planejamento do mundo pobre surgidos ainda no período de sua difusão entre as décadas de 1960 e 1970 na América Latina (AMSTRONG, 1973; CORRAGIO, 1972; SANTOS, 2003). Portanto, de antemão, já sabemos que a recepção e circulação da teoria dos polos nos países subdesenvolvidos, em especial no Brasil, ocorreu de maneira heterogênea e isso fica evidente com o este trabalho.

Nosso princípio de método nesta pesquisa, foi a escolha em caminhar no campo da história do pensamento geográfico. Isso porque, com esta investigação retrospectiva que perpassa pela história da geografia e do planejamento do desenvolvimento regional, verificamos a repercussão do campo da geografia e dos estudos regionais no Brasil.

Nessa empreitada, bem como Bomfim (2007, p.1), temos como “base o campo teórico”, entendendo “a história do pensamento geográfico” como “(...) práticas e

³ Milton Santos e José Luis Corragio dialogaram com a economia política e o marxismo. Inclusive, Corragio foi enquadrado nessa época, como pertencente da escola marxista das teorias de desenvolvimento regional. Paul Singer e Doore Massey são outros nomes referenciados como integrantes de tal grupo marxista (LUTER, 1994, p.122).

representações sobre o território (...): categoria (...) relacionada à história da formação (e afirmação) do Estado em seu espaço juridicamente delimitado”. Nesse sentido, em conjunto com a ideia de ideologias geográficas propostas por Moraes (2005, p.111-112), que: “nossa concepção interroga-se acerca do conteúdo social das teorias, investigando seus contextos de formulação, e das razões de sua ‘importação’ numa dada conjuntura do país. Obviamente aqui não irá além de um breve esboço”.

Entretanto, em nosso caminho se aproximamos de algumas propostas já defendidas no campo da história das ciências e que corroboram com o nosso ponto de vista, o qual considera o conhecimento científico em sua relação com a sociedade e vice-versa. Por exemplo, Fleck (2010, p. 85) foi quem disse que: “O processo de conhecimento representa a atividade humana que mais depende das condições sociais, e o conhecimento é o produto social por excelência”. Nesta mesma linha de pensamento, concordamos que:

A ciência, como qualquer outra atividade que envolve a colaboração social, está submetida às mudanças da fortuna. Por mais difícil que a noção possa parecer àqueles educados em uma cultura que garante à ciência um lugar de destaque, quando não de comando, no esquema das coisas, é evidente que a ciência não é imune ao ataque, à restrição e à repressão (MERTON, 2013, p.181).

Perspectiva esta, que se aproxima da chamada sociologia da ciência. Abordagem que nos parece fecunda quando se busca realizar uma investigação sobre a prática científica dos geógrafos e sobre a história da sua disciplina. Assim, uma abordagem no caminho da sociologia da ciência tornou-se necessário na medida em que é construída através da historiografia da ciência, porque:

querendo ou não, não conseguimos deixar para trás o passado – com todos os seus erros. Ele continua vivo nos conceitos herdados, nas abordagens de problemas, nas doutrinas das escolas, na vida cotidiana, na linguagem e nas instituições. Não existe geração espontânea dos conceitos; eles são, por assim dizer, determinados pelos seus ancestrais. O passado é muito mais perigoso, isto é, só é perigoso quando os vínculos com ele permanecem inconscientes e desconhecidos (FLECK, 2010, p. 61-62).

Portanto, “deve-se ainda investigar as leis desse contexto e detectar o impacto das forças sociais no pensamento” (FLECK, 2010, p.64). Neste mesmo sentido, Neto (2012, p.5) defende que se deve “...lutar contra os silêncios do passado para falar com mais consistência do presente”.

Ainda nesta perspectiva, um importante historiador da geografia como Capel (1989) também se aproximou da sociologia da ciência e se interessou, dentre outras coisas, pelo conteúdo ideológico das teorias e dos debates científicos. Foi por esse caminho que buscamos caminhar e que dedicamos boa parte de nossa atenção.

Por isso movemos nossos esforços para entender como a produção social do conhecimento geográfico repercutiu na reorganização do espaço nacional de acordo com os processos histórico e geográfico, sobretudo após 1960. Assim, visamos entender como as controvérsias e práticas científicas repercutem no movimento da sociedade e vice-versa. Pois, para Capel (1989):

Existe sem dúvidas, uma relação dialética, um caminho de ida e volta entre a história disciplinar e a prática profissional. Foi dito muitas vezes que o estudo da história reflete problemas contemporâneos; se vai a ela, sobretudo, em momentos de crises, buscando as origens, os precedentes, os fundamentos. Apoia-se no passado para entender melhor o presente, a partir dos problemas atuais, e isto permite definir cada vez mais temas novos e novas perspectivas no trabalho histórico (*tradução nossa*).

Desse modo, acreditamos que essas contribuições da história, da sociologia e dos estudos das ciências e tecnologias são contribuições valiosas para tecer a história da geografia no Brasil. Portanto, buscamos fazer algo próximo de Pedrosa (2013, p. 15) que não faz uma análise individual, mas sim dos grupos que se formaram e da movimentação das ideias no interior da comunidade científica em questão.

Pois:

De fato, a identificação de laços somente entre geógrafos pode não ser suficiente para esclarecer o contexto da pesquisa geográfica e a existência de correntes múltiplas. É necessário enfatizar mais as ideologias do que as instituições propriamente ditas. Cada geógrafo pertence àquilo que se pode chamar de 'círculo de afinidade', que ultrapassa a comunidade científica imediata. Ele inclui não somente os especialistas de diversas disciplinas como os políticos ou os intelectuais cujas posições sobre as questões da sociedade de uma época são conhecidas (BERDOULAY, 2017, p. XXII).

Ou seja, são os círculos de afinidades em torno da teoria dos polos de desenvolvimento que nos interessou. É desse modo que operacionalizamos a abordagem contextual do círculo de afinidade proposta, a qual:

...consiste, portanto, em pesquisar mais as razões da 'demanda' ou da 'utilização' de uma ideia do que retratar sua 'influência'. Torna-se, assim, possível, por intermédio da identificação dos círculos de

afinidade, captar a conjunção da lógica interna da ciência com o contexto no qual o geógrafo se encontra e de esclarecer, de maneira nova, a interação entre o pensamento geográfico e a sociedade (BERDOULAY, 2017, p. XXII-XXIII).

Se pudéssemos ficar no âmbito interno da história da geografia, podemos dizer que a disciplina experimentava, em meados do século XX, uma multiplicidade teórica- metodológica e conceitual que ficou conhecido então como o movimento intelectual de renovação da disciplina. Foi nesse contexto, que a ciência regional, a economia espacial francesa, a geografia ativa, a nova geografia (anglo-saxã) e, logo, a ascensão e o fortalecimento da geografia crítica e seus aportes do marxismo, buscavam consolidar-se como teoria e método da disciplina (PEDROSA, 2013, p. 210; MORAES, 2007, p.103-119; CLAVAL, 2006, p.79-114) Evidenciamos, com isso, que também nos aproximamos desse momento de flutuações e mesclas teórico-metodológicas e conceituais que ocorreram na história da geografia e que repercutem no Brasil.

Todo esse movimento intelectual, de certa forma, reivindicava dos geógrafos “repensar alguns conceitos” de sua disciplina, cujos quais não davam mais conta de explicar a realidade brasileira, uma vez que: “a centralização do poder, a ideologia da integração nacional e a necessidade de modificação na divisão territorial do trabalho” foram elementos importantes na gestão do território brasileiro. Portanto, foram processos norteadores para ação do governo militar e que teve grandes repercussões na organização do espaço nacional, por exemplo. (MAGNAGO, 1995, p. 74).

Por isso estamos nos apoiando na a ideia de movimentos intelectuais como instrumento de nossa investigação. Uma vez que essa “dinâmica dos movimentos intelectuais” permite identificar a “germinação, a difusão e a reinterpretação” de uma teoria, ideia ou projeto científico (CLAVAL, 2013, p.11).

Também nos apoiamos na abordagem do círculo de afinidades, a qual nos permite trabalhar com um corpus representativo para a história da geografia no Brasil. E será a partir deste ponto de vista que mostramos a circulação da teoria dos polos de desenvolvimento entre os geógrafos e as geografas e o círculo de afinidades do sistema de planejamento estatal brasileiro. Sendo assim, a fecundidade dos dois conceitos apresentados acima está na busca de identificação dos grupos que “se apoiam sobre instituições” (CLAVAL, 2013, p. 6). Portanto, esta proposta é:

fecunda na medida em que ela mostra que a história das ideias não se desenvolve de maneira linear. Ela coloca em evidência a diversidade das impulsões e dos projetos que coabitam e se influenciam: ao mesmo tempo, ela coloca acento sobre os debates políticos e os interesses econômicos do momento (CLAVAL, 2013, p.7).

Por isso reiteramos que trabalhamos com vistas aos movimentos intelectuais, pelo qual “conceitualiza assim a noção de contexto”, sendo “o conjunto da vida intelectual de uma época que é avaliado; o enfoque tem da mesma forma uma dimensão pluridisciplinar”. Isso porque as preocupações com o futuro das ciências tem preocupado a geografia desde os anos de 1940 e 1950, que desde então passou a se preocupar em “criar uma ciência mais aplicável, mais apta a propor métodos racionais de planejamento”, cujas inspirações se remetem à economia espacial (CLAVAL, 2013, p. 11-12).

Portanto, nossos esforços foram movidos pelo campo da história da geografia, que nos aproximou da sociologia das ciências para contribuir na tecelagem da história da geografia no Brasil, pois:

Na história das ciências, a perspectiva da sociologia científica constitui uma inovação fecunda: num contexto histórico e geográfico dado e numa situação institucional que é feita para a pesquisa, as opções do pesquisador encontram-se numa larga medida determinadas pela posição que ele ocupa e os instrumentos de que ele dispõe (CLAVAL, 2013, p.13).

Então, o “objetivo não é identificar [apenas] o movimento das ideias, mas de mostrar como uma comunidade científica se constrói ao redor de uma prática e das representações que ela suscita” (*idem*). Isso porque Claval (2006, p.22) escreve que “a história da geografia só pode ser compreendida a partir do contexto intelectual, político e administrativo que caracteriza cada época”. Nesse sentido, esperamos encontrar elementos significativos para compreender a formação socioespacial brasileira, já que a investigamos a partir de um período histórico e geográfico dado que também foi importante para a construção e consolidação do pensamento geográfico no Brasil.

No entanto, Claval (2014, p.17) distingue dois caminhos possíveis para os estudos sobre epistemologia das ciências. Um que é “muito ambicioso” e que “tenta

estabelecer princípios válidos para todas as ciências” e outro que se conforma como uma escolha “mais modesta”, a qual:

analisa o trabalho dos pesquisadores, segue passo a passo a sua progressão, nota as suas hesitações, seus remorsos e a maneira como avança, no conhecimento do mundo. Dessa ótica, cada disciplina merece igual atenção, porque trata de objetos específicos e aborda-os com finalidades que lhe são próprias (*idem*).

Nossa escolha nesta pesquisa foi pelo caminho mais modesto. Então, podemos dizer que nos centraremos, sobretudo, “na análise das práticas científicas dos geógrafos” (CLAVAL, 2014, p.18) e suas respectivas repercussões no planejamento do território brasileiro.

Aqui, apontamos que o interesse pela desconcentração e a descentralização industrial a partir de São Paulo foi, em boa parte, subsidiado pelos pressupostos da economia espacial francesa, atribuída à François Perroux e seu discípulo Jacques Raoul Boudeville. Sendo assim, foi através do estudo da “escola de economia espacial francesa” que nos aproximamos do campo do planejamento e desenvolvimento regional, passando pelo o debate epistemológico da geografia⁴. É desse enlace da geografia com a economia que permaneceram ruídos a respeito da influência da economia espacial francesa na reformulação da noção de região e regionalização e, neste caso, no seu uso para o planejamento do território brasileiro. Certamente, uma herança desse período no qual o campo do planejamento do desenvolvimento regional articulou esforços “interdisciplinares” tanto na prática como na teoria.

Entretanto, buscamos mostrar a repercussão do uso da teoria do desenvolvimento polarizado espacialmente no planejamento do desenvolvimento regional do território brasileiro e seus respectivos divulgadores nacionais (instituições e personagens) e seus círculos de afinidades.

Veremos que a teoria dos polos de desenvolvimento foi usada no debate sobre a organização do espaço como um todo no Brasil num determinado período histórico. Isso permite relacionar com a divisão que Claval (2013, p.17) faz das três fases da “reflexão concernente ao espaço e ao território”. A segunda fase que começa

⁴ Ainda no momento de ampla circulação da teoria dos polos, Milton Santos (2003, p. 165 - 181) apresenta sua crítica a concepção de espaço econômico – abstrato – defendida pelos economistas espaciais. Neste momento, Santos defende a concepção de espaço geográfico – concreto – como instância social e, como tal, objeto de estudo da geografia e enriquecedor para a organização do espaço.

em 1930 e se estende até 1970, segundo o autor, seria o momento que se descobre o desenvolvimento desigual, motivando todas as Ciências Sociais a se interessarem pela organização espacial. Uma terceira fase começa na esteira da reorganização mundial vigente após a década de 1970 (CLAVAL, 2012, p.12).

Ao partir dessa periodização, nosso recorte temporal perpassa as últimas décadas da segunda fase (1955-1970) e se estende até meados das primeiras décadas da terceira fase (1970-1980). No entanto, essa periodização aqui não tem a função de restringir o movimento histórico, mas serve apenas de guia na organização do pensamento a partir de eventos re-estruturantes que abarca nossa pesquisa.

Nosso rastreamento histórico da trajetória transnacional da teoria dos polos de desenvolvimento buscou entender melhor o seu uso no planejamento regional do território brasileiro. Com isso, identificamos três períodos desse processo: o primeiro, que abrange a inserção e difusão entre os escalões do sistema de planejamento estatal brasileiro, indo de 1955 até 1964. Outro, que percorre o período do auge da circulação e das diferentes/múltiplas releituras teóricas, de 1964 a 1974. E um terceiro, que nos parece ser um período de certo declínio da teoria, após 1974. Tal periodização tornou-se necessária na medida em que nos ajuda a ilustrar como a teoria foi operacionalizada em um contexto de transformação estrutural do território e da sociedade brasileira.

Neste caso, remontamos a trajetória transnacional da teoria dos polos de desenvolvimento e sua respectiva repercussão nas instituições do sistema de planejamento estatal brasileiro.

A partir desta constatação do uso da referida teoria no Brasil, coube um lugar de destaque a criação das Superintendências de Desenvolvimento Regional dos militares. As quais são amplamente conhecidas suas existências, mas encontra-se poucos estudos a respeito da atuação dessas instituições do sistema de planejamento estatal brasileiro. A importância de tais superintendências regionais consiste porque estiveram alinhadas ao modelo de planejamento centralizado no âmbito do governo federal. Como resultado, ocorre uma acelerada sobreposição da jurisprudência de instituições voltadas ao planejamento regional pré-existentes. Disso, destaca-se o exemplo da extinção da Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai – CIBPU e a conseguinte criação das Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO, que por sua vez, sobrepujaram a primeira.

Neste nosso rastreio histórico e geográfico da trajetória do uso da teoria dos polos de desenvolvimento no Brasil identificamos as principais instituições públicas que a usaram como estratégia de desenvolvimento. Em algumas delas encontramos os responsáveis intelectuais pela divulgação teórica. Em outras, identificamos apenas a referência conceitual nos documentos elaborados através dos conceitos.

Por exemplo, no primeiro caso, temos a CIBPU e o papel do economista Delfim Netto, inclusive orientando novos trabalhos ancorados na teoria da polarização espacial. Também temos, destacadamente, o caso do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, cujo papel foi mais de centro, difusor e produtor das ideias que subsidiaram os planos, programas e projetos estatais. Neste segundo caso, localizamos os responsáveis pelas referências teórico-metodológica e conceitual.

Para tanto, para conseguirmos visualizar a circulação da teoria dos polos de desenvolvimento no Brasil, mas especificamente entre a comunidade geográfica, tornou-se necessário resgatar as publicações especializadas do período como, por exemplo, o canal básico de divulgação do IBGE: a Revista Brasileira de Geografia - RBG e o Boletim Geográfico – BG (MORAES, 2005, p.140). Publicações estas que são reconhecidas pelo importante papel exercido na “organização do campo geográfico no Brasil” (CAMARGO, 2009, p.23-39).

A partir dessas publicações verifica-se a ocorrência daquilo que entendemos como flutuações e mesclas teóricas-metodológicas e conceituais entre as interpretações dos geógrafos e das geógrafas, mais especificamente, entre aqueles que se dedicavam ao planejamento e desenvolvimento regional no Brasil. Dessa forma, alguns documentos oficiais, como os planos e programas das estratégias de planejamento nacional, também se tornaram fontes importantíssimas para entender tal circulação e, de certa forma, representam o uso social das ideias abordadas aqui.

Com esse nosso ponto de vista, revisitamos mais profundamente os planos nacionais de desenvolvimento dos militares. Nestes documentos, encontra-se o referencial teórico-metodológico e conceitual do uso teoria dos polos, mais objetivamente, no Plano Estratégico de Desenvolvimento (1967) e no primeiro e segundo Plano Nacional de Desenvolvimento – I e II PND (1972-1974 e 1975–1979), além de outros. Portanto, desses documentos, destaca-se o evidente interesse pelas escalas nacional e macrorregional no sistema de planejamento estatal brasileiro, centralizado no governo federal na época.

De modo geral, pretendemos mostrar como a teoria dos polos de desenvolvimento teve uma circulação transnacional animando estratégias de planejamento do desenvolvimento econômico e social em diferentes países. Com este cenário torna-se necessário olharmos para o debate de recepção teórica num âmbito para além do uso da teoria no Brasil. Neste caso, temos a recepção entre os especialistas do planejamento do desenvolvimento regional que orbitavam o Instituto Latinoamericano e do Caribe de Planificação Econômica e Social – ILPES da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL.

Primeiramente, remontamos o contexto socioespacial no qual François Perroux construiu sua teoria do desenvolvimento econômico, que promulga a polarização espacial. Isto foi o que, no capítulo 1, buscamos demonstrar, além também da sua fundamentação e ambição teórica e de seus continuadores. Pois, segundo Lasuen (1975, p.114), ‘polos de crescimento’ foi amplamente citado em ciências sociais dos dois lados do Atlântico. De modo que teve amplo uso nos países centrais e uma incursão na América.

Nossa contribuição, então, foi rastrear retrospectivamente tal incursão, a qual até então tinha sido pouco realizada no Brasil.

Enfim, pretendemos com esta investigação retrospectiva da circulação e do uso da teoria dos polos de desenvolvimento no campo do planejamento do desenvolvimento regional no Brasil contribuir para responder algumas lacunas que existem no campo da história do planejamento do território brasileiro. Já que, a referência da teoria dos polos no planejamento do território brasileiro é inegável, porém o que menos se discute a respeito é “o fato da teoria dos polos de desenvolvimento ser um elemento importante para a geografia, pois modificou a teoria da região e da regionalização” (PEDROSA, 2017, p. 1). Em nossa opinião, a partir de quando reivindicada pelo sistema de planejamento estatal brasileiro. Pois, como veremos, apesar do impulso à industrialização como promulga a teoria dos polos de desenvolvimento; no Brasil, ela quase sempre foi interpretada com o foco no espaço urbano.

Nesta perspectiva, mostramos aqui, que a teoria dos polos de desenvolvimento recebeu interpretações heterogêneas e circulou entre diferentes campos científicos (no sentido que o sociólogo Pierre Bourdieu deu a esse conceito). Por isso, nesta pesquisa apresentamos os diferentes pontos de vista na interpretação

da teoria do desenvolvimento capitalista (polos de desenvolvimento) trabalhada no Brasil.

Ainda a título de introdução, queremos alertar que não nos estenderemos na discussão sobre a diferença entre os termos “polos de desenvolvimento” e “polos de crescimento”. Apenas consideramos importante destacar é que: tal diferença entre os termos ocorreu muito mais no âmbito das traduções do que em elaborações teóricas mais complexas. A exemplo do caso do Brasil, onde o termo mais recorrente entre os especialistas foi “polo de desenvolvimento”. Sendo assim, nesta dissertação ambos os termos têm o mesmo significado.

CAPÍTULO 1 – O PRESSUPOSTO TEÓRICO FRANCÊS DE FRANÇOIS PERROUX

A história da relação intelectual de François Perroux com o Brasil é antiga. História que nos remete mesmo à institucionalização das Ciências Sociais no país. Isto é, o que pouco se comenta sobre essa relação foi o fato que dentre os professores da conhecida missão intelectual francesa que vieram ao Brasil na década de 1930, estava um doutor em direito responsável pela cadeira de economia, cujo nome é François Perroux. Sendo este nome citado entre aqueles que lecionaram na Universidade de São Paulo – USP⁵, mas também em outras universidades recém-criadas no Brasil. Por exemplo:

A Faculdade Nacional de Filosofia é criada em 1939, seguindo de perto a experiência paulista. (...) A diferença é que no Rio este convite foi realizado por vias oficiais, com autorização direta de Vargas. Além disso, um requisito básico é exigido dos novos professores: que sejam ligados à Igreja [católica]. São eles: Poirier (filosofia), substituindo Gouthier, Ombredonne (psicologia); Jacques Lambert (sociologia) [...] Gilbert (geografia humana), [...] e Maurice Bué, que também esteve em Porto Alegre, em [19]37, substituindo François Perroux (PEIXOTO, 2001, p.484)

O vínculo dos especialistas estrangeiros se estende pelo Brasil, atuando também na Universidade do Distrito Federal (1936), os nomes de:

...Pierre Deffontaines (geografia) e Robert Garric (literatura). Sobre os dois últimos sabemos que, ao lado de F. Perroux, lecionaram no Rio e em São Paulo: 'São os únicos da turma que tinham contato com o Rio, o resto da turma, nós não; lá era Getúlio'... (PEIXOTO, 2001, p. 485)

Conforme pesquisa sobre a repercussão francesa na história das ciências sociais no Brasil (PEIXOTO, 2001)⁶. Dentre aqueles missionários franceses que desembarcaram no país, François Perroux pertenceu ao grupo que teve breve estadia no país. O então doutor em direito chegou para ocupar a cadeira de economia, em 1936 e permaneceu até 1937 (1 ano). De fato, o tempo de permanência no Brasil

⁵ O nome de François Perroux está elencando entre os professores estrangeiros franceses que vieram iniciar as aulas na USP. Para a constatação disso basta acessar o catálogo de apresentação da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, disponível em: <https://www.fflch.usp.br/sites/fflch.usp.br/files/2018-01/catalogo_%20FFLCH_1934_2002.pdf> .

⁶ Indicamos consultar a obra para poder visualizar o quadro que a autora constrói, pois, nos permite visualizar a rede de intelectuais franceses que vieram em missão intelectual ao Brasil para lecionar nas cadeiras de Humanidades, sobretudo, na recém-criada FLCH (USP). Rede na qual nos revela já existir uma certa aproximação entre os geógrafos franceses e François Perroux.

tornou-se um elemento diferenciador entre os missionários estrangeiros, uma vez que se tratava de um período entre guerras. Contexto que distinguia os professores franceses no Brasil:

‘Denunciaram publicamente o fato, que era real, mas era segredo, de que nós tínhamos aderido ao movimento de *De Gaulle*, que os professores estrangeiros estavam fazendo política na Universidade. Havia os franceses que se conformaram com *Vichy* e os franceses que apoiaram a Resistência de *De Gaulle*. Até que o Brasil entrou na guerra’ tudo mudou (ARBOUSSE-BASTIDE, 1978, p. 31 *apud* PEIXOTO, 2001, P. 489).

Entre os conhecidos jovens intelectuais, François Perroux era um dos poucos que já exercia carreira universitária na França antes de chegar ao Brasil com 32 anos. Enquanto alguns “não possuíam maior projeção no meio intelectual: davam aulas em liceus ou em faculdades fora de Paris, publicavam nas regiões em que lecionavam etc.” (PEIXOTO, 2001, p. 489). Também teve os casos de poucos:

...doutores e professores universitários, por exemplo François Perroux (doutor em direito e prof. na Faculdade de Lyon), P. Deffontaines (prof. nas Faculdades Católicas de Lulle), Pierre Frommont (prof. na Faculdade de Direito de Rennes), Émile G. Léonard (prof. na Faculdade de Letras de Caen e Aix-en-Provence) e Jean Glénisson (subdiretor de estudos na F.P.H.F) (PEIXOTO, 2001, p.489).

Sendo assim,

F. Perroux, por sua vez, é doutor e professor numa grande faculdade quando chega no Brasil; porém é somente a partir de [19]40 que começa a obter renome. Em [19]44, funda o Instituto de Ciências Econômica Aplicada, em [19]55 é professor no Collège de France e desde [19]60 dirige o Instituto de Estudos de Desenvolvimento Econômico e Social (PEIXOTO, 2001, p. 495).

Para alguns estudiosos, entre os missionários intelectuais estrangeiros que atuaram no Brasil, alguns,

Evidentemente, os nomes de F. Braudel, Lévi-Strauss, F. Perroux e G. Gurvitch extrapolam a designação ‘especialistas’, já que se transformaram em intelectuais de renome internacional, em função de obras de peso extraordinário (PEIXOTO, 2001, p. 495).

Bom, se concordamos com esta perspectiva, podemos identificar na experiência da missão intelectual francesa no Brasil, uma oportunidade para François Perroux se aprofundar no campo da ciências econômicas, já que em território

brasileiro ocupou na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras a cadeira “Economia Política, Finanças e História das Doutrinas Econômicas (1936) (PEIXOTO, 2001, p. 530). E, como veremos mais adiante, será no campo da economia que ocorrerá uma difusão das ideias do economista francês internacionalmente. Mesmo que isso seja em outro momento de sua trajetória intelectual, isto é, no período logo após a Segunda Guerra Mundial, já com o uso de sua proposta teórica para as estratégias de planejamento do desenvolvimento nacional.

Considerações a parte, temos que indicar que o presente trabalho também se deparou com aquilo que todos os que se aventuram em construir a história das ciências no Brasil encontram. Sendo assim, podemos dizer que compartilhamos do mesmo ponto de vista de Peixoto (2001), que indica:

Quando falamos de presenças estrangeiras no Brasil, estamos tratando de viajantes que desembarcaram no país em diferentes datas, com objetivos diversos. Uns ficam, outros passam. Uns trazem ideias na bagagem e deixam-nas aqui. Outros apenas levam dados. Uns são *presenças*, outros representam *influências*. Os franceses que chegam para inaugurar a USP tem como missão atualizar e civilizar tão novo país. (...) Tais personagens estrangeiros estabelecem relações diferenciadas com o Brasil, mas que são sempre indicadores de uma desigualdade básica entre centro e periferia.” (PEIXOTO, 2001, p. 529)

Neste caso, na produção e na circulação das ideias científicas.

Contudo, nosso real interesse foi pelo momento em que François Perroux já angariou um capital cultural reconhecido entre os seus pares e se tornou uma das principais referências no campo da economia espacial na França, sobretudo para os trabalhos voltados ao planejamento do desenvolvimento regional nos idos da década de 1960 (BENKO, 1999). Neste sentido, mergulhamos, então, nos usos da teoria dos polos de desenvolvimento – de autoria do economista francês – no planejamento regional brasileiro. Para tanto, fizemos um rastreamento da trajetória transnacional da teoria que circulou pelo mundo após a década de 1950.

1.1 Introdução ao pensamento de François Perroux e seu contexto.

“Polos de crescimento” foi “amplamente citado em ciências sociais dos dois lados do Atlântico”. De modo que teve amplo uso nos países centrais e uma incursão na América (LASUEN, 1975, p.114). Incursão que ainda faltava ser rastreada

retrospectiva e criticamente. Para isso, primeiro, é importante entender o contexto no qual François Perroux edificou sua teoria do desenvolvimento econômico, cujo pressuposto era a polarização espacial. Com isso extraímos melhor suas fundamentações e ambição teórica.

Nosso intuito no presente capítulo não foi construir especificamente a trajetória intelectual do economista francês François Perroux, porém, considerando importante se fazer uma abordagem contextual a respeito da teoria dos polos de desenvolvimento elaborada por ele, julgamos prudente voltar, mesmo que de forma panorâmica, ao contexto político, econômico, sociocultural e intelectual no qual Perroux edifica sua teoria e os círculos de afinidade formados em torno da sua proposta de “desenvolvimento econômico polarizado espacialmente”. Até porque, um longo ensaio mais detalhado sobre a trajetória intelectual já se tem registro entre os especialistas de língua espanhola (DIAZ, 1979).

Ademais,

analisar ainda que sumariamente a obra monumental de François Perroux e tratar de oferecer os traços mais significativos de sua vigorosa personalidade, não pode considerar tarefa fácil. Muito pelo contrário, qualquer um que tente semelhante empreendimento [...] deverá sentir oprimido pelo peso da responsabilidade contraída (DIAZ, 1979, p. 9, tradução nossa).

Longe de querermos carregar tal peso de responsabilidade, entendemos então, ser fundamental registrar que apreendemos as ideias de François Perroux como correspondentes a uma construção diacrônica no tempo histórico. Isto significa dizer, que sua elaboração teórica não se iniciou no recorte temporal aqui escolhido e nem se encerrou nele. No entanto, destacaremos da sua construção teórica apenas os elementos que foram basilares para compreender as repercussões no campo do planejamento do desenvolvimento regional, e de certo modo na geografia, posteriormente.

Um primeiro ponto a se destacar na tentativa de entender o pensamento de François Perroux, portanto, é sua relação com a academia e os escalões do planejamento estatal francês.

Ao focarmos mais no âmbito acadêmico, devemos destacar François Perroux como um dos responsáveis pela “via estrutural da escola de economia francesa”, a qual, a partir de 1950, se interessa pelo estudo das estruturas na economia, representando o casamento do Estado com a Estrutura (DOSSE, 2007, p. 129-131).

Desse modo, Perroux “...contribuirá para a difusão do modelo estrutural entre os economistas.” De modo que, “aos liberais que cultuam um mercado perfeito em que os preços operam sem resistência, François Perroux opõe a operacionalidade do conceito de estrutura.” (DOSSE, 2007, p.232). O importante aqui é o fato da noção de Estrutura ser o elemento central no pensamento econômico de François Perroux.

Tal aspecto epistemológico de estrutura, no nosso entendimento, foi fundamental para a difusão de suas propostas entre os cientistas sociais, que se dedicaram ao campo do planejamento do desenvolvimento regional – destacadamente entre os geógrafos e economistas – na segunda metade do século XX. Contexto intelectual de forte aceitação da noção de Estrutura nas ciências como um todo. Assim, é necessário entender que ‘...em François Perroux, o que define a estrutura pelas proporções de fluxo, de estoques de unidades elementares...’ (DOSSE, 2007, p.233)

A presença de François Perroux torna-se notável no âmbito do planejamento econômico e social na França nos meados do século XX. E, se há uma unanimidade em torno do seu nome, é a de que ele é o economista francês mais influente do século XX. Ao menos entre a comunidade dos economistas (COUZON, 2003, p.82). Também foi considerado um dos economistas mais originais (ROMO, 2008, p.11-12), sendo também o responsável por introduzir o conceito de “*pôle de croissance*” [polo de crescimento] na literatura econômica (LASUEN, 1975, p.113).

Considerado por alguns como um grande mestre e um ‘pioneiro esquecido da economia do desenvolvimento’ (ROMO, 2008, p.11-12; DIAZ, 1979). A originalidade das ideias de François Perroux está na abertura do diálogo da economia com a filosofia, com a sociologia, com a política e outros campos científicos (PEDROSA, 2013, p.102; ROMO, 2008, p.12; COUZAN, 2003, p.83). Nesse sentido, como classifica Dosse (2007, p. 232), François Perroux foi o homem da confluência, isto porque exerceu papel decisivo no estabelecimento de “algumas pontes que permitiram organizar um diálogo entre economistas e os outros campos das ciências humanas”.

Já sua preocupação com o espaço tem referências na literatura alemã especializada em economia espacial. Assim, tornou-se nesse campo “um nome francês entre uma série de nomes alemães e escandinavos” (LASUEN, 1975, p. 115). Sendo na França o primeiro a abordar a questão espacial na economia (BENKO, 1999, p. 77).

Outra coisa que devemos ter em mente é o período logo após a Segunda Guerra Mundial e um contexto nacional específico como o caso da França, que necessitava de uma reestruturação socioespacial. Um ambiente internacional de disputas entre as diferentes potências mundiais conforma o cenário onde a teoria dos polos de desenvolvimento foi forjada pelo economista francês.

Com a atuação institucional no planejamento estatal após a Segunda Guerra, Perroux se preocupava com uma política de independência para a França através de um planejamento que garantisse desenvolvimento econômico em um ambiente de economia desequilibrada, colocando sua atenção nas “grandes unidades produtivas” – monopólios e oligopólios públicos e privados – em favor do desenvolvimento nacional.

Perroux trabalhava com planejamento público antes mesmo do fim da guerra, quando participou do governo Vichy. Mas foi com a queda do nazismo e com a diluição do grupo da revolução nacional na França, que Perroux se agrupa entre os economistas que circulavam em torno da “*La Revue Économique*”. (PEDROSA, 2013, p.103; DOSSE, 2007, p. 231). O grupo de intelectuais que circularam no âmbito dessa revista marcou presença nos escalões do planejamento público francês, os quais se caracterizavam por terem ligação com a direita política (PEDROSA, 2013, p.103).

Também foi “Professor no *Collège de France* a partir de 1955 e criou o “ISEA (Instituto de Ciência Econômica Aplicada) e a revista ‘*Les Cahiers de l’ISEA*’, a qual se oferece “à reflexão filosófica, em especial epistemológica, com artigos de Claude Lévi-Strauss, Gilles Gaston-Granger e outros” (DOSSE, 2007, p.232). Posteriormente, Perroux torna-se chefe no “*Institut d’étude du développement économique et social*” (IEDES)⁷ na França.

Foi com a participação de Perroux no Instituto de Ciências Econômicas Aplicadas (ISEA), que ele estabeleceu diálogo com o keynesianismo (Pedrosa, 2013, p. 103; Lasuen, 1975, p.115)⁸. Também dialogou com as ideias de inovação de Schumpeter como o processo propulsor de desenvolvimento (Lasuen, 1975, p.117). Elementos que são importantes para entender os desdobramentos posteriores da

⁷ Ainda sob chefia de François Perroux, o geógrafo brasileiro Milton Santos ocupou uma cadeira nesse instituto. O economista brasileiro Celso Furtado foi outro que passou por esse instituto enquanto era chefiado pelo economista francês.

⁸ Segundo Lasuen (1975, p.115), Perroux foi um dos responsáveis em introduzir as ideias keynesianas na França.

‘teoria perrouxiana’ em relação ao Estado no processo de desenvolvimento econômico.

No que se refere o IEDES, destaca-se o vínculo dos professores de economia do desenvolvimento, inclusive seu diretor François Perroux, com o “neocolonialismo francês” que se engendrava dali como modelo de desenvolvimento econômico e social para o Terceiro Mundo⁹. Sendo assim, “no plano da concepção do ensino voltado para os problemas do desenvolvimento, as posições de Charles Bettelheim¹⁰ eram aprovadas pelos estudantes, contra as de Perroux”. Desaprovações que impediram François Perroux de permanecer na direção do Instituto (THIOLLENT, 1998, p. 69).

Entretanto, podemos dizer que Perroux estava atento ao seu contexto histórico e sua teoria buscava um enfoque analítico que substituísse a ênfase colocada na diferença entre bloco capitalista e socialista, por uma análise das relações entre países industrializados e não industrializados (CORAGGIO, 1972, p. 17)

Neste sentido, foi o seu artigo “*Les espaces économiques*”, que fez história e provocou o aparecimento de reflexões teóricas a partir de 1950 (BENKO, 1999, p.77-78). De todo modo, destacamos como os principais trabalhos de François Perroux a respeito da noção de polos de desenvolvimento as publicações: Espaço Econômico: teoria e aplicações¹¹ (1950), “*Note sur la notion de Pôle de Croissance*” e “*La firme motrice dans la région motrice*”. Esses dois últimos textos estão também aglomerados na coletânea “A economia do século XX” de 1967, obra considerada icônica do pensamento econômico de François Perroux.

Diante disso, temos os elementos para afirmar que François Perroux foi o principal nome do movimento intelectual conhecido como “escola francesa de economia espacial” (BOMFIM, 2014, p.2; DINIZ, 2009, p.131; LASUEN, 1975, p. 122).

Reconhecer a existência de tal movimento intelectual nos permite compreender melhor o momento de reaproximação entre os campos da economia e da geografia. Tal reaproximação parte da inspiração perrouxiana, destacadamente no engajamento em amenizar as desigualdades regionais. Com isso, não fica difícil entender o porquê que a economia espacial francesa atraiu geógrafos que buscavam soluções e

⁹ É importante destacar essa denúncia realizada no bojo do movimento estudantil francês da década de 1960, pois será também o centro da crítica produzida a respeito da recepção e uso da teoria de François Perroux no planejamento do desenvolvimento regional dos países da América Latina.

¹⁰ N.A. Economista francês ligado a esquerda política, reconhecido pelos seus estudos sobre a formação social da URSS.

¹¹ Economic Spaces: Theory and Applications (1950).

instrumentos de planejamento nas escalas urbano e regional (PEDROSA, 2013, p. 101-104)

Essa aproximação de Perroux com a geografia ocorre “em pelo menos dois aspectos: consulta algumas obras de Pierre George sobre desindustrialização e extrai a ideia de espaço banal de Jean Gottmann”. Desse modo, destacamos que a obra do economista francês teve uma relação com a geografia e que buscou unir estruturalismo e economia no planejamento estatal (PEDROSA, 2013, p. 101-108). Ainda, cria uma noção de espaço abstrato para a economia que repercutiu nas formulações sobre estruturas regionais nos estudos da geografia até os dias atuais. Nesse sentido, buscamos com este trabalho, ampliar o entendimento dessa relação ainda pouco desmitificada.

A leitura dos principais trabalhos de François Perroux demonstra a situação e os problemas mundiais nos quais ele estava envolto e pelo qual se preocupava (CORAGGIO, 1972, p.12). Disso vale dizer, que além do capitalismo industrial, com a ascendente hegemonia estadunidense, também existia a questão das ex-colônias e suas reorientações para certa autonomia política frente as velhas metrópoles.

De um modo geral, a formulação teórica de Perroux buscou uma explicação de como se organiza a dominação política e econômica no modo de produção capitalista (ROMO, 2008, p.16; HANSEN, 1970).

A seguir faremos um esforço para definir a então teoria dos polos de desenvolvimento, amplamente propagandeada para o planejamento econômico e social dos países pelo mundo.

1.2 Revisitando a teoria dos polos de desenvolvimento.

Um marco inicial em que François Perroux apresenta as bases de sua teoria dos polos de desenvolvimento foi uma aula inaugural em Harvard, na qual o economista francês sintetizou suas ideias no seu texto: “*Economic Spaces: Theory and Applications*”.

A partir de então, o ponto nodal da análise de François Perroux encontra-se em torno do processo de industrialização, entendendo-o como o fator responsável pelas variações da estrutura econômica nacional. Para Perroux, essas variações advêm do aparecimento de uma indústria ou grupos de indústrias novas ou do crescimento de uma já existente, as quais se propagam através dos preços, fluxos e antecipações.

De modo que, em período longo, os produtos de tais indústrias tornam-se irreconhecíveis em comparação com a sua forma inicial, gerando assim as inovações que impulsionam a criação de novas indústrias. Dito em sua definição clássica: o crescimento não surge em toda parte ao mesmo tempo; manifesta-se com intensidades variáveis, em pontos ou polos de crescimento; propaga-se, segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis, no conjunto da economia (PERROUX, 1975, p.100).

Portanto, é importante entender os pressupostos que estruturam a teoria dos polos de desenvolvimento para elucidar o seu arcabouço teórico, conceitual e metodológico. Podemos iniciar com os questionamentos: o que Perroux entende como ‘polo’ e o que ele entende como ‘desenvolvimento’?

Para a primeira questão, cabe uma explicação breve, mas importante. O significado da noção de “polo” para Perroux é diferente do sentido convencional dessa palavra em inglês: o economista francês visualizava o ‘polo’ mais como uma protuberância que se salienta em uma superfície homogênea, do que como extremos opostos. Consequentemente, podem existir mais do que dois polos ao mesmo tempo. Por ‘polarização’ Perroux entende o processo de ampliação de um polo (LASUEN, 1975, p.113).

Já para o segundo questionamento poderia render um longo debate em torno da diferença entre “crescimento” e “desenvolvimento”. Porém, entendemos que no caso da proposta de François Perroux, tal diferenciação deve-se muito mais ao âmbito das traduções do que em torno de uma explicação teórica muito elaborada, como muitos acreditam¹².

Contudo, no sentido de reduzir o caráter de indefinição do conceito dos polos de desenvolvimento é necessário saber o que significa desenvolvimento para Perroux. Nesse sentido, é Lasuen (1975, p. 114) quem resume: “significa o nascimento de novas indústrias e a morte de velhas”. Resumo que ilustra o elemento nodal do pensamento econômico de Perroux, isto é, a indústria como polarizadora do desenvolvimento econômico e social pois a única capaz de gerar inovação.

Diante disso, a leitura que se arrisca em defender a ideia de que para Perroux a diferença consiste em surgir os polos de crescimento para depois se tornarem polos

¹² Entre os trabalhos que abarcam a teoria dos polos é comum encontrar uma busca para diferenciar polos de “crescimento” de polos de “desenvolvimento”, o que vem rendendo muitas páginas nos artigos.

de desenvolvimento parecem-nos uma questão atraente, porém perigosa. Consideremos, então, essa querela uma complexização desnecessária para nosso intuito e na qual não nos estenderemos nesse momento.

Inicialmente, através da releitura do trabalho “*O conceito de polos de crescimento*” de Perroux, buscamos os elementos que contribuam para uma definição “clássica” – se assim pudermos dizer – da teoria dos polos de desenvolvimento. Para entender essa pretensa teoria¹³ elaborada pelo economista francês François Perroux, primeiro é necessário compreender a arquitetura dos seus conceitos.

A partir de uma busca com a interseção com a geografia, podemos destacar as três principais noções encontradas: a da indústria motriz, a indústria-movida e o complexo industrial. A relação entre esses conceitos se fundamenta-se na noção de “espaço econômico”, o qual é uma abstração que busca categorizar as relações de forças econômicas envolvidas na organização do trabalho, da produção e do consumo entre os monopólios e oligopólios público e privado. Isto é, a questão da macro-decisão.

A primeira noção a se destacar na teoria de Perroux é a de indústria motriz. Essa noção se constitui como forma, isto é, a forma das grandes indústrias modernas com capacidade de impulsionar a criação de outras indústrias: as indústrias-movidas. Assim, a indústria motriz gera novas relações econômicas, pois, possuindo o maior poder de inovação, de lançamento e de progresso tecnológico no mercado. Isto é, são as forças que produzem o desequilíbrio entre as estruturas econômicas da nação.

Desse modo, a indústria motriz se desenvolve como forma da grande indústria moderna onde ocorre a separação dos fatores de produção em si, a concentração de capitais sob o mesmo poder, a decomposição técnica de tarefas e de mecanização. De modo que em “determinados períodos as indústrias motrizes apresentam taxas de crescimento do seu próprio produto mais elevadas que o crescimento do produto industrial e do produto de economia nacional”, podendo atingir um limite em que sofrerá diminuição relativa por causas acidentais e causas de origem geral, ou as duas coisas. Assim, o lançamento do progresso técnico no mercado é seguido por progressos menores, depois por procuras menos elásticas do produto.

¹³ De fato alguns autores desconfiaram de que se tratou de uma teoria válida, isso devido a fragilidade e incoerência de seu corpo teórico. Entre estes, apresentamos os especialistas latino-americanos que ilustram essa discordância. Ver Cap. 2.

Posteriormente, a especulação extingue-se, reduz-se e desloca-se (PERROUX, 1975, p.101).

O exercício da indústria-motriz sobre o produto global da economia ocorre quando o surgimento de uma nova indústria é fruto duma antecipação de um ou de vários “sujeitos econômicos”, os quais avaliam e assumem o risco de empreender e concretizam um ‘plano’, compatível com “outros sujeitos econômicos” do mesmo ramo, o que explica a antecipação como efeito criador (PERROUX, 1975, p.103).

É nesse ponto que a proposta de Perroux se diferencia das propostas de Schumpeter e ficam mais evidentes a peculiaridade da sua proposta. A noção de indústria-motriz perrouxiana se distingue da proposta de inovação schumpeteriana, pois essa só se interessa pelo papel dos empresários privados (grandes empresários). Na proposta de Perroux (1975, p.105) se considera outros dois agentes importantes para o processo inovador, sendo eles: os poderes públicos e suas iniciativas e as pequenas inovações de adaptação, as quais não devem ser esquecidas. Esses dois elementos se destacam na proposta perrouxiana, porque, potencialmente, são os outros agentes propulsores do “fator inovação técnica” além das grandes indústrias.

Pelo visto, Perroux se interessou em apresentar um instrumento que assimilasse e classificasse as variações e instabilidades econômicas. É nesse âmbito que aparece a noção de complexo de indústrias, responsável por caracterizar outros três elementos na análise do economista. A saber: a indústria chave, o regime não concorrencial e o fato da concentração territorial.

A indústria chave se caracteriza pelo potencial de aumentar o seu volume de produção e de influenciar o aumento do volume de produção em outra ou em várias indústrias. Desse modo, tal ação motriz em um complexo de indústria influencia a atividade movida (PERROUX, 1975, p. 105). Portanto:

A propriedade examinada [indústria-chave] existe, em grau variável, em todas as indústrias motrizes. Designemos por indústria-chave aquela que induz na totalidade dum conjunto, por exemplo, duma economia nacional, um crescimento de volume de produção global muito maior que do que o crescimento do seu próprio volume de produção (PERROUX, 1975, p. 106).

Entretanto, o economista francês não elabora uma lista de indústria-chave, mas indica que “as indústrias que fabricam complementares múltiplos – matéria-prima, energia, transportes – têm efetivamente tendência para se tornar indústria-chave, mas há outras condições necessárias para que assumam essa natureza” (idem). Assim, o

conceito de indústria-chave como instrumento de análise é essencialmente relativo e em cada caso concreto exige uma definição do conjunto movido (PERROUX, 1975, p. 104). Isto é, do dualismo indústria motriz – conjunto movido.

Outro elemento da noção de complexo industrial é o regime não concorrencial. Uma vez que os complexos industriais são instabilizadores das estruturas econômicas por se conformarem de uma combinação de forças oligopolistas. Nessa interpretação, as lutas e conflitos de eliminação e de subordinação duma parte à outra ou dos acordos entre indústrias são as consequências possíveis e observadas nesse regime de forças oligopolistas. Portanto, será o resultado da relação dessas forças que impulsionam a expansão e o crescimento dos conjuntos movidos (PERROUX, 1975, p.106 – 107)

Já o fator da concentração territorial corresponde à consequência específica da natureza da atividade-indústria-chave e ao regime não concorrencial do complexo. Na medida em que “num polo industrial complexo, geograficamente concentrado e em crescimento, registram-se efeitos de intensificação das atividades econômicas devidos à proximidade e aos contatos humanos”. Desse modo, uma “concentração industrial urbana” possui o efeito de intensificação, pois se caracteriza por abarcar consumidores com consumo diverso e com necessidades coletivas (alojamento, transporte e serviços públicos) e mais os efeitos de disparidades inter-regionais. Por isso, “geograficamente concentrado, o polo industrial complexo transforma o seu meio geográfico imediato e, se tem poder para tanto, toda a estrutura da economia nacional em que se situa”. Assim, o centro de acumulação de meios humanos e de concentração de capitais fixos e definidos influenciam outras existências de centros de acumulação e concentração através das vias de transporte material e intelectual, impulsionando as transformações econômicas entre produtos e consumidores (PERROUX, 1975, p.108).

A partir desse esclarecimento de Perroux, é que desconfiamos que sua teoria quando usada como estratégia de planejamento regional, sobretudo na América Latina, foi atribuída aos grandes centros urbanos como estes sendo verdadeiros polos de desenvolvimento, devido sua capacidade de aproximar as pessoas e possuir uma estrutura econômica mais dinâmica em tais países.

Contudo, o interesse de François Perroux em sua elaboração teórica não é pela localização da indústria em si, mas como estas aparecem ou são criadas como impulsoras de polos de desenvolvimento econômico. Desse modo, François Perroux

se preocupou em explicar como as grandes indústrias passaram a se organizar e se expandir mundialmente, fortalecendo os regimes de monopólio e oligopólio como a estratégia de organização moderna da empresa privada e pública que emergiam como modelo de acumulação capitalista logo após a Segunda Guerra Mundial. Dessa relação de dominância entre indústria motriz e indústria movida caracterizam-se os complexos industriais, que podem ser internos às nações ou se forem fortes o suficiente se organiza em escala internacional.

Com efeito, o que aparece como central na proposta de Perroux é o posicionamento da indústria-motriz (de ponta capaz de produzir inovações) em sua relação de força com outras indústrias movidas e também como impulsora de economias externas. Isso permite entender o esforço de abstração de François Perroux, uma vez que ele buscava dar conta de explicar as trocas técnicas, administrativas e organizacionais necessárias para o trabalho e para a produção existente num complexo industrial, conformando-se a partir de uma indústria-motriz e sua capacidade de gerar crescimento econômico em um ambiente no qual as relações das forças econômicas são desequilibradas. E nesse sentido de dominação, pode-se se estender a interpretação entre as nações e até entre regiões de um mesmo país.

François Perroux procurava explicar o crescimento dos polos em relação ao crescimento das economias nacionais da seguinte forma: a economia nacional em crescimento já não aparece unicamente como um território politicamente organizado – Estado Nacional – no qual vive uma população e nem como um aprovisionamento. Aqui, a análise perrouxiana vai além das fronteiras do território nacional. Portanto, a teoria dos polos de desenvolvimentos se apresenta como uma combinação entre conjuntos ativos (força de inovação) e conjuntos passivos (forças movidas), sucessivamente: as indústrias-chave induzem nas indústrias-movida fenômenos de crescimento (PERROUX, 1975, p.109).

Desse modo, Perroux (1964, p.143) buscou demonstrar o fundamento de um desenvolvimento espacial e setorial, no qual:

crescimento não aparece em todo lugar e de uma vez; aparece em determinados pontos ou polos de desenvolvimento, de intensidade variável; espalha-se ao longo de diversos canais e com efeitos terminais variáveis para o conjunto da economia” (HANSEN, 1970, p.146).

Interpretada em termos geográficos, “o fator elementar” da teoria dos polos de desenvolvimento corresponde em identificar que o crescimento econômico não ocorre de maneira igual por todo o espaço nacional de uma só vez (BOMFIM, 2007, p.168). O que ocorre são pontos, ou seja, os polos de desenvolvimento. Ora, em termos simples, pode-se definir que a ideia original dos polos seria de impulsionar o desenvolvimento econômico onde ele não aparece espontaneamente (CORAGGIO, 1972, p.3). Talvez por isso, quando usada no planejamento dos países subdesenvolvidos, a noção de polo fosse atribuída aos centros urbanos, já que esses espaços se caracterizam pelas maiores forças de atração, concentração e reprodução de capital, trabalho e consumo. De modo que influenciam e alteram as estruturas econômicas de outros espaços de seu entorno, ou, em termos perrouxianos: exercem os efeitos de polarização espacial.

A partir dessa definição pode-se interpretar o conceito em termos territoriais, mas seu alcance é ainda mais “amplo, identificando-se a princípio o conceito de polo com o de indústria moderna, motriz, oligopólica e, em geral, desestabilizante do sistema” (CORAGGIO, 1972, p.15).

Na releitura da teoria perrouxiana existem dois aspectos importantes que devem ser destacados. Um é o processo de crescimento econômico em relação com os grandes empreendimentos industriais (HANSEN, 1975, p.155). O outro é que a teoria dos polos de desenvolvimento se tornou o mecanismo de indução do crescimento econômico mais propalado por órgãos governamentais em diferentes contextos nacionais (BOMFIM, 2007, p.168):

em vista tanto a criação de polos industriais no Ural ou na Ásia russa como a política de ‘complexos industriais’ preconizadas – e mesmo já iniciada – na África. Um dos esquemas característicos da operação é o seguinte: um centro de extração de matéria-prima está combinado com um centro de produção de energia e, por vias de comunicação, com centros intermediários ou de transformação. (...) O polo complexo exige novas criações, abala regiões e altera a estrutura do meio que anima (PERROUX, 1975, p.101-101).

De modo geral, deve-se entender a teoria dos polos de desenvolvimento em sua relação com a ideia de desenvolvimento impulsionado pelo processo de industrialização, necessariamente vinculado à inovações que possuam efeitos dinamizadores das relações entre estruturas econômicas, interindustriais e interestatal; como também inter-regionais.

Portanto, podemos, num esforço de síntese, definir a estratégia de polos de desenvolvimento da seguinte maneira:

Esta estratégia ou família de estratégias foram propostas numa variedade de configurações, e portanto, não se generaliza facilmente. Certas características comuns podem ser identificadas, no entanto. A estratégia de polo de crescimento normalmente envolve o foco do investimento em um número limitado de locais (geralmente como parte de um esforço deliberado para modificar a estrutura espacial regional), em uma tentativa de incentivar a atividade econômica e, assim, aumentar os níveis de bem-estar em uma região (PARR, 1999, p. 1196).

A partir desses pressupostos apontados sobre a teoria dos polos de desenvolvimento, a seguir buscaremos localizá-la entre outras teorias que buscavam os mesmos objetivos.

1.3 Teoria dos polos de desenvolvimento entre as teorias do desenvolvimento regional.

Região, regionalização, desenvolvimento regional são termos familiares para toda a gente. A noção de região é também utilizada em numerosos contextos: regiões culturais, econômicas, históricas, turísticas ou ainda de conflito, de guerra. A expressão política regional impõe-se no pós-guerra. São os Conselhos Regionais que gerem o espaço regional em França. Portanto, e em suma, a região é um conceito a que não se pode escapar na nossa vida cotidiana. Mas poucos entendem que a região ou, mais exatamente, o espaço regional é também o cerne de preocupações científicas (BENKO, 1999, p.1).

Preocupações estas que com o contexto após Segunda Guerra Mundial se reivindicaram como um novo campo científico: a ciência regional. Classificada como sendo “uma disciplina situada na encruzilhada da economia, da geografia, da sociologia, das ciências políticas, do direito, do urbanismo e, mesmo, da antropologia. Estuda, principalmente, a intervenção humana no território” (BENKO, 1999, p.2).

Diante disso, temos que entender, primeiramente, que dentre as teorias do desenvolvimento econômico desenvolvias no pós-Guerra existem aquelas que se dedicam a promover o desenvolvimento regional em busca de mitigar as disparidades inter-regionais. É no escopo desse referencial teórico que localizamos a teoria dos polos de desenvolvimento. Desse modo, podemos colocar essa teoria como pertencente aquilo que podemos descrever como “escola do desenvolvimento

regional desequilibrado”, responsável por se preocupar com os efeitos de polarização espacial (LUTER, 1994, p. 127-137).

Ao buscar uma síntese das propostas de Gorzelak (1989) e Palacios (1986) para a classificação das teorias regionais referentes à polarização espacial, Luter (1994, p.120), nos auxiliou a localizar a de Perroux entre as teorias econômicas e dentre as teorias do desenvolvimento regional.

Por isso torna-se relevante destacar que outras escolas dos estudos regionais se dedicaram aos efeitos de polarização espacial. Isso porque, foi no âmbito desse enfoque que localizamos o lugar da teoria dos polos de desenvolvimento. Uma vez que, a noção de polarização espacial, de acordo com Luter (1994, p. 120), está presente em todas as teorias de desenvolvimento regional. E, entre os dois grupos estabelecidos por Palacios (1986), das cinco teorias referentes a polarização espacial, a teoria perrouxiana se enquadra mais no enfoque que “considera a sociedade atomizada (divididas em diferentes grupos), mas sem classes sociais” (LUTER, 1994, p. 120). Contudo, deve ser interpretada dentro do quadro da escola das “teorias do desenvolvimento regional desequilibrado”.

Para o mesmo período em que dedicamos o nosso rastreamento da circulação da teoria dos polos encontra-se, na mesma linha de investigação, outros nomes reconhecidos da Ciência Regional como por exemplo: Gunnar Myrdal, Jacques Boudeville, John Friedman, Torsten Hagerstrand e etc..., que, apesar de terem desenvolvido suas propostas de maneira independente, foram todas formuladas num contexto após os anos 1950. Período em que as desigualdades socioeconômicas, entre países e entre regiões internas dos mesmos, começaram atrair atenção dos governos e dos estudos do desenvolvimento (LUTER, 1994, p.128). De certa maneira, o ponto de vista compartilhado por esses especialistas incorporou a noção de espaço na formulação de suas teorias do desenvolvimento econômico e social. Desse modo, a escala regional foi o recorte privilegiado para tal análise.

Assim sendo, a ciência regional pode ser considerada como a consolidação de uma rede internacional de intelectuais cuja sua produção científica avolumou-se consideravelmente. Uma vez que, de acordo com Benko (1999, p. 20), nos idos da década de 1960, cresceu a atenção para esse campo científico. Fato que pode ser confirmado através da consolidação das associações científicas em diferentes países. A saber:

As associações sucedem-se em França (1961), por iniciativa de Jacques Boudeville e François Perroux, com o apoio de Isard; na Escandinávia, no Japão, no Reino Unido, na Alemanha, na Hungria, na América Latina e, mais recentemente, nos outros continentes. A Regional Science Association International agrupa investigadores do mundo inteiro e conta atualmente [1999] perto de 3,000 membros (BENKO, 1999, p.20).

Ao partirmos desse ponto de vista, concordamos que a referida ciência regional representou uma filiação teórica que aproximou especialistas de diferentes países e disciplinas para fortalecer-se como uma nova ciência, mais moderna e útil ao planeamento diga-se passagem. Portanto, também aglutinou uma abordagem apresentada pelo que podemos chamar de escola do desenvolvimento regional desequilibrado, a qual “parte da suposição de que as desigualdades regionais podem ser eliminadas com a ação adequada da política estatal” (LUTER, 1994, p. 128).

Assim sendo,

A influência que este enfoque segue exercendo no desenvolvimento das teorias regionais é tal, que alguns científicos tem tentado dividir todas as teorias do desenvolvimento regional da seguinte maneira: as que baseiam suas suposições no equilíbrio e as que fundamentam no desequilíbrio dos processos regionais (LUTER, 1994, p. 128).

Assim, temos uma proposta de diferenciação onde “podemos dividir as teorias em dois grandes grupos”. De um lado, o grupo que tende em entender o processo de desenvolvimento como equilibrado. De outro, o grupo que tende a compreender o processo de “desenvolvimento regional por sua natureza, ou melhor dito pela natureza dos processos socioeconômicos que o regem, [isto] é desequilibrado” (LUTER, 1994, p. 143).

Portanto, o segundo grupo (das teorias de desenvolvimento desequilibrado) propõem principalmente uma:

Intervenção do Estado nos processos de desenvolvimento desigual. Dependendo do nível de radicalismo de ditas teorias, ou propõem ‘complementar o mecanismo de mercado com a política realizada por um Estado plural, que tem como objetivo o benefício comum’, ou que ‘o Estado se constitui no ator principal, porque representa a única força disposta a opor-se a força do poder mesoeconômico (sic) das corporações multinacionais’ (LUTER, 1994, p. 143-144).

Diante do exposto, entendemos a ciência regional como um círculo de afinidades composto por uma rede internacional de intelectuais que compartilham de

uma mesma estratégia e defendem um novo campo científico, voltado mais especificamente ao desenvolvimento regional¹⁴.

Ainda assim falta muito em examinar sobre a circulação de ideias entre os autores aqui arrolados para, então, confirmarmos como pertencentes a um círculo de afinidade. No entanto, podemos afirmar que os nomes de François Perroux e Jacques Boudeville circularam no âmbito do que ficou conhecido entre os especialistas como “escola de economia espacial francesa”. Como também, foram os responsáveis em fundar a Associação de Ciência Regional de Língua Francesa (1961) nos moldes da associação regional americana de W. Isard (BENKO, 1999, p. 105).

Contudo, a partir desta localização introdutória da teoria dos polos entre as teorias de desenvolvimento regional e ciência regional. A seguir, apresentaremos os elementos que aproximou a teoria dos polos de desenvolvimento com a geografia.

1.4 O enlace com a geografia: a noção de polarização espacial.

A economia e o espaço: um casal cuja história é relativamente recente (BENKO, 1999, p.27).

Como visto, a noção de polarização espacial extravasa a teoria de François Perroux. No entanto, acreditamos ser importante verificar como a teoria dos polos de desenvolvimento vinculou-se com a noção de espaço econômico. Conceito que foi definido como abstrato e o qual está presente na análise da polarização espacial do desenvolvimento econômico e social, repercutindo no planejamento regional e, por conseguinte, no campo da geografia.

É o espaço econômico abstrato entendido como instrumento de planejamento que permite entender os objetivos da teoria dos polos de desenvolvimento. Por isso, brevemente, voltaremos as principais características da noção de espaço econômico desenvolvido por François Perroux. Isso nos permite conhecer, em nosso entendimento, a aproximação e a transformação de conceitos no campo da geografia, como por exemplo, o conceito de região e o de regionalização.

¹⁴ Argumentação que se sustenta a partir da fundação da Associação de Ciência Regional de Língua Francesa por F. Perroux, J-R. Boudeville e W. Isard, em 1961. Além também da publicação de Megapolis, de J. Gottmann (sic) (BENKO, 1999 p. 105).

Para os economistas o espaço econômico é um conceito que merece atenção por questionar a noção inexacta de espaço nas teorias de desenvolvimento econômico (LIMA; SIMÕES, 2009, p.7). Mas também foi responsável em reaproximar economistas e geógrafos que se interessaram pelo planejamento do desenvolvimento regional (econômico e social) logo após a Segunda Guerra Mundial.

Enquanto que Von Thunen, Weber, Losch, Predhol, Palander: os clássicos da escola locacional de tradição alemã (BOMFIM, 2007, p.166) se preocuparam em explicar de que modo as atividades econômicas se organizam sobre o espaço geográfico. Perroux desconfiava de tais propostas locais, já que para ele, a economia espacial alemã encarava a geografia como se ela tivesse se “transformado em um invólucro rígido e passivo que” condiciona “a evolução dinâmica das forças econômicas”. Para Perroux, “esta era apenas uma perspectiva parcial, limitada e perigosa”, pois, para ele “a geografia não se limita de maneira rígida às forças econômicas” (Lasuen, 1972, p. 115-116).

Desse modo, o conceito de espaço econômico não deve ser confundido com a localização simples como é definida pelas divisões políticas ou geográficas (HANSEN, 1970, p.148). Mesmo que “em alguns de seus primeiros trabalhos Perroux introduza uma concepção especializada do polo, é necessário como ele mesmo sugere, “deslocalizar” a análise para apreender seu significado. Não seguir esse procedimento explica em parte a miopia da teoria pura” (CORAGGIO, 1972, p.15, aspas nossa).

François Perroux ao constatar que a concepção tridimensional (estática) de espaço utilizado na economia conduziu para avaliações desnecessárias e políticas nacionais perigosas na Europa, propôs a substituição dessa noção tridimensional por uma concepção de “espaço abstrato e topológico”. Nessa ideia, o espaço econômico se caracteriza pelo conjunto de relações de força que definem um objeto. Para cada objeto existem muitos sistemas de relações diferentes que o definem, isto é, existem diferentes espaços topológicos/abstratos. Nessa perspectiva de Perroux, pensada para o campo da economia, existem tantos espaços econômicos quantos forem os fenômenos econômicos abordados (LIMA; SIMÕES, 2009, p.7; HANSEN, 1979, p.148; LASUEN, 1972, p.116).

O espaço econômico abstrato possui uma tipologia pela qual se distingue em três tipos. Um primeiro que se define como o espaço das áreas de planejamento das unidades de decisão, definido em plano. O segundo define-se pelo campo de forças econômicas que atuam sobre as unidades de decisão. O terceiro tipo é o espaço do

ampo de objetos homogêneos, definido com um agregado homogêneo (PEDROSA, 2013, p.107; LIMA; SIMÕES, 2009, p.7; HANSEN, 1979, p.148; LASUEN, 1972, p.116).

O segundo tipo apresentado é o que se caracteriza como polo de desenvolvimento. Essa tipologia também aparece como central para pensar a transposição da noção de espaço econômico para pensar a noção de região e de regionalização, caracterizando as ainda usuais: região homogênea, região polarizada e região programa.

Esta noção de espaço econômico introduzida na economia por Perroux descarta a noção de espaço euclidiano (continente-conteúdo) e insere a noção matemática de espaço abstrato como sendo o método mais adequado para analisar a dinâmica das relações econômicas no século XX. A partir desse ponto de vista “o conceito de polo de crescimento é a derivação lógica de tal tipo perrouxiano de espaço abstrato. O espaço econômico, como campo de forças, conduz à noção de polo, um vetor de forças econômicas” (LASUEN, 1972, p.116).

Com efeito, das análises propriamente de François Perroux o que se deve evidenciar é o seu sentido puramente econômico e funcional, do que as considerações especificamente ao que concerne o espaço geográfico. Na proposta de Perroux (1950, p. 90-97), a localização em sentido banal cria a ilusão da coincidência entre espaço político, espaço econômico e humano, por isso, é necessário distinguir o espaço euclidiano do espaço abstrato/econômico, aquele que se define pela tipologia tríplice (HANSEN, 1970, p. 148).

A partir disso, certamente, podemos dizer que essa tipologia tríplice do espaço econômico/abstrato foi a base teórico-metodológica daquilo que denominamos de “escola de economia espacial francesa”. Responsável por orientar trabalhos de economistas e geógrafo interessados pelo campo do planejamento e desenvolvimento regional pelo mundo.

No entanto, até mesmo Perroux (1967, p. 158) reconheceu que: “a determinação destes espaços econômicos é bastante complexa”, já que “o espaço da economia nacional não é o território da nação, mas o domínio abrangido pelos planos econômicos do governo e dos indivíduos” (LIMA; SIMÕES, 2010, p.6).

Entretanto, o economista francês Jacques R. Boudeville foi o primeiro a sugerir que o conceito dos polos de crescimento tinha uma base geográfica (SANTOS, 2014, p. 166). Essa informação torna-se importante na medida em que, a partir das

formulações em torno da teoria dos polos de desenvolvimento suscitaram controvérsias a respeito da interpretação da ideia de espaço e de região no campo da geografia. Porém, o que fica evidente na teoria de Perroux é que a noção abstrata de um espaço econômico supõe pouca relação com a noção concreta de espaço geográfico, gerando assim, uma controvérsia teórica e metodológica a respeito do espaço como objeto de estudo e de planejamento.

Nesse sentido, encontra-se certa crítica à diferenciação entre “espaço abstrato ou econômico” de “espaço concreto ou geográfico” e suas repercussões tanto para o planejamento quanto para a teoria do espaço. Ou seja, tal dicotomia constitui o obstáculo à análise e a organização do espaço. Contrário a essa dicotomia, foi Santos (2014, p.167) quem apontou, junto com Béguin (1953, p.573), que são as duas noções de espaço que devem ser usadas. Muitos na atualidade podem achar que o debate em torno dessa dicotomia se esgotou. No entanto, acreditamos que para superá-los de fato ainda faltam esforços entre os especialistas.

Pois, Boudeville (1957) apresentou a contradição entre o geógrafo, que considera o homem em seu entorno natural, e o economista, que o considera em seu entorno em suas relações com as atividades humanas. Para Boudeville, “o espaço geográfico é um espaço tridimensional confrontado com um espaço mais complexo e multidimensional” (BOUDEVILLE, 1957, apud SANTOS, 2009, p.69-70).

Com isso, a escola de economia espacial francesa referida a François Perroux e Jacques R. Boudeville conglomerou economistas e geógrafos que partiram desse arsenal teórico-conceitual e metodológico para efetuarem seus estudos voltados ao planejamento e desenvolvimento econômico e social, justamente, quando a questão regional aparece como escala privilegiada de estudo.

Desse modo, o caráter não geográfico da análise proposta por Perroux contrasta com a ênfase dada por Boudeville que, “sob um ponto de vista econômico”, definiu que existem três tipos de espaço para o planejamento: o espaço homogêneo, o espaço polarizado e o espaço de planejamento ou programado.

Nesse sentido, os estudos sobre a organização do espaço no âmbito do planejamento do desenvolvimento regional, com certa influência da economia espacial francesa, abarcou a noção de espaço entre distintas concepções. Sendo elas, o espaço econômico, uma abstração passível de ser planejado e programado e o espaço geográfico, visto como um ponto no território nacional responsável por abarcar

ou receber alguma atividade econômica inovadora, caso esse processo não ocorra espontaneamente.

Ao abordar essas atribuições das concepções de Boudeville para o recorte regional, pode-se caracterizar a região da seguinte forma (HANSEN, 1979, p.148-149):

a) Região homogênea: com grau de uniformidade correspondente a um espaço contínuo, ou seja, partes ou zonas constituintes com características relevantes similares e passíveis umas das outras;

b) Região polarizada: com grau de interdependência de suas diversas partes, relacionando-se à noção de uma hierarquia de centros urbanos e suas funções. É um espaço heterogêneo, com partes que se complementam e suportam umas às outras, mantendo maior troca de artigos e serviços com um centro ou polo urbano intra-regional dominante das regiões vizinhas;

c) Região de planejamento ou de programa: grau de dependência dos objetivos que persegue várias partes e dependem da mesma decisão. Um instrumento colocado nas mãos de uma autoridade, não necessariamente localizada na região, para atingir um determinado objetivo econômico.

Entretanto, apesar de usar a terminologia de Perroux, Boudeville (1961) é quem considera:

uma utilização mais concreta ao sustentar que a teoria do espaço econômico 'é a aplicação de um espaço matemático sobre ou em um espaço geográfico'. Contudo qualquer avaliação desta abordagem requer, primeiramente, considerações sobre um outro aspecto da teoria de polo de desenvolvimento, a saber, o conceito de dominância [sic] (HANSEN, 1970, p. 149).

A noção de dominância econômica ajuda a entender como François Perroux interpretou a ideia de espaço geográfico, por onde, para ele, ocorreria o processo de polarização como promulgado na sua teoria dos polos de desenvolvimento. Assim, seria uma noção conexa a dos polos e se refere ao “esforço geral de Perroux em prover uma interpretação dinâmica da atividade econômica” (HANSEN, 1970, p.149).

De um modo geral, o conceito de espaço econômico é uma explicação da influência exercida por uma unidade econômica sobre outra. Estas unidades econômicas se caracterizam por suas dimensões e pelo poder de negociação da natureza de suas atividades e, ademais se pertencerem a uma zona de atividade econômica dominante. É neste caso que, segundo Hansen (1970, p.149-150), pode-

se encontrar uma interpretação de dimensão puramente econômica e uma outra dimensão espacial.

Seguindo essa ideia, a dominação ocorre quando uma empresa controla um espaço econômico abstrato (mercado de um produto/serviço ou um grupo de produtos/serviços) e exercer influência sobre outro espaço econômico. Ainda nesse raciocínio, as empresas (indústria propulsiva/dominante) se organizam em oligarquias econômicas, isto é, possuem poder de exercer influência sobre clientes e fornecedores diversos. Assim, “em termos de espaço geográfico as indústrias dominantes e propulsivas [sic] tornam a aglomeração onde estão localizados os polos de suas regiões”. E, portanto, “os conceitos de espaço econômico e de polos de desenvolvimento foram definidos em termos de abstração da localização espacial concreta e em termos de áreas geográficas” (HANSEN, 1970, p.150-151).

Comumente, entre os seguidores de Perroux, o efeito de dominância foi atribuído aos grandes centros urbanos por eles deterem as forças propulsoras capazes de influenciar e proporcionar atividades econômicas em outros “espaços econômicos” com quem estabelecem suas relações. Portanto, deve-se considerar o efeito de dominância como o grande marco geral que Perroux propõe como realidade iniludível de sua análise (CORAGGIO, 1972, p.12).

Contudo, é importante lembrar que a abstração do espaço econômico pretendeu abarcar e explicar o comportamento da grande indústria como verdadeiros monopólios e oligopólios de capital, processo que se consolida no sistema de acumulação capitalista logo pós-guerra. Porém, como o conceito foi elaborado para planejar as atividades econômicas em suas relações estruturais, nas quais o espaço geográfico/concreto não adquiriu grande importância.

A partir disto, como já apontamos anteriormente, há um fato pouco conhecido e debatido na história da geografia, que é a aproximação do geógrafo francês Pierre George com o grupo de Perroux e suas ideias elaboradas sobre a variável econômica a serviço da empresa privada e para o Estado interessado no desenvolvimento. Ademais: “...a teoria econômica dos polos de crescimento, que fomentariam o desenvolvimento das regiões ‘atrasadas’, introduz um debate acerca do estruturalismo econômico na geografia” (PEDROSA, 2013, p. 108).

Essa aproximação indica o caminho do engajamento da geografia e dos geógrafos com o planejamento, sobretudo aqueles que se dedicaram aos estudos regionais voltados ao desenvolvimento e superação do subdesenvolvimento.

CAPÍTULO 2 - A TRAJETÓRIA TRANSNACIONAL DA TEORIA DOS POLOS DE DESENVOLVIMENTO E SUA INSERÇÃO NA AMÉRICA LATINA

A teoria do desenvolvimento polarizado foi usada como modelo e instrumento de planejamento regional para diferentes contextos nacionais. Muito aplicada tanto para a realidade dos países industrializados quanto para os ditos países subdesenvolvidos. Encontra-se estratégias de desenvolvimento nacional inspirada na teoria em questão nos países da Europa, África, América e Ásia (ÁLVAREZ, 2016; RODRÍGUEZ, J. S. L. *et al*, 2013; LO, F.-C.; SALIH, K, 1978). Obviamente os resultados de tal uso foi diferente nas distintas realidades

Neste contexto, os trabalhos organizados por Antoni Kuklinski (1977)¹⁵ são exemplares do que aqui denominamos como trajetória transnacional da teoria dos polos de desenvolvimento. Trajetória que ilustra a construção de uma rede internacional de intelectuais no campo do planejamento regional.

Com isso, neste capítulo, não é nossa intenção fazer uma demonstração pormenorizada de todas as experiências de planejamento regional levadas a cabo em todos os países que se inseriram na circulação transnacional da teoria dos polos de desenvolvimento. Porém, apesar do perigo de se fazer generalizações no âmbito da experiência de planejamento regional. Aqui, apresentamos um panorama da trajetória da teoria dos polos de desenvolvimento (traduzida para o espanhol na maioria dos casos como “polos de crescimento”) na América Latina. Para isso, usamos fontes como: teses, publicações de periódicos especializados (EURE); no entanto, nos aprofundamos nos textos que circularam entre os especialistas do Instituto Latino-Americano e Caribenho de Planejamento Econômico e Social (ILPES).

Já no âmbito das experiências da prática do planejamento do desenvolvimento regional, a variedade de países em que foi possível identificar o uso da teoria dos polos de desenvolvimento chega de certa forma surpreender. Pois, “com exceção de Cuba e Panamá, todas as estratégias nacionais de desenvolvimento regional formuladas na América Latina se basearam na teoria dos polos de crescimento” (BOISER, 1980, p.33). São exemplos destacáveis: México, Colômbia, Guiana, Argentina, Chile, Venezuela, Brasil, Bolívia e Peru.

¹⁵ Esse autor possui uma contribuição importante na divulgação internacional da T.P.D. Também apontamos ele como um dos experts internacionais quando contribui para os trabalhos do ILPES.

2.1 A inserção teórica na América Latina

As ideias de François Perroux influenciaram muito a pesquisa em ciências sociais na América Latina pelo fato de que completavam a visão de “centro-periferia” de Raúl Prebisch. Nenhuma ideia teve tanto significado para a percepção do problema do subdesenvolvimento como a de estrutura centro-periferia (FURTADO, 2012, p. 300).

Com o excerto acima, não fica difícil compartilhar da ideia que entende os países que compõem a América Latina como uma espécie de laboratório para as iniciativas da prática e da teorização do planejamento do desenvolvimento regional.

A partir deste ponto de vista, o histórico do planejamento regional na América Latina se fortaleceu na segunda metade do século XX e ficou marcado pela tendência dos modelos teóricos e práticos, primeiramente, utilizados nas experiências de planejamento dos países mais industrializados. Sendo assim, encontramos os elementos gerais para entendermos como ocorreu a recepção e a circulação teórica entre os especialistas latino-americanos, demonstrando, quando indispensável, alguns exemplos da prática do planejamento regional na região (um esforço maior foi realizado no caso do Brasil, centro da apresentação do nosso capítulo 3).

Como princípio de método, sempre que possível, daremos voz aos envolvidos na rede de especialistas do planejamento do desenvolvimento regional na América Latina. Isso se faz possível seja na análise dos textos produzidos por eles ou apresentando literalmente as opiniões pessoais dos envolvidos quando indispensável.

Isto porque, na busca de ampliar o conhecimento de como ocorreu a importação teórica, verificamos a complementariedade da noção de desenvolvimento polarizado com a noção de centro-periferia. Entendemos tal complementação no sentido de que o “centro” passa ser visto como propulsor de desenvolvimento na “periferia”, mitigando com isso as disparidades regionais. Em outras palavras, os polos de desenvolvimento (centros) polarizam suas regiões (periferias).

Portanto, no que se refere a questão do desenvolvimento regional na América Latina, temos que entender que no âmbito dos movimentos intelectuais ocorrem diferentes momentos no que se conforma o campo do planejamento regional. Num primeiro momento, ocorre a inspiração majoritariamente estadunidense voltada para

o aproveitamento global das potencialidades das bacias hidrográficas, porém aparecendo algum destaque à experiência Italiana do *Mezzogiorno*.

Posteriormente, num segundo momento, surge um movimento intelectual inspirado na noção de desenvolvimento polarizado espacialmente, isto é, na teoria dos polos de desenvolvimento. Momento este que foi o centro de nossa investigação.

Deste modo, estamos falando de um recorte temporal que se estende de meados dos anos 1950 até início dos anos 1980. Década que mais se caracteriza pela descrença generalizada da noção de polos de desenvolvimento, florescendo a crença no desenvolvimento local.

Imagem 1. Linha do tempo da circulação das teorias do planejamento regional na América Latina (1940-1990):

Elaboração própria.

O processo de declínio do referencial teórico da teoria dos polos para o planejamento parece-nos ter seguido uma tendência generalizada de mudança do próprio campo científico, como também, seguiam os novos anseios das sociedades, que a exemplo dos países latino-americanos, exigiam processos e estratégias socioespaciais mais horizontais, isto é, mais democráticas. Por isso então: “o ‘desenvolvimento por cima’, baseado fundamentalmente na ideia dos pólos de crescimento, foi substituído pelo ‘desenvolvimento por baixo’, baseado nas forças sociais localizadas” (BENKO, 199, p.152).

Entretanto,

Nas primeiras experiências de planejamento regional neste subcontinente teve forte influência o modelo da '*Tennessee Valley Authority*' [sic] quando se tratava do aproveitamento de bacias hidrográficas e da '*Cassa per il Mezzogiorno*' [sic] quando se perseguia à industrialização. Nos decênios de 1950 e 1960 chegou-se ao máximo de importação de critérios e ideologia de planejamento regional; as escolas 'europeias' e 'americana' [sic] – associadas a profissionais como Isard, Rodwin, Friedmann, Stohr, **Perroux**, Hilhorst, **Rocheft**, **Boudeville** – exerceram predomínio sem contraposição, sobre os dirigentes políticos e os próprios planejadores regionais da América Latina" (BOISER, 1980, p.49 destaques nosso).

Com o trecho acima, destacamos os nomes dos franceses que tiveram ampla repercussão na geografia produzida no Brasil. Como visto, além de Perroux e Boudeville, já apresentados no capítulo inicial, destacamos também o nome do geógrafo francês Michel Rocheft. Como sabemos esse último se relaciona à geografia ativa francesa, cujo mentor foi Pierre George, geógrafo que reuniu esforços para apresentar a disciplina como útil ao planejamento estatal.

No entanto, é no âmbito da mudança de escala de interesse usado para o planejamento do desenvolvimento regional que a teoria dos polos de desenvolvimento ganhou repercussão entre os especialistas do planejamento, isso em detrimento do modelo locacional das bacias hidrográficas (T.V.A) até então usadas.

Então, de antemão, isso significa dizer que surgiram "dois elementos que se parecem suficientemente generalizados dentre todo o vasto conjunto de fatores que tem condicionado ou caracterizado o desenvolvimento regional planejado na América Latina". Um, a "mudança de escala operada" e outro, "o fundo conceitual e teórico" usado (BOISIER, 1976, p.1-2).

Isto é, passa-se a se interessar pelo desenvolvimento do país a partir da integração entre as suas diferentes regiões que o compõe. Isso indica a necessidade de desenvolver primeiro cada região, para então ocorrer uma promoção da integração nacional e o consequente desenvolvimento geral da nação. Dentre as explicações elaboradas para tal, a teoria dos polos de desenvolvimento se destacou de tal modo, que impulsionou estratégias nacionais de planejamento do desenvolvimento regional. Fator importante para se considerar, pois, foi a mudança de escala de análise do planejamento regional que animou o uso da teoria dos polos. Isto é, a escolha da escala nacional como recorte territorial para a prática do planejamento estatal.

Como dito, ainda no âmbito da circulação teórica, a noção de desenvolvimento polarizado espacialmente circulou desde o México até a Patagônia-argentina, influenciando as estratégias de planejamento nacionais num período importante para

a história recente do conjunto desses países. Na maioria dos casos, o uso da teoria perpassou a transição política para períodos de governos autoritários, sobre a conhecida influência estadunidense nos projetos, planos e programas de desenvolvimento econômico e social desses países. Por isso desconfiamos que a teoria dos polos não encontrou rechaço nos escalões de planejamento estatal em tais regimes autoritários. Já que o modelo teórico proposto ia de encontro com a necessidade de centralização desses governos, carregando um apelo modernizador, através do incentivo ao processo de industrialização como modelo de progresso tecnológico. Ademais, propagou-se pelo seu viés cientificista de neutralidade, que afastaria toda possibilidade de um avanço da ameaça ideológica (socialista), que insiste rondar essa região.

Na América Latina, nos períodos autoritários já experimentados, a escolha do planejamento estatal foi o pela escala nacional, refletindo as condições socioespaciais destes países:

Na grande maioria dos países latino-americanos o mercado e o sistema de preços não são instrumentos capazes de provocar as mudanças desejadas num prazo razoável, fato que obriga os processos que incidem na formação, troca e consolidação de uma **estrutura espacial**. (BOISIER, 1976, p.11, grifo nosso)

Com isso, encontramos com a noção de Estrutura Espacial como elemento central da recepção da teoria dos polos de desenvolvimento no ILPES. Ora, não podemos esquecer que François Perroux é um dos representantes do estruturalismo na economia; como também, a CEPAL é conhecida pelo aquilo que se conhece como Estruturalismo Econômico Cepalino. Deste modo, acreditamos que isso tornou as coisas mais fáceis para o uso da teoria da polarização espacial entre os especialistas do planejamento regional que orbitavam o ILPES. Sendo a partir de então que o “planejamento do desenvolvimento regional” ganhou sua roupagem de “dimensão nacional” (BOISIER, 1976, p. 13), com forte influência da teoria dos polos de desenvolvimento.

O contexto histórico que se desenrolam os temas trabalhados nesse capítulo foi sintetizado por um dos personagens que vivenciaram o período aqui em voga:

Os primeiros anos da década dos setenta [1970] são os filhos adolescentes (que nunca amadureceriam) da década ‘utópica’ dos

sessenta [1960]. Pelo menos na América Latina, estes anos mostraram o cruzamento de duas grandes tendências, uma, emergindo de baixo para cima, enraizada na Revolução Cubana, no movimento estudantil, na rejeição à Guerra do Vietnã e no movimento 'hippie' e outra, empurrada de cima para baixo mediante políticas públicas impregnadas do corpus doutrinário da 'modernização'. (BOISIER, 1993, p.5)

Desta maneira, nosso intuito consiste em apontarmos os elementos que nos ajudam a entender o enlace entre a teoria dos polos de desenvolvimento com a Comissão Econômica para América Latina e Caribe – CEPAL. Uma vez que:

No marco dos esforços para incorporar a dimensão espacial aos planos de desenvolvimento que foram elaborados principalmente na época da Aliança para o Progresso, os planejadores regionais começaram a preconizar a necessidade de regionalizar os territórios nacionais, como um requisito ineludível para poder desenvolver uma efetiva prática de planejamento regional à escala nacional (MATTOS, 1984, p.9).

Outro elemento importante para entender a circulação teórica é a forma como a teoria dos polos foi divulgada entre os especialistas latino-americanos em planejamento do desenvolvimento regional que se deu pela ocorrência de seminários e cursos de formação. Destes, destaca-se aqueles que são indicados pelos próprios participantes: o ILPES responsável de organizar, por exemplo, o primeiro Seminário de Planejamento Regional e Urbano da América Latina (entre outros).

Neste contexto tanto ideológico como experiencial, o Instituto Latino-americano de Planificação Econômica e Social e o Instituto Latinoamericano de Investigação Social, um organismo da Fundação F. Ebert, convocaram o PRIMEIRO SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PLANIFICAÇÃO REGIONAL E URBANA NA AMÉRICA LATINA, celebrado em Viña del Mar entre 17 e 22 de Abril de 1972. Em 1974 venho à luz pública o livro correspondente com o título 'PLANEJAMENTO REGIONAL E URBANO NA AMÉRICA LATINA' editado pelo ILPES e publicado por Siglo XXI Editores (México) e a Editorial Universitária S.A. (Chile). O livro contém os principais trabalhos apresentados no Seminário" (BOISIER, 1993, p.9).

Um dos principais representantes do uso da teoria dos polos de desenvolvimento nos relata como funcionou a estrutura desse seminário. Sendo um relato importante pois foi feito por um dos participantes do evento. De modo geral, o

seminário se dividiu em dois grupos de trabalho: 1) Os polos de desenvolvimento e 2) O desenvolvimento rural-urbano. O primeiro grupo sendo presidido por Antoni Kuklinski e tendo como relator Sergio Boisier (BOISIER, 1993, p. 9).

No que se refere ao “clima psicológico” do seminário, a palavra que melhor o descreveu foi a de RUPTURA (BOISIER, 1993, p. 10).

Havia um animo generalizado de ‘romper’ com o passado e tal ruptura ia de uma posição que podia ser chamada como ‘ruptura pactuada’ no sentido de buscar uma readequação epistemológica até uma posição de ‘ruptura radical’ com uma quebra epistemológica completa (BOISIER, 1993, p. 10)

Aqui vemos que não ocorreu um uso heterogêneo da teoria da polarização espacial e que Boisier (1993) apela à concepção de ruptura (nos moldes kuhniano) na tentativa de mostrar uma mudança de paradigma no pensamento latino-americano voltado ao planejamento regional.

No entanto ao realizarmos esta análise com um maior distanciamento histórico, identificamos que a tal “ruptura” apontada no excerto acima, se configura muito mais como uma convergência no sentido de perceber a incompatibilidade entre a teoria e a prática do planejamento regional em realidades distintas da qual a análise inicialmente buscou dar conta. Nesse sentido, a controvérsia que se estabeleceu foi muito mais no ponto de vista das referências usadas pelos especialistas em suas formulações.

Entre os especialistas latino-americanos, deve-se apontar como os responsáveis por produzirem as críticas nas representações de Sergio Boisier e José Luis Coraggio. O primeiro, um representante institucional do ILPES e o segundo, membro de projetos de pesquisa sobre o tema regional no período e que orbitava o referido instituto. É nessa perspectiva que Boiser (1993, p. 10) indica o seguinte: a respeito do “instrumento preferido do planejamento regional (os polos)”, Boisier representava uma “reinterpretação técnica”; enquanto Coraggio representou uma “desqualificação ideológica”. Fato que nos mostra que a oposição entre um ponto de vista da instrumentalização técnica e um outro ponto de vista de caráter ideológico tornaram-se marcantes no debate do seminário (BOISIER, 1993, p.10).

Acreditamos, que os materiais que resultaram desses seminários são valiosas fontes que contribuem à compreensão da circulação da “teoria do desenvolvimento polarizado espacialmente” como uma das principais animadoras do ímpeto planejador

para os países que precisavam superar o subdesenvolvimento. Para alcançar tal missão, a partir da década de 1960, o uso da “teoria do desenvolvimento polarizado espacialmente” na América Latina é inegável e demonstra a sua circulação entre os especialistas dos países que compõem a referida região.

A primeira dessas vertentes seria aquela que de fato se constituiu como tal no Seminário sobre a Questão Regional na América Latina, realizado no México, em abril de 1978, onde se reivindicou a necessidade de produzir uma ruptura filosófica com as teorias e métodos até então predominante (MATTOS, 1984, p. 23).

Com isto, podemos entender que a recepção teórica na CEPAL repercutiu em dois modos de interpretação da teoria dos polos de desenvolvimento. De maneira geral isso se deu através da (re)leitura realizada pelos especialistas que ocupavam os altos escalões do ILPES, a qual fica então conhecida como uma interpretação mais técnica. A outra maneira de recepção vincula-se a perspectiva crítica enunciada ainda na década de 1970, ou seja, em pleno auge da difusão teórica.

Desta circulação teórica o que de certa forma impressiona foi a maneira como as ideias do desenvolvimento polarizado espacialmente se insere no circuito dos especialistas em planejamento do desenvolvimento regional na América Latina. O que ocorrerá no âmbito de formar especialistas numa disciplina científica e numa prática estatal ainda pouco explorada nesses países. Nesse sentido, foi na formação de um quadro técnico especializado que a teoria dos polos de desenvolvimento passou a ser uma das orientações teórica-conceitual e metodológicas. Deste modo, pode-se dizer que a noção de polarização espacial orientou cursos de formação de especialistas para o recente campo do planejamento do desenvolvimento regional (ciência regional?). Essas referências são verificadas nos cadernos de textos produzidos e desenvolvidos dentro do próprio ILPES, instituto que pertence a CEPAL.

Diante disso, podemos indicar como um dos divulgadores da Teoria dos Polos de Desenvolvimento na CEPAL o economista chileno Sergio Boiser¹⁶ (RIFFO P., 2013, p. 23). O mesmo que defende a inserção da teoria dos polos de desenvolvimento a partir de rupturas: uma técnica, a qual ele representa e uma

¹⁶ Este autor chega até propor uma estratégia própria a qual denominou de **INDUPOL** (INDUSTRIALIZAÇÃO, URBANIZAÇÃO e POLARIZAÇÃO).

ideológica, a qual seria representada pelo economista argentino José L. Corragio. O primeiro chega até propor sua estratégia própria a INDUPOL.

O Instituto Latino-americano e do Caribe de Planejamento Econômico e Social – ILPES torna-se o núcleo de recepção, circulação e difusão da noção de polarização espacial, pois será na órbita desse instituto que teremos vários trabalhos resultantes de cursos de formação e de estudos regionais voltados às experiências de planejamento regional. Isto coloca a teoria dos polos de desenvolvimento num lugar de destaque dentro da trajetória teórica-conceitual desta instituição no decorrer dos seus mais de 50 anos (RIFFO P., p.5, 2013).

Vale dizer que é na órbita deste Instituto que se gerou a preocupação com o desenvolvimento econômico e social a partir de uma “visão especializada” da questão. Ponto de vista que perpassa a trajetória histórica do ILPES, o qual busca interpretar as dinâmicas do desenvolvimento territorialmente desigual na América Latina e Caribe (RIFFO P., p.5, 2013). Para tanto, o instituto atua através da capacitação, cooperação técnica e de investigação, que resultou em numerosos trabalhos.

Nesse sentido, a pergunta chave que impulsionou a atuação do ILPES como centro de recepção de diferentes teorias foi durante décadas, a seguinte:

Por que alguns lugares (cidades, localidades, regiões) mostram níveis de desenvolvimento maiores ou menores que outros? As respostas oferecidas a esta pergunta preconizaram propostas implícitas ou explícitas de políticas públicas para enfrentá-las (RIFFO P., 2013, p.15).

Considerando que a atuação do Instituto acompanha o contexto político, social e administrativo do seu tempo, bem como os debates internos que o dão forma. Observamos que o uso da teoria dos polos de desenvolvimento torna-se cadente no segundo movimento intelectual que se volta para o debate da “polarização, centro-periferia e dependência” (RIFFO P., 2013, p.15).

Por consequência, na década 1970, no ILPES se estabeleceu um Curso de Planejamento do Desenvolvimento Regional (CPRD), organizado pelo Instituto Latino-americano de Planejamento Econômico e Social, com a colaboração da Comissão Econômica para a América Latina e o financiamento do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Tal iniciativa marca a consolidação do interesse pelo planejamento e a necessidade de formação de um quadro técnico especializado. E,

será nas referências teóricas do curso que a TPD aparece entre as cinco teorias que basearam fortemente os estudos do período (RIFFO, 2013, p. 20).

Apesar de existir uma original elaboração teórica remetida a CEPAL: o estruturalismo-histórico. O autor de maior impacto teórico e político no campo do desenvolvimento regional foi sem lugar às dúvidas o economista francês François Perroux, que propôs a influente teoria dos polos de crescimento e que adquiriu um caráter especificamente geográfico nas mãos de Jacques Boudeville (RIFFO P., 2013, p. 21)

No sentido mais concreto das experiências de planejamento regional com referencial na noção de polarização espacial inaugura-se com:

O caso de Ciudad Guayaba resulta de um grande interesse dado que foi a primeira experiência implementada na América Latina, utilizando o marco explícito da teoria dos polos de crescimento de François Perroux, a que havia sido desenvolvida em sua versão norteamericana por John Friedman (Wrobel, 1971) – (RIFFO P., 2013, p.18)

É importante destacar que a influência da teoria dos polos no pensamento sobre o planejamento regional na América Latina, neste caso, representado pelos especialistas que orbitavam o ILPES durou até fins dos anos 1970. Pois, no decorrer da década de 1980, o descrédito para o alcance da referida teoria aumentou, dando lugar a outras interpretações. Esse abandono da teoria dos polos aconteceu porque os resultados esperados não foram alcançados de nenhuma maneira, tal como preconizava seus divulgadores. Assim, constata-se que:

No campo das reflexões específicas sobre desenvolvimento regional, no ILPES se intensificou a busca de alternativas interpretativas e de ação pública ao modelo baseado nos polos de crescimento, derivada de um crescente pessimismo sobre seus reais alcances e impactos (RIFFO P., 2013, p. 24).

Por exemplo, entre os textos desenvolvidos para uso exclusivo dos participantes do curso do ILPES (pelo menos inicialmente, no período de vigência do curso), Boisier (1976) apresentou: “A Teoria dos Polos de Desenvolvimento nas estratégias de desenvolvimento regional na América Latina”. Texto que abre o caderno de orientação teórica e metodológica do curso. Isso evidencia como a teoria dos polos se insere e se difunde entre os especialistas latinoamericanos.

Nesse sentido, é importante termos em mente que:

Um dos traços comuns em quase todos os esforços de desenvolvimento regional na América Latina é o uso dos conceitos desenvolvidos originalmente por Perroux em relação ao papel dos chamados 'polos de crescimento' no processo de desenvolvimento econômico nacional e regional (BOISER, 1976, p.13).

Ademais, temos que saber que o ponto de vista mais difundido da proposta se voltou para a continuidade divulgada por Boudeville, o principal discípulo de Perroux.

Apenas uns poucos anos depois que Perroux formulara suas ideias originais, se começa no Brasil a utilizar a teoria do crescimento polarizado através dos estudos de Boudeville sobre a indústria siderúrgica de Minas Gerais e sobre a polarização no estado do Rio Grande do Sul. No começo da década de [19]60, o Professor M. Rochefort desenvolve também no Brasil uma série de trabalhos vinculados à teoria da polarização. Outros estudos feitos no Brasil poderiam ser citados como assim mesmo a realização de seminários e conferências especializadas na matéria (BOISER, 1976, p.13)¹⁷.

Seguindo ainda esse raciocínio:

É necessário indicar, que a influência exercida sobre os especialistas latino-americanos por 'experts' europeus que trabalharam longos anos na América Latina é notória e inegável. Neste sentido, particular menção deve se fazer à Friedmann, Stohr, Hilhort, Hermansen y Kuklisnki entre outros (BOISIER, 1976, p.30).

Assim temos elementos para definir o período de maior circulação da teoria dos polos na América latina. Período este que vai de meados dos anos 1950 e se estende até início dos anos 1980. Tempo necessário para testá-la e constatar fragilidades no modelo aplicado na realidade do mundo pobre.

Entretanto, se no âmbito das estratégias nacionais de desenvolvimento regional ocorreu o desinteresse pela teoria. No âmbito teórico esta constatação não é verdadeira, isto porque, podemos falar de uma certa permanência das noções centrais da teoria dos polos de desenvolvimento, das quais podemos destacar: a noção de espaço econômico, a própria noção de polo e seus desdobramentos. Destes desdobramentos temos os exemplos das noções de região homogênea, região polarizada e região de planejamento. Noções que estão presentes em trabalhos acadêmicos e iniciativas de planejamento público e privado ainda na contemporaneidade.

¹⁷ Como por exemplo, o I congresso sobre polos de desenvolvimento organizado pela SUDENE.

No processo de desenho e execução de estratégias de polos de crescimento, as ideias tal como tinham sido postuladas por Perroux muitas perderam seu conteúdo essencial e o complexo de indústrias, de caráter monopólico ou oligopólico [sic], que constituía o núcleo do polo passou com frequência a ser confundido e/ou substituído por simples fenômenos urbanos desprovidos do necessário caráter dominante e propulsivo (MATTOS, 1984, p. 23).

Nesta perspectiva, como tentativa de sistematização, podemos dizer que no âmbito da circulação das ideias no campo do planejamento regional na América Latina, a teoria dos polos de desenvolvimento perpassou por três períodos diferentes, nas duas décadas e meio que teve destaque ampla circulação entre os especialistas e as instituições. O primeiro momento caracterizamos como o momento de inserção, como visto, através da recepção do ILPES. Ao obter uma boa recepção, podemos dizer que se iniciou o auge da trajetória da teoria. Momento este que impulsionou as diversas análises que subsidiaram estratégias de desenvolvimento nacional em boa parte dos países que compõe a respectiva região. E, por fim, o terceiro momento, o qual ficou marcado pela crescente descrença na efetividade da política de incentivo aos polos. Processo que se iniciou quando se constatou a baixa efetividade dos efeitos de polarização espacial como modelo de desenvolvimento econômico e social dos países subdesenvolvidos.

2.2 As críticas da recepção teórica na América Latina.

A aplicação da teoria dos polos de desenvolvimento aos países subdesenvolvidos levanta a questão de se o espaço pode ser descrito indiscriminadamente nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos. A maior parte dos analistas e planejadores do espaço agem como se as teorias elaboradas a partir de realidades ocidentais pudessem ser transpostas para o Terceiro Mundo. Tal posição se baseia na premissa de que o Terceiro Mundo é um 'mundo em desenvolvimento' – isto é, esteja em um estado transitório, que progride em direção àquilo que os países desenvolvidos são hoje (SANTOS, [1979]2003, p. 170).

A partir da citação acima, esta investigação retrospectiva da circulação da teoria dos polos de desenvolvimento encontrou-se com a orientação básica dos apontamentos críticos a respeito da recepção e do uso indiscriminado na prática do planejamento do mundo pobre. Críticas estas surgidas ainda no principal período de sua difusão entre as décadas de 1960 e 1970 no campo do planejamento regional (AMSTRONG, 1973; CORRAGIO, 1972; SANTOS, 1975).

Dessa forma, também alertamos que a denúncia foi feita há tempos, mas, ao nosso ver, pouco investigada e aprofundada. Isto porque, a teoria dos lugares centrais, a teoria da difusão de inovações e a teoria dos polos de desenvolvimento, foram todas usadas na América Latina para a prática do planejamento do subdesenvolvimento e da pobreza (SANTOS, 2003, p.13).

A respeito do uso da teoria dos polos de desenvolvimento na teorização e na prática do planejamento regional na América Latina, destacamos os dois principais críticos dessa recepção teórica. Um foi o economista argentino José Luis Coraggio e o outro, foi o geógrafo brasileiro Milton Santos. Os dois na época se interessavam pelo planejamento regional e urbano nos países subdesenvolvidos. O que significa então que:

Desde cedo este tipo de estratégia começou a ser objeto de diversas críticas; entre elas, seguramente as mais importantes e significativas são as contidas num trabalho apresentado por Coraggio em 1971 num Seminário realizado em Viña del Mar (MATTOS, 1984, p. 11).

Como já indicado, o trabalho de Coraggio foi o que “deu origem a uma prolongada controvérsia e, também, a uma extensa literatura não sempre do mesmo valor” (MATTOS, 1984, p. 11).

A partir de uma busca pela teoria pura, Coraggio (1972) buscou resgatar na primeira parte da sua conhecida revisão crítica da teoria perrouxiana, porém chegou na conclusão da impossibilidade desse resgate porque a teoria carregava em si uma ideologia. Sendo assim, essa repercutida crítica de José Luis Coraggio buscou apresentar o caráter ideológico de dominação que carrega a teoria dos polos de desenvolvimento.

No mesmo tom do economista argentino José Coraggio, porém mais interessado pela prática do planejamento propriamente dito, acrescentamos aqui, um ponto de vista geográfico para a referida controvérsia, ou seja, a crítica que foi apresentada na mesma época pelo geógrafo brasileiro Milton Santos. Especialista este que foi pouco incluído no debate latino-americano sobre aqueles conhecidos como os críticos da recepção da teoria dos polos de desenvolvimento como modelo de planejamento dos países pobres. No entanto, mais recentemente, movemos esforços de pesquisa para mostrar tal contribuição crítica (CAMPOS JR, 2015).

Nesse sentido, a controvérsia teórico-conceitual para Milton Santos se instaurou no âmbito do debate entre as noções de espaço econômico e/ou espaço

geográfico. A sua crítica foi atribuída a distinção dessas duas noções de espaço quando utilizadas, sobretudo, no planejamento de políticas públicas para o desenvolvimento econômico e social no Terceiro Mundo. Com isso também, nos deparamos com a construção epistemológica que Milton Santos apresentou de espaço geográfico, que para ele é social e não se distingue na análise científica – geográfica (CAMPOS JR, 2015, p. 43-61).

Nesse sentido, nos esforçamos em mostrar, a partir dos trabalhos de Santos (2014, p.167), que a crítica direcionada ao uso da teoria dos polos no planejamento regional consistiu na diferenciação que a teoria propõe entre “espaço abstrato ou econômico” de “espaço concreto ou geográfico” e sua repercussão tanto para o planejamento quanto para teoria do espaço. Isto é, a referida dicotomia, para Milton Santos constituía os obstáculos à análise e ao planejamento espacial. Assim, defendia que os dois conceitos de espaço deveriam ser usados (CAMPOS JR, 2015, p. 43-61).

Entretanto, para entender e se aprofundar na crítica de Milton Santos designada à noção de espaço econômico deve-se recorrer à algumas de suas obras nas quais elas apareceram, concomitantemente, com a construção e definição de sua proposta de espaço geográfico. Conceito defendido por ele como o objeto de estudo da geografia e conceito enriquecedor para a organização espacial. Segundo o geógrafo brasileiro, essa construção serviria para contrapor o planejamento burguês vigente na segunda metade do século XX. Contexto que também marcou a aproximação de Santos com os postulados marxistas (CAMPOS JR, 2015, p. 43-61).

Foi assim, que Santos instrumentalizou as categorias do pensamento marxista no seu debate e estudo geográfico, utilizando do materialismo histórico e dialético na sua crítica destinada à noção equivocada de espaço econômico que escamoteia o geográfico – o social – nas políticas de planejamento e desenvolvimento social. Seu descontentamento era pela atuação dos planejadores do espaço, que utilizavam apenas da abstração das relações econômica para elaborar seus trabalhos. O que para o autor só contribuía para manter as estruturas de exploração existentes no sistema (CAMPOS JR, 2015, p.43-61).

Nesta perspectiva, a crítica de Milton Santos direciona-se a noção de espaço econômico (abstrato) como objeto privilegiado de análise no campo do planejamento regional e urbano

De modo geral, a crítica à recepção da teoria dos polos de desenvolvimento, quando aplicada no planejamento regional do Terceiro Mundo, advém da atribuição

dada aos centros urbanos como se eles fossem verdadeiros polos impulsores de desenvolvimento, uma vez que esses espaços apresentavam as condições mais dinâmicas, variadas e modernas de produção e consumo capitalista. Esta conhecida constatação escancarou-se na revisão crítica da teoria feita pelo economista argentino José Luis Coraggio, quando ele releu Perroux e buscou desvendar a carga ideológica por trás da neutralidade da teoria em questão.

No entanto, a incursão da teoria dos polos de desenvolvimento na América Latina e Caribe ainda necessita de maiores investigações de fôlego científico. Isso porque já sabemos que esta teoria serviu quase como uma receita para alcançar o desenvolvimento capitalista desses países. Essa constatação que buscamos mostrar com a análise da experiência do planejamento regional no caso do Brasil, mostrada no capítulo três desta dissertação.

2.3 Celso Furtado, um aluno atento de François Perroux.

O fato de Celso Furtado ter produzido um trabalho original no campo da economia, destacando-se entre os teóricos do subdesenvolvimento, contribui na dificuldade de encontrar explicitamente as referências de François Perroux nos trabalhos do economista brasileiro. Contudo, conseguimos apontar alguns elementos importantes que demonstram certas aproximações entre os dois economistas. Certamente, o economista francês tem papel central na formação teórica do economista brasileiro, uma vez que:

[Celso]Furtado e [François]Perroux se conheceram na França e, paralelamente, é importante destacar que o segundo lecionou por uma curta temporada na Universidade de São Paulo. Destacamos que nos planos iniciais da SUDENE, não pudemos identificar nenhuma discussão profunda sobre a teoria dos polos, ou mesmo o uso explícito do termo. Contudo, está clara a concepção de que é necessário aproveitar os recursos locais para o desenvolvimento industrial nordestino (PEDROSA, 2017, p. 2).

Outra indicação da repercussão das ideias de François Perroux na formação teórica de Celso Furtado, encontra-se na tese da arquiteta Chiquito (2011), onde a autora defende que:

A aproximação entre [Celso]Furtado e [François]Perroux se iniciou nos anos 1940, quando Furtado ingressa no curso de doutorado em economia da Universidade de Paris-Sorbonne, concluído em 1948.

Mesmo com divergências conceituais, Furtado parte das formulações de Perroux para elaborar sua concepção de região econômica a partir das 'proporções e relações que caracterizam um conjunto econômico localizado no tempo e no espaço', mas, por outro lado, crítica os modelos teóricos 'ahistóricos', 'estáticos' e 'abstratos'. Sem pretender mergulhar na análise das concepções do campo econômico, o que vale a pena ressaltar é que as orientações metodológicas da CEPAL em sua criação se relacionam a esse campo específico (CHIKUITO, 2011, p. 195).

Diante disso, não é forçoso afirmar que existe uma relação entre as proposições de François Perroux com a formação intelectual de Celso Furtado. Tal relação, inclusive, tem animado projetos de pesquisas recentes realizados no Brasil (CUNHA e BRITTO, 2012)¹⁸.

Apesar de existir esforço de pesquisa para conhecer a aproximação entre Celso Furtado e François Perroux, ainda pouco se sabe sobre a repercussão do debate sobre polarização espacial na construção do pensamento do economista brasileiro. Entretanto, encontramos com indícios importantes através dos quais nos permite afirmar que todo o imbróglio em torno do planejamento regional repercutiu consideravelmente na formação intelectual de Celso Furtado. Mesmo que mais no início de sua trajetória intelectual, momento no qual ele se aproximou da CEPAL e contribuiu na criação da SUDENE, sendo um dos principais entusiastas desta instituição. Celso Furtado atuou na CEPAL de 1949 até 1957 (DINIZ, 2009, p. 235).

Como veremos mais adiante, a teoria dos polos de desenvolvimento circulou por importantes instituições vinculadas ao sistema de planejamento estatal brasileiro, como no caso icônico da SUDENE. A partir disso então buscamos encontrar as possíveis vinculações entre a noção de polarização espacial com o pensamento de Celso Furtado. Não indo muito além da indicação dos elementos necessários para um esforço maior de investigação;

Considerações a parte, o que se torna importante apontar com certeza é que para Celso Furtado:

A obra de François Perroux foi de importância considerável na formação de um pensamento ligado a uma problemática que permitia conceitualizar o subdesenvolvimento. Perroux havia trabalhado desde

¹⁸ Ver: "Furtado, Perroux e o novo desenvolvimento", projeto coordenado por Gustavo de Britto Rocha e Alexandre Mendes Cunha (2012-2014): "O projeto dá corpo a uma investigação aprofundada da influência que a obra de François Perroux e o pensamento francês, de maneira ampla, exerceram no pensamento e nos escritos de Celso Furtado no que concerne à problemática do desenvolvimento e do subdesenvolvimento." Fonte: Currículo Lattes.

os anos 1940 na elaboração de uma teoria capaz de explicar as realidades de um mundo que se globalizava: ele tentou construir uma nova coerência teórica que assumia a desigualdade dos agentes, suas estratégias e o **espaço geográfico**, sublinhando, porém, a força organizadora do efeito de dominação (FURTADO, 2012, p.299-300 destaque nosso).

Furtado (2012, p.300) considera ainda que: “Perroux conceitualizou o efeito mais completo de dominação, que excede necessariamente o econômico, e, além disso, estabeleceu uma relação entre as estruturas sociais e a organização do espaço”. Para Celso Furtado, a originalidade das ideias de Perroux consistia na ênfase dada a noção de macro-decisão, cuja origem é atribuída ao Estado ou a qualquer outra “entidade dominante”. Sempre baseado na antecipação sistêmica,

Embora o eixo central de seu pensamento haja se orientado para o conceito de polo de crescimento – o qual inclui três elementos essenciais: a indústria-chave, a organização imperfeita dos mercados e as economias externas especiais –, François Perroux, tendo unido estreitamente o desenvolvimento à ideia de poder, conferiu a sua obra um alcance considerável, que continua a crescer (FURTADO, 2012, p. 300).

Em entrevista, é o próprio Celso Furtado quem nos revela o grau de importância do economista francês nas suas formulações sobre a concepção de Estado. Sendo um dos elementos centrais de seus trabalhos, Celso Furtado diz:

O pensamento de François Perroux foi seguramente o que mais me influenciou, pela importância de sua teoria do ‘pólo de crescimento’[sic], que permite compreender que o crescimento econômico resulta de uma vontade política. Perroux me orientou para pensar o papel do Estado. É a partir da criação do Estado Nacional que se pode falar de desenvolvimento (FURTADO, 2004, p.31).

Quando Celso Furtado é indagado sobre o que tinha consultado de François Perroux, o economista brasileiro foi direto e chega a nos ajudar a conhecer um pouco mais fundo o perfil do economista francês, de quem foi um aluno atento. Assim respondeu:

A *Economia do Século XX*, aqueles grandes volumes... Mas eu também fui aluno de Perroux, em Paris, segui suas conferências. Ele lecionava na mesma faculdade onde fiz o doutorado. Assistir a uma aula de Perroux era um espetáculo, porque ele fazia uma gesticulação muito curiosa. Aliás, lembro-me de que ele foi acusado de ter sido

collabo ¹⁹ [sic]... sem fundamento. Seus próprios pares da Universidade o absolveram (FURTADO, 2004, p.32).

Ainda mais enfático, ao ser questionado se havia sido mais influenciado pelas ideias de Keynes ou pelas de Perroux, Celso Furtado reafirma a influência do segundo na sua fundamentação da noção de Estado. Em suas palavras:

Por Perroux. Keynes, em relação à questão do Estado, dá, digamos assim, a sinalização do ponto de vista econômico. É o teórico da dinâmica macroeconômica. Na realidade, ele criou a necessidade de uma dinâmica. O modelo keynesiano é um modelo estático, mas é claro que na sua época representou um tremendo avanço. Keynes valorizou o papel do Estado. A partir dele cabia pensar em política econômica e não mais, simplesmente, no mercado para regular a economia. Foi um salto enorme. Isso nos deixou fascinados: o Brasil era atrasado porque não havia uma política econômica e o mercado não iria resolver os problemas do país. Ia deixar o Brasil onde estava, acumulando cada vez mais atraso. A ruptura qualitativa na minha visão do mundo dá-se aí: compreender o papel do Estado, perceber que o desenvolvimento, no fundo, é obra de uma ação política, e que essa ação política poderia ter sido facilitada por uma certa estrutura social, uma classe burguesa dinâmica, como houve na Europa...(FURTADO, 2004, p. 32, destaque nosso)

Também encontramos referência à François Perroux em escritos recentes de Celso Furtado, quando, por exemplo, ele busca resgatar a noção de global nas obras de suas duas principais influências teóricas no âmbito do subdesenvolvimento. Isto é, nas obras de Raul Prebisch e Perroux, como podemos ver:

A partir da convergência das ideias de Perroux e Prebisch, vou me permitir apresentar algumas reflexões sobre o perfil emergente da realidade econômica mundial em rápida transformação. Certo, sou o único responsável pelo exercício de globalização que tentarei fazer, mas não estaria em condição de realizá-lo se não tivesse sido discípulo desses dois mestres (FURTADO, 2012, p.301).

Contudo, a convergência entre os três economistas se reafirma no consenso em constatar a desigualdade nas relações econômicas. “É por isso que não devemos perder de vista o pensamento convergente de Perroux e Prebisch, orientado para a ação e cimentado no compromisso com os ideais de liberdade e de solidariedade social” (FURTADO, 2012, p. 304).

¹⁹ N.A. Palavra de origem francesa que para o português pode ser traduzida como: Traidor

De um modo geral, através do exposto até aqui, entendemos existir três pontos de aproximação entre François Perroux e Celso Furtado. Um primeiro destaca-se por meio do uso da noção de região econômica, presente nos trabalhos de Furtado. O segundo evidencia-se pela fundamentação teórica da ideia de Estado. E o terceiro expressa-se pelas inspirações para a teorização do subdesenvolvimento econômico.

CAPÍTULO 3 – O USO DA TEORIA DOS POLOS DE DESENVOLVIMENTO NO SISTEMA DE PLANEJAMENTO ESTATAL BRASILEIRO

Podemos entender “a história das ações governamentais sobre o território brasileiro” dividida em diferentes momentos. Um primeiro momento desses esforços foi marcado pela era Vargas (1930-1945), na qual se estrutura medidas planejadoras do território nacional. Já o período após a Segunda Guerra Mundial marcou a consolidação da abertura do território nacional brasileiro aos investimentos internacionais, onde o planejamento estatal passa ter papel estratégico na promoção do desenvolvimento econômico e social. De modo que, foi apenas no período do governo dos militares (pós-1964), que o planejamento territorial atingiu seu auge a partir da ação estatal intervencionista e centralizadora (GARDIN, 2002, p. 46).

Na busca de verificar o uso da teoria dos polos de desenvolvimento no sistema de planejamento estatal brasileiro tornou-se prudente destacar os eventos mais significativos que comprovam a circulação da referida teoria nos escalões do planejamento do Brasil. Sendo assim, partimos do mapeamento preliminar dos principais núcleos de recepção da teoria no Brasil (PEDROSA, 2017, p. 2). De modo que nos aprofundamos em cada uma das instituições mais significativa da circulação da teoria.

Neste sentido, apontamos que:

O I Seminário sobre Polos de Desenvolvimento, realizado pela SUDENE, no Recife, de 18 a 22 de setembro de 1966, e o Congresso de Integração Nacional, sediado em Salvador, de 12 a 17 de setembro de 1966 (quase concomitantemente ao primeiro evento), podem ser apontados como dois exemplos da sistematização de técnicas de polarização ao contexto nacional (BOMFIM, 2007, p. 180).

A partir disso, defendemos que nesse contexto histórico ocorre, no Brasil, a consolidação de um “sistema de planejamento estatal brasileiro”. Tal sistema está aqui entendido como o conjunto das instituições públicas responsáveis pelo planejamento econômico e social do país, em suas diferentes escalas de atuação, porém, possuindo um maior foco na escala nacional. Uma vez que o apelo ao uso da noção de desenvolvimento polarizado espacialmente representa a mudança de escala para o planejamento do desenvolvimento regional, que vai de uma visão localizada para uma visão de integração nacional. Assim veremos que no Brasil, os especialistas também

seguem tal tendência teórica e cada instituição passa ser mais ou menos influenciada pela noção de polarização espacial.

Torna-se importante destacar que foi o contexto político e social desse período que permitiu tal consolidação do sistema de planejamento estatal brasileiro:

Um exemplo disso foi o plano de governo do Presidente Juscelino, que estabeleceu o compromisso de organização de empresas estaduais de eletricidade, implicando em que, no final dos anos cinquenta, fosse registrada a incumbência total do poder público na expansão e ampliação do parque gerador de energia elétrica. Com essas atitudes teve-se a consolidação da prática do planejamento governamental, que passou a ser a medida premente das administrações seguintes, conforme destacou Ianni (1986) (GARDIN, 2002, p.68).

Isto porque nos anos que antecederam o momento de consolidação de tal sistema, temos a criação das instituições que seriam suas bases. Momento que Gardin (2002, p. 55) diz ser caracterizada “por uma gestão do território nacional com base em agências regionais de desenvolvimento”. A saber:

Comissão do Vale do São Francisco/CSVF, criada em 1948, com o objetivo de promover o desenvolvimento da Bacia do São Francisco e a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia legal brasileira. A Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste/SUDENE, muito embora somente criada em 1959, já estava projetada na Carta magna de 1946 (art. 198) (GARDIN, 2009, p. 55).

Contudo, “o governo militar vai reformar ou criar órgãos de desenvolvimento regional para cobrir praticamente todas as macrorregiões brasileiras” (PEDROSA, 2017, p. 2).

Como temos apontado, foi no campo do planejamento do desenvolvimento regional que ocorreu a reaproximação entre economistas e geógrafos na segunda metade do século XX. No Brasil, quando analisamos essa reaproximação, percebemos que o ponto de vista nos moldes de François Perroux teve uma repercussão maior entre economistas. Por sua vez, entre os geógrafos a maior influência foi do modelo proposto por Michel Rochefort. Assim, apresentamos como tais modelos teóricos-metodológicos e conceituais se inseriram e animaram o ímpeto planejador de diferentes instituições de planejamento do período.

Ao rastreamos a trajetória do uso da teoria dos polos de desenvolvimento no Brasil temos que investigar as instituições voltadas ao planejamento regional, nas

quais não orbitavam geógrafos, mas sim economistas, engenheiros etc. Como é o caso, por exemplo, da CIBPU. Assim, de ante-mão deixamos esse alerta.

Entretanto, na orbita do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE concentraram-se alguns nomes de geógrafos e geógrafas representantes do uso da teoria dos polos de desenvolvimento. Como também na emblemática SUDENE e a importante contribuição do geógrafo Manuel Correia de Andrade na divulgação da referida teoria como estratégia de superação da desigualdade entre o Nordeste e o Centro-Sul do Brasil.

As Superintendências do Desenvolvimento Regional criadas no regime militar (SUDAM, SUDECO, SUDESUL, SUVALE) também são exemplos da ampla circulação que a noção de polarização espacial teve no Brasil. Ademais, demonstramos como tal noção aparece nos documentos oficiais dos governos da época.

Conformando-se um “contexto planejador”, foram produzidos importantes planos, programas, projetos e metas governamentais para o desenvolvimento econômico e social do país. Em alguns desses documentos encontra-se um nítido referencial à teoria dos polos de desenvolvimento. Em outros, o que se percebe é uma referência menos implícita. Ou seja, encontra-se uma espécie de síntese das várias propostas teóricas-metodológicas e conceituais para a promoção do planejamento do desenvolvimento regional.

Parece-nos que esse movimento teórico no âmbito do sistema de planejamento estatal brasileiro acompanha as mudanças de tendências dentre os especialistas, que passam cada vez mais terem acesso a novas teorias, metodologias e técnicas de planejamento. Ainda cabendo apontarmos que apesar da iniciativa planejadora do desenvolvimento ser estatal, de maneira nenhuma afastou-se dos incentivos da iniciativa privada, através de isenções fiscais, créditos financeiros e a implementação da infraestrutura necessária. Além das tímidas reformas no âmbito da mitigação das disparidades regionais e sociais (reforma agrária e urbana ampla, mobilidade de classe).

Neste contexto, dentro do sistema de planejamento estatal brasileiro,

a teoria dos polos de crescimento teve uma grande influência e foi responsável por muitos planos territoriais que moldaram o território, buscando dirimir as desigualdades regionais e integrar os espaços nacionais. Mesmo que sua inserção seja ainda mal compreendida, é possível identificar uma série de críticas à teoria, acusada de ser um facilitador das relações entre capital e Estado, ou seja, os polos não

passariam de estímulos governamentais cômodos ao desenvolvimento capitalista que nem sempre visam resolver problemas sociais ou uma distribuição mais equitativa da riqueza no território (PEDROSA, 2017, p. 1).

Portanto, temos os núcleos de recepção da teoria no Brasil, dentre esses núcleos está a Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai – CIBPU (PEDROSA, 2017, p. 2).

Com o campo da geografia se institucionalizando no Brasil na década de 1930 e 1940, a partir da criação do IBGE (1934-1938), da USP (1934) e da UDF (1934). A disciplina passa cada vez mais ser reivindicada nas práticas do planejamento estatal. O que de certa forma coincide com o movimento intelectual interno do campo que também buscava se afirmar como ciência útil às estratégias de desenvolvimento nacionais.

A recepção da teoria dos polos de desenvolvimento no Brasil se deu de forma heterogênea. Porém, ao fazermos um rastreamento da circulação de tal teoria, vamos de encontro com algumas das instituições importantes para a história do planejamento regional do país e as quais usaram a teoria como subsídio da prática do planejamento estatal, como demonstraremos a seguir.

Com efeito, o que perceberemos é que a teoria da polarização espacial teve ampla circulação nos escalões do sistema de planejamento estatal brasileiro. De fato, pode-se dizer que a teoria circulou com maior ou menor grau de intensidade em todas as instituições de planejamento estatal, sobretudo quando aplicada ao planejamento regional do Brasil. Fato notável nos diferentes planos e projetos de desenvolvimento econômico e social, nas diferentes escalas administrativa: municipal, estadual e federal. Além da divulgação teórica-metodológica e conceitual nas revistas especializadas da época, como as publicações do IBGE.

3.1 A recepção na Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai – CIBPU

Como visto, a prática do planejamento do desenvolvimento regional na América latina foi marcada por missões estrangeiras, nas quais foram enviados aos países da

região reconhecidos ‘experts’²⁰ para assessorar e orientar tanto na teoria como na prática do planejamento estatal. No caso do Brasil não foi diferente, pois,

A CIBPU foi criada num contexto favorável às experiências de planejamento territorial no Brasil, tendo em vista a necessidade de criar instrumentos e meios para o desenvolvimento econômico; destaque-se nesse período a presença de missões estrangeiras, sobretudo norte-americanas, que faziam levantamentos sobre a realidade brasileira com o objetivo de indicar os pontos frágeis da economia para poder corrigi-los por meio de medidas governamentais (GARDIN, 2009, p.217).

Ainda de acordo com Gardin (2009), a CIBPU é uma experiência sui-generis de planejamento no Brasil, quase esquecida e pouco explorada na história do planejamento territorial brasileiro. O que a torna “...uma experiência pioneira de planejamento no país (GARDIN, 2009, p.28)”. Nesta mesma perspectiva, Pedrosa (2017, p.2) considera que, tal comissão criada na década de 1950, “teve um papel importante na formação e na experimentação do planejamento brasileiro”.

A CIBPU destaca-se entre as experiências da prática do planejamento regional por possuir uma estrutura organizacional diferente das outras instituições voltadas para o mesmo objetivo. Sendo criada no mesmo período que outras instituições, como CVSF e a SPVEA: “foi uma iniciativa dos estados componentes da Bacia Paraná-Uruguai e mantida por eles (e não por iniciativa da União), tendo por finalidade precípua a de implementar o planejamento na região do chamado Centro-Sul do país” (GARDIN, 2002, p. 55).

Sendo assim,

A CIBPU e a CVSF (Comissão do Vale do São Francisco) foram as únicas experiências de planejamento regional no Brasil centradas no desenvolvimento de bacias hidrográficas, base territorial advinda do modelo do planejamento norte-americano do vale do rio Tennessee (TVA). Com isso, a CIBPU adotou a concepção de **desenvolvimento regional integral**, baseado no planejamento de conjunto da Bacia Paraná-Uruguai (GARDIN, 2009, p.19, destaque *nosso*).

No entanto,

²⁰ Por exemplo, Chiquito (2016) dá essa designação a John Friedmann ao rastrear sua trajetória na assessoria para o planejamento do desenvolvimento regional. Como também apontamos no capítulo 2 desta dissertação.

Inicialmente orientado pelo padre Lebret, de origem francesa, a comissão tinha uma orientação humanista, calcada até certa medida em ideias keynesianas, tentando formular uma economia voltada às necessidades do indivíduo e da comunidade, para além do lucro empresarial. O distanciamento de Lebret e a reformulação de sua orientação com a liderança de Delfim Netto tem como resultado a inserção dos polos de desenvolvimento. No início da década de 1960, a efetividade de Delfim na comissão o auxiliou a galgar altos postos na administração pública após o golpe militar (PEDROSA, 2017, p. 2-3).

Entretanto, a partir de 1955, passa-se observar a introdução da Teoria dos Polos de Desenvolvimento nessa instituição de planejamento regional. Isso fez com que a orientação teórica passasse de uma abordagem inspirada nas bacias hidrográficas, de inspiração estadunidense; para uma concepção nos moldes dos polos de desenvolvimento. Essa transição teórica e metodológica no âmbito da CIBPU foi defendida na tese de Chiquito (2011). Para quem:

O crescimento da concepção de polos em detrimento da concepção de bacias hidrográficas no planejamento regional da CIBPU acompanha o processo de urbanização e de industrialização dos anos 1950 e a ampliação da influência das teses da CEPAL na política regional, especialmente a partir de 1959, com a criação da SUDENE (CHIQUITO, 2011, p.193-194).

A mesma autora faz uma relação curiosa a respeito de tal mudança teórica nas estratégias desenvolvidas pela CIBPU com a consolidação das noções de desenvolvimento polarizado espacialmente:

A emergência da concepção de polos de desenvolvimento na CIBPU pode ser entendida a partir da emergência da 'cidade latino americana' abordada por Gorelik. O autor vê os anos 1950 como um dos momentos mais importantes do pensamento social latino-americano em que o acelerado crescimento populacional e a rápida expansão dos centros urbanos latino-americanos se tornam o centro das atenções nas teorias da modernização, nas políticas de desenvolvimento, na concepção da problemática urbana e regional na formulação do conceito de subdesenvolvimento (CHIQUITO, 2011, p. 196-197).

Relação à parte, tal excerto nos ajuda mostrar que a transição teórica marcou a tendência do planejamento regional do período. De tal modo que esse fato parece ser consenso entre as especialistas que estudaram a história da CIBPU.

Como as medidas para o desenvolvimento dos setores de energia e navegação fluvial subsidiavam a política da industrialização nacional, a CIBPU em 1960 instituiu estudos com base na **concepção teórica**

dos pólos de desenvolvimento de Perroux. De acordo com Geiger (1969, p.15), predominava nessa época um pensamento que visava dirigir o processo de regionalização para o desenvolvimento de uma região, adotando-se como procedimento prático o estabelecimento de locais para servirem de pólos e da política dos benefícios fiscais, vistos como fatores básicos para a atração de indústrias (GARDIN, 2009, p.21, *grifo nosso*).

No CIBPU foi “o distanciamento de Lebrete e a reformulação de sua orientação com a liderança de Delfim Netto tem como resultado a inserção dos polos e desenvolvimento.” (PEDROSA, 2017, p. 2). Delfim Netto parece-nos um receptor da teoria do desenvolvimento polarizado espacialmente. Isso fica mais evidente ao consultarmos seu acervo, atualmente disponível na biblioteca da FEA/USP, onde encontramos textos que tiveram pouca circulação no Brasil, cuja a referência foi a teoria dos polos de desenvolvimento. Isso corrobora com a hipótese de Delfim Netto ter sido um leitor atento de François Perroux, demonstrando tal influência na orientação de pesquisas que partem dos pressupostos da polarização espacial como modelo de desenvolvimento. Como exemplo, encontramos os estudos de Paulo Haddad, no caso do município de Itaberito-MG²¹, entre outros.

Nas palavras do próprio Delfim:

completados os estudos hidrológicos das futuras usinas à jusante do [rio] Paraná, como Taquaraçu até Itaipu, partiu-se para os estudos dos Polos de Desenvolvimento Industrial, pois os Estados já caminhavam no sentido de implantação das indústrias com a utilização da energia elétrica disponível, aproveitamento as economias de escala e de aglomeração (DELFIM NETTO *apud* CHIQUITO, 2011, p. 202).

No âmbito interno da CIBPU, representada pelo seu presidente Adhemar de Barros, o uso da teoria dos polos de desenvolvimento representando a virada na concepção de desenvolvimento regional marca-se a partir da 9ª Conferência dos Governadores²². A partir de então, a região da bacia Paraná-Uruguai foi substituída pela noção de região centro-sul e a noção de desenvolvimento deixou de ser voltada para o aproveitamento integral de bacias hidrográficas e passou para a noção de polos de desenvolvimento, focando-se no processo de industrialização (CHIQUITO, 2011, p. 203).

²¹ Ver: Teoria dos pólos de desenvolvimento : um estudo de caso / Paulo Roberto Haddad, Jacques Schwartzman. Belo Horizonte. CEDEPLAR. 1972.

²² Instância de deliberações da CIBPU.

Nesse sentido, temos que destacar que a adoção da noção de região centro-sul em detrimento das bacias hidrográficas foi o marco da transição teórica no CIBPU em suas análises para subsidiar o planejamento do desenvolvimento regional. “A partir dos estudos de regionalização dos geógrafos do IBGE, especificamente de Geiger, a definição centro-sul passa a ser utilizada amplamente nos estudos regionais e, especificamente, nos trabalhos da CIBPU (CHIQUITO, 2011, p. 202)”. Dessa forma, a noção de região Centro-Sul se populariza entre os especialistas a partir da elaboração feita pelo geógrafo ibgeano Pedro Geiger, que como veremos mais adiante, foi um dos animadores do uso da teoria dos polos de desenvolvimento no Brasil.

Os trabalhos com maior repercussão do uso da teoria dos polos de desenvolvimento foram os elaborados para cada estado correspondente a jurisdição do CIBPU. “Assim sendo, no início da década de 1960, objetivando-se a escolha de polos impulsionadores do desenvolvimento dentro de cada estado da bacia [Paraná-Uruguai], a CIBPU desenvolveu trabalhos que foram denominados de *Planos de Industrialização Regional/PIR*”. (GARDIN, 2009, p. 149).

Os trabalhos para a elaboração do PIR iniciaram-se, por um lado, com um levantamento bibliográfico sobre os diversos setores da economia de cada estado-membro e, por outro lado, com seminários internos sobre a concepção a ser utilizada. Os seminários se basearam em dois trabalhos de François Perroux – A empresa motora em uma região e a região motora e Considerações em torno da noção de polo de crescimento – e no trabalho do prof. Jorge Ahumada – “Notas sobre o Problema de Desenvolvimento Regional (CHIQUITO, 2011, p. 214).

O encarregado de orientar esses trabalhos foi o economista Delfim Netto, também responsável em inserir a teoria dos polos de desenvolvimento para dentro do CIBPU e para o cerne do DPS (PEDROSA, 2017, p.6 CHIQUITO, 2011, p. 2015). A CIBPU também destacou-se no círculo das missões estrangeiras, chegando organizar cursos.

Gardin alerta para uma certa sobreposição das esferas estaduais e federais. O que cabe destacar que já no governo J.K. há a criação da SPVESUD, que sua atuação corresponderia as mesma áreas de jurisdição da CIBPU “com grande vantagem de possuir verbas federais garantidas por lei e com a desvantagem de prejudicar o planejamento regional da região, tendo em vista a ocorrência de sobreposição de funções” (GARDIN, 2002, p. 65)

Os trabalhos citados serviram como ponto de partida para descobrir mais sobre as imbricações da teoria de François Perroux, com o CIBPU, seus respectivos responsáveis e, de certa forma o resultado disso para o território brasileiro.

3.2 SUDENE e a experiência das Superintendências de Desenvolvimento Regional dos militares: SUDAM, SUDECO, SUDESUL.

Com a ascensão dos militares ao poder executivo federal ocorrerá um impulso maior para a criação de novas superintendências do desenvolvimento regional, como as então criadas: SUDAM, SUDECO, SUDESUL, SUVALE etc. Em todos os esses casos encontramos o referencial teórico e metodológico do uso da teoria dos polos de desenvolvimento em suas atribuições legais, para garantir a integração nacional e o desenvolvimento econômico e social do país. Também é verdade que no mesmo período da criação da SUDENE, concomitantemente, atuavam outras instituições estatais designadas ao planejamento regional. Algumas dessas apenas mudaram de nome ou sigla, já outras foram extintas.

Isto se evidencia, por exemplo, nos documentos públicos designados à orientar a estratégia de desenvolvimento nacional do período, que salvo algumas mudanças, seguiram as mesmas diretrizes em todos os governos dos generais.

Um desses documentos que devemos destacar é o Programa Estratégico de Desenvolvimento – PED (Jul. 1967), publicado pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. Encontramos nesse programa, no âmbito do desenvolvimento regional e urbano, os focos de intervenção orientados com maior interesse às áreas-problemas – Norte e Nordeste. Já que não podemos esquecer que: “o Brasil foi pioneiro na busca de instrumentos e ações para alavancar o desenvolvimento do Nordeste e da Amazônia” (DINIZ, 2009, p.234).

Temos assim, como um dos instrumentos da política regional, a “aplicação da orientação do Programa Estratégico ao campo do desenvolvimento regional, concentrando-se recursos em certo número de polos em cada região (evitando-se a deterioração das áreas mais pobres)”(BRASIL, 1967 p. 147, destaque nosso).

Podemos dizer então que este documento torna-se um marco importante para o planejamento do desenvolvimento regional brasileiro, pois, a partir dele criou-se o Ministério do Interior, cuja atuação se afirmaria a partir da definição das atribuições das diversas instituições e delimitação de suas respectivas áreas de atuação.

Nesse sentido, as grandes superintendências como a SUDENE, SUDAM, SUDESUL e, possivelmente, aquelas vinculadas à região Centro-Oeste (SUDECO) e ao Vale do Paraíba (SUDEVAP), destinar-se-ão exclusivamente a trabalhos de planejamento e coordenação, atendendo à nova filosofia do Governo, exonerando-se assim de tarefas de execução direta. Exercerão trabalho de promoção de desenvolvimento os Departamentos, a exemplo do destinado ao Vale do São Francisco (SUVALE) e do que resultara da transformação do DNOCS em órgão de desenvolvimento. Completa o esquema institucional o sistema de Bancos Regionais: o do Nordeste e o da Amazônia (BRASIL, 1967, p. 148).

Neste documento, portanto, fica evidente a opção pelas superintendências de desenvolvimento regional, na medida que visava proliferar as instituições de planejamento estatal na mesma “envergadura” da SUDAM e da SUDENE, ambas já efetivadas neste momento. Como pode-se ler:

Esses dois órgãos [SUDAM e SUDENE] atendem às duas macro-regiões que representam os maiores problemas para o País: de um lado necessidade de ocupação territorial e de outro necessidade de aliviar as tensões sociais. O deslocamento de investimentos privados mediante incentivos é perfeitamente justificado em relação a essas áreas (BRASIL, 1967, p. 149).

Como visto, as iniciativas públicas tinham a intenção de atrair investimentos privados para as duas regiões consideradas “problemas” (Norte e Nordeste). Evidentemente, a relação público-privado aparece como a maneira de operacionalizar as iniciativas de planejamento:

Para operacionalidade dos planos traçados cumpre ressaltar a necessidade de compatibilização dos investimentos públicos com os privados. Assim, pouco adiantarão as medidas de incentivo à iniciativa privada se, concomitantemente, não forem tomadas medidas que permitam a implantação de empresa nas áreas-problemas (BRASIL, 1967, p. 149).

Entendemos com isso, que foi a partir de um discurso de escassos recursos financeiros para investimentos públicos para o desenvolvimento das duas referidas “regiões problemas” que a estratégia polos de desenvolvimento passa ser reivindicada como o modelo de desenvolvimento regional para o território brasileiro. Como podemos ler:

(...) torna-se imperioso para a eficácia dos dispêndios que estes sejam alocados concentradamente **em espaços econômicos** suscetíveis de desenvolvimento planejado, capazes de induzir o crescimento de

áreas vizinhas. A definição prévia de polos de desenvolvimento, num número máximo compatível com os recursos disponíveis para aparelhá-los, é uma tarefa que deve merecer especial atenção. Fixados esses *polos*, o Governo Federal concentrará seus investimentos neles, e natural será esperar um maior afluxo de empresas privadas para a área. O que deve ser evitado é a disseminação de recursos por diversas áreas (BRASIL, 1967, p.150, *grifo nosso*).

Essa passagem deixa nítido uma opção pela modernização seletiva do território nacional através das escolhas de pontos (polos) para receber os investimentos públicos. Apesar do discurso ser em vista à integração nacional, a qual pelo visto se iniciaria por intermédio dos pontos/polos de desenvolvimento.

Outro documento importante do governo militar que corrobora para a proposta deste trabalho, foi instituído através da Lei nº 5 727, de 4 de novembro de 1971, que dispõe sobre o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), para o período de 1972 a 1974, apresentado quando Delfim Netto²³ era o ministro da fazenda. No documento, encontramos o uso da teoria dos polos de desenvolvimento, primeiramente, na síntese: “as realizações nacionais”, que forma a apresentação do documento. Neste, o “elenco das realizações nacionais para o período de 1972/1974 oferece visão global do que a Nação ditou à si própria como tarefa básica” (BRASIL, 1971, p. 7).

Tal visão global aparece especificada no capítulo 3 do documento, o qual corresponde à Estratégia de Desenvolvimento. Nesta parte, encontramos o emprego dos conceitos de modo fiel aos elaborados pelo mestre francês: François Perroux. Ainda nesse capítulo, encontramos uma parte dedicada à “Estratégia e Grande Espaço Econômico” (BRASIL, 1971, p. 25-33). Uma referência direta ao economista francês, carregando, logicamente, uma leitura a partir do ponto de vista dos economistas, isto é: espaço econômico (abstrato) entendido como um conjunto de relações de forças econômicas passíveis de planejamento.

Nesse sentido, na parte dedicada à estratégia de desenvolvimento para o Crescimento e a Expansão do Mercado, encontramos o seguinte:

A estratégia de desenvolvimento procurará realizar ao máximo o potencial de crescimento representado pelos fatores básicos que dispõe o País, em três principais aspectos: 1) expandindo a fronteira econômica para tirar partido da nossa dimensão continental; 2)

²³ Vale lembrar da atuação de Delfim Netto na CIBPU, pela qual o permitirá galgar o cargo de ministro da fazenda dos militares.

aproveitando ao máximo os recursos humanos, particularmente pela sua melhor qualificação. 3) consolidando a experiência havida com o desenvolvimento do núcleo básico do Centro-Sul e com a industrialização do Nordeste, reveladora da nossa capacidade de criar a base de mercado interno para a expansão da economia (BRASIL, 1971, p. 19).

Com isso então, almejava-se estabelecer um:

modelo de capitalismo industrial, que institucionalize o Programa de Grandes Empreendimentos Nacionais, destinado a criar a grande empresa nacional, ou a levar a empresa brasileira a participar em empreendimentos de grande dimensão em setores de alta prioridade (BRASIL, 1971, p. 21).

No entanto, como dito, encontramos no I PND as referências ao uso da teoria dos polos de desenvolvimento na parte dedicada à Estratégia e Grande Espaço Econômico. Na qual estabelece o seguinte:

A estratégia de desenvolvimento regional consistirá especialmente na política de integração nacional, em sentido amplo. A integração nacional, com significado primordialmente econômico-social, destina-se do ponto de vista da demanda, a criar mercado interno capaz de manter crescimento acelerado e auto-sustentável e do ponto de vista da produção, a permitir a progressiva descentralização econômica. Isso se fará pelo estabelecimento de **pólos regionais** no Sul e no Nordeste, de sentido integrado agrícola-industrial, assim como no Planalto Central e na Amazônia notadamente agrícola-mineral, complementando-se dessa forma **o grande pólo** do núcleo São Paulo-Rio-Belo Horizonte (BRASIL, 1971, p. 25, destaque nosso).

Portanto, no que se refere a estratégia de desenvolvimento regional do I PND dos militares, o conteúdo merece ser lido na íntegra. A saber:

O Programa de Integração Nacional (PIN) e o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulos à Agroindústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA) complementam a **estratégia de desenvolvimento do Nordeste** relativamente à experiência da década de 60, destinada a garantir o crescimento da economia regional acima de 8% ao ano (numa faixa, considerada viável, entre 8 e 11% ao ano), com base nas seguintes áreas:

I – **No fortalecimento do processo de industrialização** já iniciado, com apoio, principalmente, nos 50% remanescentes dos incentivos fiscais.

A política de industrialização, além de substituir importações no Centro-Sul, mediante projetos realmente viáveis, objetivará a plena utilização do potencial do setor primário da região e dos seus recursos minerais. Incrementará, igualmente, a exportação para o exterior, de produtos manufaturados, seja em ramos tradicionais, seja quanto a componentes para bens de consumo duráveis ou para bens de capital.

O BNDE e outros órgãos financeiros oficiais darão apoio à industrialização do Nordeste, financiando diretamente os projetos de grande dimensão – sal-gema, potássio, cobre, conjunto petroquímico da Bahia – e realizando repasses para bancos regionais e estaduais de desenvolvimento.

II – Na transformação da economia rural, pela aceleração do crescimento agrícola, para sustentar o processo industrial, e transformar em economia de mercado e agricultura de subsistência na região, notadamente na faixa semiárida.

(...)

III – **Na integração do Nordeste com a Amazônia e o Planalto Central**, estabelecendo o sistema de vasos comunicantes que permitirá a reorientação dos fluxos e excedentes da mão-de-obra do Nordeste, com seu encaminhamento para aquelas regiões, em programas definidos, com recursos já existentes, e lhes assegurando níveis de produtividade satisfatórios. Principalmente para a zona semiárida – de base física pobre, que corresponde a mais de 50% da área do Nordeste e a mais de 40% da sua população -, criar-se-á alternativa para os contingentes populacionais inabsorvíveis (sic) na economia rural da região, ou sem oportunidade nos programas de colonização e irrigação a serem implantados nos vales úmidos do próprio Nordeste: São Francisco, Parnaíba etc. (BRASIL, 1971, p. 27-33).

Seguindo nessa linha de raciocínio, outro documento governamental importante do período em questão foi o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento - II PND (1975 – 1979), publicado através da Lei nº 6.151, de 4 de dezembro de 1974. Neste documento, encontramos, mais uma vez, com o uso da teoria dos polos de desenvolvimento subsidiando os escalões do sistema de planejamento estatal brasileiro.

Se usarmos como exemplo um pronunciamento do presidente General Ernesto Geisel, veremos que no plano, aqui em destaque, continha as metas à serem alcançadas nos cinco anos planejados pelo plano nacional de desenvolvimento. Para este general não haveria:

... tarefa mais fascinante, no próximo quinquênio, que a de prosseguir nos novos rumos abertos pela Revolução de 64 (sic), para a redescoberta da hinterlândia brasileira e para a construção de uma sociedade, bem mais rica e mais justa. Caminhos físicos, na trama de uma infraestrutura ampliada e vitalizada, já se abrem para o sertão nordestino, a hileia amazônica e a vastidão do planalto central (GEISEL, 1974).

Nesse sentido, com o II PND, o que se procurou fazer foi logo criar o novo e poderoso **polo de desenvolvimento**, através da fusão Guanabara-Estado do Rio de Janeiro, para que, no núcleo mais desenvolvido do País, o melhor equilíbrio

econômico-geográfico se estabeleça no triângulo São Paulo-Rio-Belo Horizonte (BRASIL, 1974, p.57).

Para tanto, a estratégia de integração nacional dos militares considerava:

o Nordeste, a Amazônia e o Centro-Oeste dentro de política global, que vê em conjunto essas três regiões, no fluxo de fatores de produção entre si, ou no fluxo de produtos atendendo certos segmentos da indústria do Nordeste a áreas próximas das outras regiões. (...) Tal política, igualmente, leva em conta as relações de tais macrorregiões com o Centro-Sul, do ponto de vista principalmente do fluxo de mercadorias, num sentido e no outro, e do fluxo de capitais e tecnologia, do Centro-Sul para as outras áreas (BRASIL, 1974, p. 60).

Diante disso, para os militares, o Brasil estaria “realizando um esforço de desenvolvimento regional, colonização e ocupação produtiva que é dos maiores, senão o maior, no mundo atual [1974]” (idem).

Dessa forma, “a integração efetiva entre as regiões” brasileiras ocorreria através do “sistema físico de infraestrutura de transporte (Transamazônica, Cuiabá-Santarém) e comunicações, principalmente” (BRASIL, 1974, p. 60).

Para a execução dessa estratégia foi compreendido dois pontos principais. Primeiro, a efetivação de programa de investimentos com recursos federais, no período de 1975-1979, para o Nordeste, na Amazônia e no Centro-Oeste. E segundo: um enfoque de Áreas Integradas, que permitiriam ação concentrada do governo e do setor privado, de modo a “permitir tirar vantagem de economias de escala, economias externas, economias de aglomeração (ou seja, de relações de complementariedade entre diferentes projetos)”. Portanto, tratava-se “de realizar blocos integrados de investimentos, em **polos**, distritos agroindustriais ou outras formas, permitindo adoção de prioridades nítidas e controle dos resultados fisicamente, por área” (BRASIL, 1974, p. 60, destaque nosso).

Não obstante, o principal objetivo proposto no II PND como estratégia de desenvolvimento nacional voltou-se para a ocupação produtiva da Amazônia e do Centro-Oeste. Porque, como definiu este plano, as duas regiões seriam “a maior área do mundo de escasso desenvolvimento agrícola ou industrial...” (BRASIL, 1974, p.65).

Acresce que as referências da noção de polarização espacial no II PND não parou apenas nas estratégias regionais de desenvolvimento. Isso porque, as noções em tono dessa noção também está na parte do documento dedicada à política estratégica de desenvolvimento urbano do país. Assim, as referenciais são mais

epistemológicas na medida que a política urbana de então amparou-se na noção de estrutura urbana. Então consequentemente, o que coube foi “definir, em sentido geral, a estrutura urbana que se deseja[va] estabelecer, nacionalmente, concebida em função dos objetivos e programas de desenvolvimento nacionais e regionais” (BRASIL, 1974, p. 87). Ou seja, a noção de estrutura (regional, urbana e espacial) tornou-se o nexo dessa aproximação.

Com as referências encontradas, o que conseguimos entender a partir do uso do modelo de polarização espacial como estratégia para a política de desenvolvimento urbano, foi que a noção de estrutura urbana tornou-se a base teórico-metodológica que aparece, de uma forma ou de outra, em todas as estratégias de desenvolvimento urbano das Superintendências do Desenvolvimento Regional dos militares e dos programas e dos planos correlatos a partir dos objetivos do II PND.

Com efeito, apontamos para a conformação de um tripé entre os processos de Regionalização, de Urbanização e de Industrialização como os fios condutores da estratégia de desenvolvimento regional - econômico e social – impulsionada pelo sistema de planejamento estatal brasileiro.

Rigorosamente falando, a cidade, para atingir os objetivos do plano, passa ser compreendida “dentro do planejamento do **polo** econômico em que se encontra, definindo-se a sua função econômica e social e, só então, passando a definir-se sua configuração físico-urbanística”. Consequentemente, devia-se definir a necessidade de “promover uma melhor estruturação do sistema urbano, com vistas à maior eficácia das funções exercidas pelas cidades e à elevação dos padrões de urbanização e qualidade de vida” (BRASIL, 1974, p. 87). Essa estruturação se amparou num sistema urbano definido em regiões metropolitanas.

A partir de então, buscou-se:

I) Implantar as nove Regiões Metropolitanas já criadas: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba e Belém; II) Identificar as funções que devem ser cumpridas pelas metrópoles nacionais e as que devem ser desempenhadas pelas metrópoles regionais, notadamente nas áreas de maior concentração populacional e econômica; III) Definir polos secundários imprescindíveis a uma política de descentralização, de âmbito nacional ou regional, com adequado aproveitamento das vantagens da aglomeração existentes, seja por razões de ordem econômica, social ou política nas novas regiões estabelecer núcleos urbanos de apoio ao processo de ocupação (BRASIL, 1974, p.87)

Neste mesmo sentido, encontramos os objetivos prioritários da política desenvolvimento urbano do II PND para cada macrorregião do Brasil. De modo que, encontra-se para a Região Sudeste: “a desconcentração intra-regional do sistema urbano dominante”, evitando “o crescimento excessivo das grandes aglomerações urbanas (São Paulo e Rio de Janeiro); para a Região Sul: a “expansão ordenada das metrópoles regionais e o fortalecimento dos núcleos urbanos de médio porte”; pra a Região Nordeste: a “dinamização da base econômica das metrópoles regionais do sistema urbano”, por meio do “reforço das atividades produtivas e dos equipamentos sociais dos polos urbanos interiorizados”; para as “áreas de ocupação recente ou não consolidada da regiões Norte e Centro-Oeste”: “a organização do desenvolvimento das metrópoles regionais em formação e da região geoeconômica de Brasília” (BRASIL, 1974, p.87).

A partir de um ponto de vista operativo, os desdobramentos das diretrizes acima em estratégias regionais específicas deveriam refletir “as peculiaridades e o estágio de urbanização em que se encontra cada macrorregião brasileira” (BRASIL, 1974, p. 88).

Como visto, a escolha pela estratégia de desenvolvimento urbano amparou-se na concepção de estruturação das regiões metropolitanas que, como veremos, foram criadas a partir dos estudos realizados, em boa parte, pelos técnicos do IBGE. Desse modo, não é forçoso afirmarmos que a noção de região metropolitana, nos moldes que vimos no II PND, baseou-se na noção de “região polarizada”. Em outras palavras, o espaço urbano (entendido como polo de desenvolvimento), a partir de suas funções, polarizam espacialmente seu entorno para efeitos de desenvolvimento econômico e social, conformando assim uma região metropolitana. Portanto, uma noção de espaço abstrato definido a partir das relações de forças econômicas, pouco ligadas a contiguidade territorial para sua delimitação.

Neste contexto todo, um aspecto curioso que devemos ressaltar foi a sobreposição da jurisprudência das instituições do sistema de planejamento estatal brasileiro que ocorreu com as criações de novas superintendências do desenvolvimento regional dos militares. Por exemplo, no que tange o caso da SUDAM e SUDECO, estas sobrepueram a até então a CIBPU. Já por outro lado, não se criou nenhum órgão no período em questão para pensar o planejamento da Região Sudeste especificamente, região que a extinta CIBPU abrangera com destaque à hegemonia do estado de São Paulo nessa comissão interestadual.

3.2.1 Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE

O conhecido Nordeste brasileiro sempre foi lócus de intervenção e interesse estatal na tentativa de superação das mazelas que assolam a região, na maior parte das vezes atribuída aos fenômenos naturais, a exemplo das secas do sertão; como também das mazelas sociais da fome.

Em nosso caso, iremos mostrar como o uso da teoria dos polos de desenvolvimento na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) – aparelho estatal criado no governo varguista – tornou-se um exemplo de destaque entre as instituições pelas quais a teoria circulou no Brasil.

A importância da SUDENE para o planejamento regional brasileiro é bem conhecida. Talvez seja uma das instituições mais estudadas e copiadas no âmbito do planejamento público. De tal maneira, que esta Iniciativa tornou-se conhecida e difundida entre os especialistas como sendo a mais exitosa experiência de planejamento do desenvolvimento regional já experimentado.

Considerada uma experiência pioneira do planejamento regional no Brasil, foi também um dos locais por onde a noção de polarização espacial circulou e foi usada como modelo para superar o desequilíbrio regional marcante entre o Nordeste e o, até então, Centro-Sul do país.

A recepção teórica na SUDENE, de algum modo, foi afetuosa. Uma vez que a superintendência tornou-se a responsável em organizar o I Seminário sobre Polos de Desenvolvimento do Brasil. Evento que reuniu profissionais técnicos (entre brasileiros e estrangeiros) de variados escalões do sistema de planejamento estatal brasileiro do período. Isso nos mostra e confirma o apelo ao uso de tal teoria, que no período foi divulgada como a mais moderna e atual para mitigar as dificuldades enfrentadas no âmbito do desenvolvimento regional.

De certo modo, poderíamos até levantar a suspeita de que o nome de Celso Furtado na SUDENE facilitou a circulação da noção de polarização espacial na instituição, disputando os anseios dos planejadores. Não que o próprio Furtado tenha recebido e divulgado a teoria, mas de certa forma, sua orientação teórica não contrapunha em nada as proposições oriundas das ideias de François Perroux e seu grupo.

No que concerne o uso da teoria dos polos de desenvolvimento na SUDENE, temos que destacar o papel de divulgação do geógrafo brasileiro Manuel Correia de Andrade, pois ao nosso ver foi o responsável em apresentar uma interpretação original, a qual valorizou o Nordeste. Isso torna-se importante por confirmar a existência de um núcleo receptor da teoria que não orbitava o IBGE. O que merece destaque nesse trabalho, tanto pela originalidade de sua interpretação, quanto pelo esforço de aplicação.

As orientações francesas de Andrade estão evidentes a partir de seus trabalhos voltados ao '*amenagement du territoire*'. Onde em caráter de pesquisador visitante se aprofundou nas pesquisas sobre as experiências de planejamento regional na França e em Israel. Quando retorna ao Brasil, podemos dizer que Manuel Correia de Andrade exerceu um trabalho de divulgador da teoria dos polos de desenvolvimento no Brasil e por que não na SUDENE?

Questionamentos a parte, as orientações de atuação da SUDENE durante o regime militar foram definidos nos principais programas e planos de planejamento e desenvolvimento do Brasil. Um bom exemplo disso está no Programa Estratégico de Desenvolvimento, onde o Nordeste aparece como a região problema do país, noção que historicamente se atrela a essa região. Porém, no programa estatal, o Nordeste também aparece como sendo um resultado positivo de algumas políticas públicas a partir da criação da SUDENE. Por exemplo, no que se refere ao processo de industrialização, a estratégia adotada foi a dos polos de desenvolvimento, na qual a noção de estrutura industrial aparece como a orientação epistemológica, cujo objetivo consistia em promover uma estrutura menos desigual.

Desse modo, devia-se "evitar que a política de incentivos fiscais e as despesas governamentais em infraestrutura" resultassem "em concentração excessiva de investimentos em determinados Estados, sem limitar a dinamização dos demais polos de desenvolvimento da região" (BRASIL, 1967, p. 158).

Assim, para a SUDENE, no âmbito das infraestruturas, era adequado continuar com a programação:

prevista no I e II Plano Diretor [1961-1965], mantendo-se prioridade ao setor de energia elétrica. Quanto aos transportes, a ênfase deve recair no setor rodoviário, com prioridade para a rede rodoviária interna da região, continuando-se também a programação de melhoramento e reaparelhamento dos principais portos da área". (...) em vista da deficiência regional no campo das comunicações, esse subsetor

venha a merecer articular atenção na programação da região (BRASIL, 1967, p. 159).

Como já mencionamos, a questão regional do Nordeste também foi assunto de interesse do II PND dos militares. Nesse sentido, o planejamento do desenvolvimento regional da Região Nordeste do Brasil, conforme o plano estratégico, parte da concepções de áreas integradas, baseadas na noção de polos de desenvolvimento. Sendo assim, a partir desse ponto de vista:

Os principais programas, dentro desse enfoque de áreas integradas, deverão ser o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), o Programa de Áreas Integradas do Nordeste [POLONORDESTE], o Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal e o Programa Especial de Desenvolvimento da Região Geoeconômica de Brasília (BRASIL, 1974, p. 61).

Nesta perspectiva, as áreas integradas do Nordeste foram definidas conforme a ilustração retirada do II PND, como vemos na imagem abaixo:

Imagem 2 - Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste.

3.2.2 Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM

A criação de uma instituição voltada para o planejamento do desenvolvimento regional da Amazônia brasileira logo no início do governo dos militares ajuda-nos a compreender todo o destaque que essa região possui nas estratégias de desenvolvimento econômico e social, através das políticas territoriais marcantes desse contexto histórico e geográfico do Brasil. Contexto que se concretizou o anseio do Brasil se tornar uma sociedade moderna através da ampliação da tecnificação e modernização do território nacional.

Logo, através da Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966²⁴, que dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia; extinguiu-se a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e criou-se a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM (BRASIL, 1966).

Por isso, é importante destacar, que conforme o art. 2 da referida lei:

a Amazônia, para os efeitos desta lei, abrange a região compreendida pelos Estados do Acre, Pará e Amazonas, pelos Territórios Federais do Amapá, Roraima e Rondônia, e ainda pelas áreas do Estado de Mato Grosso a norte do paralelo de 16º, do Estado de Goiás a norte do paralelo de 13º e do Estado do Maranhão a oeste do meridiano de 44º (BRASIL, 1966).

A partir da definição da área de jurisdição de atuação da SUDAM, se estabeleceu no Plano de Valorização Econômica da Amazônia²⁵, cujo objetivo era “promover o desenvolvimento autossustentado da economia e o bem-estar social da região amazônica, de forma harmônica e integrada na economia nacional”. E, conforme o art. 4: o plano se desenvolveria apoiado na orientação básica, da qual destacamos: “a) realização de programas de pesquisas e levantamento do potencial econômico da Região, como base para a ação planejada à longo prazo e; b) definição dos **espaços econômicos** suscetíveis de desenvolvimento planejado, com a fixação de **polos de crescimento** capazes de induzir o desenvolvimento de áreas vizinhas “ (BRASIL, 1966, destaque nosso).

Com isso observamos que a referência na noção de polarização espacial apareceu na lei que cria a SUDAM e, como veremos mais adiante, foi a orientação

²⁴ Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5173.htm>

²⁵ Os quatro objetivos especificamente constam no art. 3 da lei que cria a SUDAM.

básica das leis ulteriores que criaram as outras superintendências do desenvolvimento regional dos militares (SUDECO e SUDESUL).

A SUDAM também teve suas atribuições estabelecidas no Programa Estratégico de Desenvolvimento (1967) do governo federal, no qual a Amazônia aparece como sendo um problema diferente ao problema do Nordeste. Os objetivos deste programa para alcançar o desenvolvimento foram orientados pela estratégia de polarização espacial. Onde pode-se verificar a referência no uso dos conceitos presente no programa.

Através deste programa a SUDAM se encarregava da:

ocupação efetiva da área estrategicamente orientada, com vistas à preservação das fronteiras internacionais, incorporação definitiva de sua economia ao todo nacional e criação de interdependências com as demais regiões brasileiras que solidifiquem a sua participação real no contexto brasileiro (BRASIL, 1967, p. 152).

Ademais,

Esses dois **polos**, colocados estrategicamente na Região, têm a seu lado Manaus, Macapá e Cuiabá como outras áreas objeto de cogitações, se bem que talvez com menores possibilidades de beneficiarem a região. Nesses **polos** deverão ser concentrados recursos e realizados melhoramentos capazes de tornar a área atraente para os investimentos privados. A almejada ocupação econômica da região deverá advir das influências desses **polos** sobre as áreas vizinhas (BRASIL, 1967, p. 153, destaque nosso).

Nesse sentido, o que encontramos foi uma hierarquização de polos na qual indica os pontos do território prioritários à receber os incentivos estatais. Com uma forte tendência de participação estatal no incentivo ao processo de industrialização, para o setor agropecuário visou-se a reserva à iniciativa privada, cabendo apenas “a ação governamental neste setor, o incentivo, amparo, assistência técnica e planejamento” (ibid, p.154).

Com uma intensão voltada à integração e ocupação do território amazônico, desde um ponto de vista da consolidação de um “modelo de capitalismo industrial brasileiro”, o qual tinha como problema as questões de “colonização” e “povoamento”. E, onde a crença no planejamento coordenado e tecnicamente organizado levaria ao alcance dos objetivos para o desenvolvimento da região, mas não sem a necessidade da participação “ativa e efetiva” das Forças Armadas (BRASIL, 1967, p. 154).

Entretanto, no âmbito do programa, caberia a SUDAM:

a tarefa de tornar integrada a ação dos órgãos colonizadores da região, orientando a política colonizadora para que atenda aos objetivos do Plano de Valorização Econômica. (...) Também destinados à iniciativa privada, os setores de Indústria e Comércio, além dos incentivos governamentais, deverão merecer da Sudam assistência técnica, formação de pessoal habilitado, programas de pesquisas para orientação etc. Entre os planos especiais está o importante projeto da implantação da Zona Franca de Manaus, que deverá ter largos reflexos na economia regional (BRASIL, 1967, p. 154-155).

Já no que concerne o uso da teoria dos polos de desenvolvimento no I PND, para a estratégia de desenvolvimento para a área de jurisdição da SUDAM, veremos as prerrogativas da lei que institui a superintendência serem reafirmadas no primeiro plano nacional de desenvolvimento dos militares.

Desse modo, encontramos no âmbito da estratégia regional de desenvolvimento previsto no plano, o seguinte:

A estratégia [regional] para a Amazônia, que é de integrar para desenvolver, assentará em duas linhas mestras, complementares e interdependentes:

I – **Integração física, econômica e cultural** na comunidade brasileira; de um lado, com o Nordeste, no sentido Leste-Oeste; e, de outro, com o Planalto Central e, através deste, com o Centro-Sul, no sentido Norte-Sul.

II – **Ocupação econômica e desenvolvimento** para tirar proveito da expansão da fronteira econômica, para absorver excedentes populacionais de outras áreas e elevar o nível de renda e bem-estar da região.

A integração se realizará principalmente: - com a construção da Transamazônica da Cuiabá-Santarém e de outras rodovias de articulação com as demais regiões; - com uma rede de aeroportos de função estratégica, notadamente o aeroporto internacional de Manaus; - como medidas para integrar bacias fluviais da região com bacias do Centro-Sul; - com a instalação, já quase ultimada, de dois sistemas de telecomunicações entre a Amazônia e o resto do país; - com a cobertura da Amazônia por meio da radiodifusão; - e, ainda, com nova infraestrutura das Forças Armadas na região (BRASIL, 1971, p. 29).

A partir deste ponto de vista, o processo de ocupação econômica e o processo de crescimento seriam efetivados, tendo como base da primeira: “a expansão do contingente populacional da região: rede rodoviária básica; reaparelhamento dos portos de Belém, Manaus e Santarém; desenvolvimento da navegação fluvial; programa de energia”; II) a “criação de um suporte de Educação, Saúde e assistência que viabilize radicar as populações” e; III) o “Programa RADAM (Radar para a Amazônia), de levantamento aerofotogramétrico”(idem)

Já como base do processo de crescimento, particularmente nos incentivos fiscais e isenções, a carga da SUDAM e da SUFRAMA, nas seguintes linhas: I) Seleção de **polos** de desenvolvimento e de integração (áreas prioritárias e zonas de fronteiras), realizando prioridades, para concentração de aplicações; II) definição de prioridades setoriais, para concentrar aplicações em setores dinâmicos prioritários, e para atividades de exportação; - industrialização com ênfase nos **polos** de Belém e Manaus, principalmente de produtos da região ou tirando proveito das isenções da Zona Franca; - fortalecimento e racionalização da economia dos produtos básicos da região; - exportação de madeiras; - mineração; - programa de pecuária em áreas selecionadas, e; III) Programas de colonização, notadamente para a região Transamazônica (idem).

Todo esse imbróglio do programa cujo principal objetivo era a integração nacional tem os traçados ilustrado como podemos observar na imagem 2, a seguir:

Imagem 3 - Programa de Integração Nacional (Rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém:

Fonte: I PND

Já no II PND, a ocupação produtiva da Amazônia e do Centro-Oeste deveria ocorrer considerando estes dois recortes: “a maior área do mundo ainda de escasso desenvolvimento agrícola ou industrial, a Amazônia constitui um desafio agrícola de proporções gigantescas (BRASIL, 1974, p. 65).

Desse modo, “a ocupação produtiva da Amazônia e do Centro-Oeste” deveria realizar-se através de quatro campos de atuação. O primeiro conformaria o “Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), integrado, inicialmente, por cerca de **15 pólos de desenvolvimento**, fora dos núcleos urbanos da região” (BRASIL, 1974, p. 66, destaque nosso).

O Programa de Polos Pecuários, que poderá permitir, a elevação do rebanho da Amazônia para 5 000 000 de cabeças, até o fim da década [1974], será desenvolvido principalmente no norte de Mato Grosso, norte de Goiás e sul do Pará, nas áreas de cerrado, cerradão e mata fina. O Programa será realizado segundo dois componentes estratégicos: sua adequada localização no espaço amazônico e a crescente tecnificação do setor (BRASIL, 1974, p. 66).

Os outros campos de atuação se dariam através do “Complexo Minero-Metalúrgico da Amazônia Oriental”, da “Política de Desenvolvimento de Recursos Florestais e Uso Racional dos Solos da Amazônia e da “Conclusão do Distrito Industrial da Zona Franca de Manaus e execução de seu Distrito Agropecuário” (BRASIL, 1974, p. 66-68), conforme visto na imagem 2.

No mesmo ano de publicação do II PND, ocorreu um discurso do Presidente do Brasil na SUDAM, registro que também corrobora ainda mais para visualizarmos a orientação do planejamento estatal a partir da teoria dos polos de desenvolvimento. A saber:

No mundo moderno, angustiado por profundas questões políticas e econômicas, o Brasil, apesar de manter-se vigilante e cômico da gravidade do quadro internacional que afeta a todas as nações, não adota posição do imobilismo mas, sim, busca confiante novas fontes de prosperidade — como é este exemplo da ocupação racional e decidida dos principais **pólos** da Amazônia. (Presidente do Brasil em DISCURSO NA SUDAM. DURANTE VISITA AO PARA, EM 27 DE SETEMBRO DE 1974, p.144, destaque nosso)

Com o excerto acima, percebemos o uso da noção de polarização espacial pelo menos nas intencionalidades do regime militar e na ânsia do projeto de integração nacional, por via do desenvolvimento econômico e social traduzido nas iniciativas de planejamento regional.

Não sabemos se pela própria formação dos representantes executivos desse regime autoritário, ou pela orientação teórico-metodológica do quadro de técnicos especializados que orientavam as estratégias de tal governo para que a teoria aparecesse no discurso governamental, ou as duas coisas. Porém, o que encontramos foi que tais conceitos vinculados à noção polarização espacial esteve presente no vocabulário adotado pelo sistema de planejamento estatal brasileiro vigente no período.

Imagem 4 - Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia:

Fonte: II PND

No âmbito do planejamento do desenvolvimento regional do período, destacadamente, o olhar recai sobre a região correspondente a área de atuação da SUDAM. Isto representava integrar a imensidão da região amazônica brasileira no projeto modernizador do país, através de uma nítida concepção de superação do atraso que representava a floresta em pé e os povos que nela vivem. Projeto nacional que de fato foi há tempos iniciado, porém ainda longe de terminar.

Com isso em mente, é importante observar que:

O esforço progressivo e concentrado, empreendido com vistas à ocupação racional e produtiva da Amazônia, notadamente após a Revolução de 1964, e que culminou com a aprovação do Programa de Integração Nacional, através do Decreto-lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970, prosperou e frutificou em extraordinárias realizações. A implantação de eixos de penetração rodoviária, o aumento da oferta de energia, a inauguração de sistema de telecomunicações interligando a região e o resto do país, a política de revitalização da navegação fluvial, a pesquisa de recursos naturais através de sensoriamento remoto, as experiências de colonização oficial, a execução de numerosos projetos agropecuários e industriais pela atividade empresarial, beneficiária do sistema de incentivos fiscais — transmutaram a fisionomia da Amazônia, hoje incorporada definitivamente ao processo de desenvolvimento econômico e social do País (BRASIL, 1974, p.141).

Passado um primeiro momento da estratégia de ocupação da Amazônia, segundo o governo, era chegada a hora de nova etapa de trabalho mais “profunda” e “vigorosa” para aproveitar toda a “vasta potencialidade” da região de atuação da SUDAM:

Os grandes eixos viários de penetração orientando fluxos naturais da população, bem como os levantamentos e pesquisas de recursos naturais, levaram naturalmente à identificação dos principais **polos de desenvolvimento da Amazônia** onde o Governo Federal, em conjunto com os Governos Estaduais e dos Territórios, concentrará sua ação, facultando a efetiva execução de grandes projetos no campo da mineração, com a participação de recursos governamentais e de capitais privados, inclusive os externos que com o Brasil se disponham a colaborar, preservados os princípios básicos que asseguram o superior interesse nacional (BRASIL, 1974, destaque nosso).

Aqui vemos a conceitualização da noção de polos sendo usada para identificar os pontos do território que, por possuírem as potencialidades, deveriam receber os incentivos estatais para iniciar com um processo de desenvolvimento econômico e social. Isto é, criar-se-ia “polos de desenvolvimento”. Interessante perceber que o apelo teórico nesse momento reflete a interpretação mais flexível da noção de polarização espacial, que em nossa leitura, já representava a estratégia intelectual de difundir tais noções às teorizações e práticas do planejamento regional e urbano no terceiro-mundo. De forma que, nesta realidade, os tais polos:

permitirão alcançar o máximo de benefícios das atividades empresariais nos setores da pecuária, da agricultura, da exploração

florestal, fonte preciosa para aproveitamento econômico de madeiras e fabricação de papel, levados em conta, necessariamente, os princípios básicos da preservação ecológica, da renovação da flora, de defesa e proteção do meio ambiente (BRASIL, 1974, p.141-142).

Sendo assim, todo o investimento público destinado ao desenvolvimento da região amazônica estava “concentrados em quinze polos selecionados à base de criteriosos padrões de prioridade, com fundamento na localização de minerais estratégicos ou no mais apropriado aproveitamento agrícola e florestal “(BRASIL, 1974, p. 142).

Ademais, buscava-se também aproveitar o potencial hídrico para a construção de hidrelétricas. No qual previa a execução de “grandes projetos hidrelétricos no Araguaia-Tocantins, destinados a apoiar importantes projetos industriais” (idem, p. 143). O que representa, um projeto de ocupação territorial com intenções de modernização a partir da construção de novos sistemas de engenharia como infraestrutura necessária ao desenvolvimento econômico e social da região em questão.

É com isso que o governo federal, com frente de ação representada pela SUDAM, a partir do programa POLOAMAZÔNIA “complementará, nas áreas selecionadas, as obras de infraestrutura indispensáveis, prosseguirá no esforço de pesquisa e investigação e já vem dando início a projetos da mais alta prioridade, como o do ferro, em Carajás, e do alumínio, em Trombetas. (...) Dando, “máxima prioridade aos trabalhos de regularização fundiária a fim de proporcionar bases sólidas ao desenvolvimento agrícola e industrial” (BRASIL, 1974, p. 143).

Ademais, buscava-se também aproveitar o potencial hídrico para a construção de hidrelétricas. No qual previa a execução de “grandes projetos hidrelétricos no Araguaia-Tocantins, destinados a apoiar importantes projetos industriais” (idem, p. 143). O que representa, um projeto de ocupação territorial com intenções de modernização a partir da construção de novos sistemas de engenharia como infraestrutura necessária ao desenvolvimento econômico e social da região em questão.

É com isso que o governo federal, com frente de ação representada pela SUDAM, a partir do programa POLOAMAZÔNIA “complementará, nas áreas selecionadas, as obras de infraestrutura indispensáveis, prosseguirá no esforço de pesquisa e investigação e já vem dando início a projetos da mais alta prioridade, como o do ferro, em Carajás, e do alumínio, em Trombetas. (...) Dando, “máxima prioridade

aos trabalhos de regularização fundiária a fim de proporcionar bases sólidas ao desenvolvimento agrícola e industrial” (BRASIL, 1974, p. 143).

Esforço coordenado de todos os Ministérios e dos Governos Estaduais, reunidos em torno da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia — SUDAM, do Ministério do Interior e da Secretaria de Planejamento da Presidência da República que lhes assegurarão integral apoio; intensa participação da iniciativa privada principalmente do sul do país e o esforço voluntário do povo da Amazônia, constituído por brasileiros de todos os pontos do território pátrio e conjugando programas a cargo tanto de empresas agrícolas de variado porte como de empresas de colonização (BRASIL, 1974, p. 143-144).

Portanto o:

POLAMAZÔNIA levará em conta, sempre, o objetivo maior do desenvolvimento econômico que é o da elevação dos níveis de vida do povo, da melhoria das condições de bem-estar, do aprimoramento do sistema educacional e da execução de programas essenciais de saúde pública (BRASIL, 1974 p. 144).

Mediante o exposto, a principal crítica ao uso da teoria dos polos foi exatamente a incapacidade de alcançar suas prerrogativas. Crítica a parte, o que podemos tirar desse objetivo foi a intenção pelo viés intervencionista e autoritário sobre o território nacional.

3.2.3 Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO

Assim como a SUDAM, de acordo com Gardin (2009, p.19), a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) também se sobrepõe ao que antes era área de atuação da CIBPU...Porém, como aponta uma estudiosa do papel da SUDECO no planejamento governamental:

A criação e a instalação da SUDECO, assim como de suas congêneres, confirma a existência de uma racionalidade dirigida e introduzida como pensamento ideológico dominante, e que é propagada, através de seus programas e planos (ABREU, 2001, p. 74).

Ainda para a autora, “trata-se de um projeto de incorporação de novos e velhos territórios às novas demandas do capitalismo mundial e das corporações multinacionais” (idem).

Sendo assim, no intuito de atingir tais objetivos foi “criada pela Lei nº 5.365, de 01 de Dezembro de 1967, na gestão Costa e Silva, a SUDECO [que] nasceu como

uma entidade autárquica vinculada ao Ministério do Interior; tendo sido empossado o engenheiro Sebastião Dante de Camargo Júnior – primeiro superintendente – em 25 de janeiro de 1968.” (ABREU, 2001, p. 74)

Dentro de uma estratégia nacional de desenvolvimento, o que atualmente é a região Centro-Oeste, encontra-se uma referência de intenção de criar uma instituição para atuar na região nos moldes das já iniciadas SUDENE e SUDAM, como bem expressado no I PND e II PND. Dessa forma, essas instituições serviriam para regionalizar os objetivos de integração nacional apresentados nos programas, planos e projetos do governo federal, cujas características de ação marca-se pela centralização e autoritarismo.

Para tanto, a estratégia adotada e difundida baseia-se na noção polarização espacial, em muitas vezes fazendo o apelo ao uso dos conceitos clássicos de François Perroux.

Dentre as atribuições contidas no seu regulamento provisório, a SUDECO deveria definir os “**espaços econômicos** suscetíveis de desenvolvimento planejado, com a fixação de **pólos de crescimento** capazes de promover o desenvolvimento das áreas vizinhas (ABREU, 2001, p.74, destaque nosso). Atribuição que demonstra como a teoria de François Perroux animou as faculdades daqueles que elaboravam os objetivos do Estado na promoção do desenvolvimento econômico e social, que neste contexto, em específico, carregava um forte interesse pela ampliação e consolidação da modernização do território brasileiro na região Centro-Oeste.

Espaços econômicos e polos de desenvolvimento traduzem a concepção que entende o processo de industrialização como sinônimo de progresso e a alavanca do desenvolvimento do país. A grande problemática que girou em torno desse ponto de vista foi o obstáculo de criar e desenvolver indústrias capazes de suprir as mazelas características do terceiro-mundo, mesmo naqueles países que já apresentavam um nível de industrialização mais avançado, como foi o caso do Brasil.

Seguindo o *modus operandi* que parece ser a característica central da ação dessas instituições, os investimentos públicos recaiam para a implantação de infraestrutura industrial e urbana. O setor de agricultura e pecuária deveria receber os investimentos da iniciativa privada.

Nesse sentido, com a instalação da SUDECO, passa-se a esta instituição a:

competência para elaborar os planos de desenvolvimento da Região Centro-Oeste e os seus planos diretores setoriais, cujas ações estavam diretamente vinculadas à política de desenvolvimento do Governo Federal e fundamentadas na discussão da correção dos focos de disparidades regionais e sociais (ABREU, 2001, p. 77).

Portanto, sobre responsabilidade da SUDECO ficou “os levantamentos potenciais e os estudos pertinentes à elaboração de uma programação de ações a serem realizadas em **pólos de desenvolvimento** definidos, para induzir o crescimento de áreas vizinhas diante dos escassos recursos disponíveis e maior eficácia dos dispêndios” (ABREU, 2001, p. 78, destaque nosso). O uso da noção de desenvolvimento polarizado espacialmente na SUDECO é defendida por Abreu (2001), uma estudiosa da trajetória desta instituição, mesmo que autora indique essa reprodução teórica de forma bastante generalista, porém, a síntese, seria a seguinte:

A base teórica para a formulação da programação foi a da teoria dos polos de desenvolvimento – que estudiosos de Geografia Regional no Brasil, como Andrade (1977 [p. 12] e 1987), também incorporaram-, face às influências francesas do *Aménagement du territoire*, considerado *como arma utilizada para fazer a prospectiva, indicando quais os caminhos que devem ser trilhados para atingir em uma data não muito próxima as metas que desejamos e podemos alcançar* (ABREU, 2001, p. 78, destaque da autora).

Anteriormente já vimos a importância de Manuel Correia de Andrade para a divulgação da teoria dos polos de desenvolvimento no Brasil e o papel da SUDENE nesse processo. Com efeito, o que percebemos é que a teoria se difunde e circula entre os escalões do sistema de planejamento estatal brasileiro. Da mesma maneira que identificamos o papel do geógrafo pernambucano, que aparece como referência dos estudos no campo do planejamento do desenvolvimento regional.

Isto corrobora com ideia que trazemos neste trabalho, a qual compreende que a importação e reprodução teórica animou os ímpetus planejadores de um contexto de transformação estrutural da sociedade e do território brasileiro; momento marcado pela transição política desencadeando um governo autoritário, como também, marcado pela consolidação da modernização do território nacional (mesmo que seletivamente). Isto é, mesmo com todas as transformações na formação socioespacial do Brasil, a teoria do desenvolvimento polarizado espacialmente – na base da noção de polos de desenvolvimento – é a orientação teórica-metodológica e conceitual dos estudos regionais, que subsidiaram importantes políticas territoriais do período.

Por isso que:

Tais discussões encaixam-se plenamente no que veio a se tornar o discurso de sustentação da SUDECO e suas congêneres, ainda que o planejamento, enquanto instrumento de ação de desenvolvimento, remonte a períodos anteriores. Parte da área de jurisdição da Superintendência(...) já fora contemplada com políticas de planejamento de outras instituições, como (...) Fundação Brasil Central (FBC), que existia desde 1943; a CIBPU, de 1954 (sic); PVEFRSP – Plano de Valorização Econômica da Fronteira Sudoeste do País -, criado em 1956, e a SUDESUL – Superintendências do Desenvolvimento da Fronteira Sudoeste, criada em Fevereiro de 1967 (ABREU, 2001, p. 78)

No entanto, com visto, a teoria do desenvolvimento polarizado espacialmente já havia se inserido nessas instituições citadas. O que instiga a curiosidade é exatamente como a teoria permanece como base teórica-metodológica e conceitual mesmo com as transformações estruturais que ocorrem no sistema de planejamento estatal brasileiro. Nesse sentido, podemos junto com Abreu (2001), mas que nos parece ser um consenso na crítica sobre a recepção das teorias do planejamento do desenvolvimento capitalista, que se tratava, portanto:

do processo de internalização do *desenvolvimento* como crescimento econômico e *planejamento* como uma rede racional de ações isentas de intenções político-ideológicas (ainda que houvesse quem declarasse e declare motivos ideológicos, como é o caso do General Golbery da Costa e Silva). Esse é o pensamento que perpassa todos os governos militares [1964-1985]. O conceito de desenvolvimento elaborado está voltado para o problema da superação do subdesenvolvimento – eliminação da pobreza e da fome – através da autodeterminação nacional (luta contra os opressores) em torno do parâmetro nação, na proposição de um capitalismo autônomo (ABREU, 2001, p. 79, grifo da autora)

Sendo assim, as regiões neste contexto passam ser vistas como estratégicas para o projeto de integração nacional. Na forma de investimento para a ampliação de redes rodoviárias para a continuação da interiorização do país, ou seja, a ampliação da ocupação produtiva característica do modelo capitalista industrial do Brasil.

Conforme as realizações esperadas a partir do I PND dos militares, através do qual pretendeu-se alcançar uma:

realização de Estratégia Regional para efetivar a **Integração Nacional**. Ao mesmo tempo em que se consolida o núcleo desenvolvido do Centro-Sul, até com a criação de regiões metropolitanas, controle da poluição e construção da estrutura integrada de indústria e Tecnologia, implantar-se-ão novos pólos regionais notadamente o agroindustrial

do Sul, o industrial-agrícola do Nordeste e o agropecuário do Planalto Central e da Amazônia (BRASIL, 1971, p. 9, grifo nosso).

Por certo que a estratégia se amparava numa concepção de regiões metropolitanas e na criação de polos de desenvolvimento, ou seja, tanto o processo de urbanização, de industrialização e de regionalização foram os focos dos investimentos estatais do período.

No âmbito daquilo que corresponde a cooperação técnica entre os diferentes especialistas do campo do planejamento do desenvolvimento regional, que se concretizou com a troca entre intelectuais. Nomes estrangeiros destacáveis vieram ao Brasil, assim como, nomes brasileiros viajaram ao estrangeiro na busca de formação teórica e técnica-profissional no campo que ascendia com destaque entre as ciências sociais.

Não foi aleatoriamente que técnicos estadunidenses e posteriormente franceses foram inseridos nos órgãos de planejamento, para ensinar como, quando e onde planejar. Nesse sentido, a SUDECO tornou-se um exemplo, pois tanto encaminhou funcionários seus para a França, como recebeu técnicos franceses para orientar trabalhos sobre seu fomento (ABREU, 2001).

3.2.4 Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul – SUDESUL

A criação das superintendências do desenvolvimento regional no governo dos militares representou mais a mudança de algumas instituições já pré-existentis para fins de planejamento. O caso da Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL) não escapou a essa regra.

Foi no governo Juscelino Kubitschek que, no âmbito das políticas territoriais, ocorreu “a criação de uma outra agência de planejamento, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Fronteira Sudoeste do País – SPVESUD (Lei n.2976, 28 nov. 1956), logo no início desse governo (1956)” (GARDIN, 2002, p. 63). Instituição que, posteriormente, foi a base para a criação da SUDESUL.

Mesmo que Pires (1982, p. 32) indique que no caso específico da SUDESUL, ela não foi contemplada com polos de desenvolvimento. Encontramos nos documentos oficiais a opção pela estratégia de polarização espacial, seja nas leis ou nos planos e programas de governo federal. De fato, como veremos, no âmbito da SUDESUL ocorreu uma implementação para outras escalas de planejamento, mais

voltada para o recorte estadual e municipal. Isso se compararmos a SUDESUL com as outras Superintendências do Desenvolvimento Regional e seus projetos.

Podemos dizer então que:

A SUDESUL veio substituir a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região Fronteira SUDOESTE do País (SPVERFSP), cuja criação, segundo anteprojeto de plano de desenvolvimento daquela Região, esteve intimamente ligada à segurança nacional e ao objetivo de tornar a região uma fonte inesgotável de riquezas, matérias primas e alimentos, por excelência, devido as suas características e vocações geológicas (PIRES, 1982, p. 43-44).

No que se refere o uso da teoria dos polos de desenvolvimento, vemos no “DECRETO-LEI Nº 301, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967, que dispõe sobre o *Plano de Desenvolvimento da Fronteira Sudoeste*, aprova o I Plano Diretor, extingue a *Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região da Fronteira Sudoeste do País*, cria a *Superintendência do Desenvolvimento da Fronteira Sudoeste - SUDESUL* - e dá outras providências”. Mais especificamente nos artigos 3º e 4º, onde lemos o seguinte:

Art. 3º O Plano de Desenvolvimento da Fronteira Sudoeste terá como objetivo promover o desenvolvimento integrado e harmônico da região, visando o aproveitamento racional de seus recursos naturais e o bem-estar social de sua população; assegurando-lhe uma economia autossustentada e integrada na economia nacional.

Art. 4º O Plano será desenvolvido visando precipuamente:

- a) Conhecimentos dos recursos naturais da região e avaliação de seu potencial econômico e social, através de estudos e pesquisas que sirvam de base à ação planejada do Governo e de orientação aos investimentos privados;
- b) Seleção e definição de espaços econômicos que, por suas características especiais e possibilidades de desenvolvimento, sejam merecedoras de prioridade de ação planejada, com a determinação de polos de desenvolvimento capazes de dinamizar e liderar o crescimento de áreas vizinhas; (BRASIL, 1967).

Da mesma forma que as diretrizes fossem para uma estratégia de polos, quando comparamos a SUDESUL com as outras regiões percebemos o seguinte:

As superintendências conservam certa simetria, não obstante algumas modificações sobre a abordagem regional, na formalização do enfoque de ‘polos’ para a região Norte, Nordeste e Centro-Oeste, diferente da política da SUDESUL que desenvolve seus projetos a nível sub-regional, como o Projeto Nordeste do Paraná, Projeto Litoral Sul de Santa Catarina e Projeto Sudoeste 1. (PIRES, 1982, p. 50)

Só a partir de:

1º de dezembro de 1967, a SUDESUL passa a ter como área de ação a Região Sul do País, ou seja, os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, transferindo a parte dos programas de Mato Grosso para SUDECO, mediante convênio e somente em 1969 passa a ter o nome de Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul – SUDESUL (PIRES, 1982, p.58)

Essa mudança nas áreas de jurisdição foi mobilizada através da Lei Nº 5.365, DE 1º DE DEZEMBRO DE 1967, pela qual se criou a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO), e deu outras providências. Onde nos artigos:

Art. 20. O artigo 2º do Decreto-Lei número 301, de 28 de fevereiro de 1967, passa a ter a seguinte redação:

‘Art. 2º A Região Sul, para os efeitos deste Decreto-Lei, compreende os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul’.

Art. 21. O Plano de Desenvolvimento da Fronteira Sudeste e a Superintendência do Desenvolvimento da Fronteira Sudoeste (SUDESUL), instituídos pelo Decreto-lei nº 301, de 28 de fevereiro de 1967, passam a denominar-se, respectivamente, Plano de Desenvolvimento da Região Sul e Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL) (BRASIL, 1967, destaque nosso).

O que de fato fica marcado como característica comum entre as superintendências do desenvolvimento regional dos militares foram as recorrentes sobreposições das delimitações territoriais para a jurisdições das novas instituições que compuseram o sistema de planejamento estatal brasileiro após 1964. Caracterizado, na maioria das vezes, pela falta de continuação ou subaproveitamento das iniciativas pré-existentes. O que nos indica as razões para os obstáculos para a efetivação e sucesso dos planos, programas e projetos criados com vista a promover a integração nacional através do desenvolvimento regional.

3.3 O uso no IBGE e seus veículos de divulgação

Aproximando-nos de Lamego (2010), compartilhamos da perspectiva que no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) não existiu uma hegemonia teórica na orientação dos estudos regionais. Em nosso caso, o que ocorreu foi o uso das mais variadas teorias disponíveis no período e que surgiram no contexto do apelo

estatal de planejar o desenvolvimento regional como modelo de desenvolvimento econômico e social no capitalismo industrial. Dentre os usos, encontramos com a circulação da TPD na orientação dos estudos regionais e urbanos, destacadamente nos trabalhos assinados por membros do Conselho Nacional de Geografia - CNG.

Para alguns estudiosos do papel da instituição no planejamento territorial brasileiro:

o IBGE teve uma centralidade na recepção da teoria dos polos, pois a aplicou nos moldes rochefortianos (sic) e porque como centro de produção de dados e, até certa medida, de articulação científica, difundiu sua interpretação da teoria e aglutinou o interesse de outras instituições e intelectuais interessados pelo assunto (PEDROSA, 2017, p. 2).

Nesse sentido, o mais importante que devemos destacar é que no Brasil: “o IBGE está longe de ter o monopólio sobre o assunto, seja no tocante à sua teoria, seja no que diz respeito à sua aplicação (PEDROSA, 2017, p.2). Isto é, existiram “outras formas e vias de recepção da teoria dos polos, interpretações essas que acabaram por se encontrar, seja na prática do planejamento, seja no debate teórico com as concepções ibgeanas” (idem). Como exemplo, os conceitos de **estrutura industrial, estrutura urbana, estrutura espacial, rede e hierarquia urbana**, os quais estavam presentes no I PND e II PND dos militares, sendo que muitos desses conceitos também foram trabalhos pelos geógrafos do IBGE.

Outro elemento importante, é o papel que as revistas especializadas cumprem na divulgação de teorias científicas entre seus pares. A partir desse ponto de vista, encontra-se nos dois periódicos de geografia vinculados ao IBGE, o Boletim de Geografia (BG) e a Revista Brasileira de Geografia (RBG), uma ferramenta para visualizar como a noção de polarização espacial circulou e repercutiu entre os

trabalhos dos geógrafos e das geógrafas²⁶ *ibgeanos*²⁷ e daqueles que orbitavam o referido instituto.

No que tange as duas publicações de geografia do IBGE, o Boletim Geográfico (1943-1978) foi absorvido pela Revista Brasileira de Geografia (RBG) posteriormente. Esse fato não excluiu o papel de divulgação que o BG exerceu entre a comunidade geográfica brasileira. Destaque que deve ser feito, uma vez que, se tratando da RBG (que ainda tem publicações) e o seu respectivo papel de divulgação científica já está reconhecido entre os estudiosos do tema. Então,

através da RBG, pode-se verificar uma gama variada de tendências, das quais Instituto foi importante divulgador e produtor; receptáculo, enfim. Diferentes períodos da produção intelectual do IBGE refletiram senão a hegemonia, ao menos o predomínio de algumas propostas (BOMFIM, 2007, p. 153).

Para completar, podemos assim classificar os dois periódicos do IBGE como as vitrines de divulgação da noção de polarização espacial entre os geógrafos e economistas interessados pelo campo do planejamento do desenvolvimento regional. Isso porque, nossa leitura dos trabalhos da revista partiu de um considerável afastamento histórico, o que nos permitiu apenas verificar o resultado publicado de toda uma controvérsia científica, desse modo, não conseguimos acompanhar tal debate no momento de sua instauração propriamente dita.

Da mesma forma, encontramos com os pressupostos da escola de economia espacial francesa usados como referências teórico- metodológicos e conceituais para os estudos regionais entre os geógrafos *ibgeanos*. Isso ajuda ilustrar qual foi a leitura da noção polarização espacial que circulou no IBGE. Com isso, nosso intuito consiste em identificar como se formou o círculo de afinidade em torno dos estudos voltados para o planejamento do desenvolvimento regional no instituto.

²⁶ Aqui, é importante destacar que encontramos os nomes de geógrafas em muitos trabalhos publicados nos periódicos do IBGE, o que evidencia uma atuação marcante delas nos grupos de trabalhos do IBGE, bem como em esforços individuais. Assim, destacamos a importante contribuição que as geógrafas do IBGE tiveram sobre a temática abordada pela presente pesquisa. Enfim, podemos citar os nomes de Lysia Maria Cavalcanti Bernardes, uma das principais divulgadoras, no Brasil, “dos estudos sobre redes urbanas nos modelos de Michel Rochefort”, tratando-se também “de uma das geógrafas mais próximas do IPEA e dos altos escalões do Ministério do Planejamento” (ALMEIDA, 2000, p.131 *apud* BOMFIM, 2007, p.132). . Outro nome que devemos citar é o de Maria Velloso Galvão, presente na maioria dos grupos de trabalho

²⁷ Termo já usado em outros trabalhos e que se refere aos profissionais com vínculos institucionais com o IBGE, pelo menos no recorte histórico que perpassou esta pesquisa.

A presença de especialistas do planejamento regional e urbano, como Boudeville, Pierre George e Michel Rochefort no Brasil é outro evento importante que merece ser destacado. Estes especialistas vieram em missão intelectual para ensinar e executar modelos para as práticas de planejamento do desenvolvimento regional e urbano dentro dos escalões do sistema de planejamento estatal brasileiro, como o IBGE, o IPEA entre outros. Como exemplo, podemos citar: o “Grupo da Geografia da indústria, vinculado ao IBGE e comandado pelo geógrafo francês Michel Rochefort, que tem o resultado do trabalho do grupo “*Estudos para a Geografia das Indústrias do Brasil Sudeste*” (1963)²⁸ publicado na RBG.

Diante disso, podemos indicar que:

um marco importante na recepção da teoria dos polos foi a presença de Michel Rochefort, a partir da década de 1960, porém, esta não foi sua primeira visita ao Brasil já que ele participou do congresso da União Geográfica Internacional (UGI) de 1956. Após o evento, Rochefort leciona seis conferências no Conselho Nacional de Geografia (CNG), cujo título era “Problemas de métodos de geografia urbana” (Nogueira, 1956: 210). Alguns anos depois, novamente em terras brasileiras, Rochefort organizou grupos de pesquisa no IBGE sobre temas que haviam sido tradicionalmente pouco tratados pelo órgão. Assim, os temas da industrialização, da urbanização, da hierarquia urbana e da distribuição dos serviços são incorporados envolvendo geógrafos novos e antigos. De uma forma geral Pedro Geiger, Roberto Lobato Corrêa, Lysia Bernardes e F. Davidovich foram todos envolvidos nessas atividades e mesmo depois de um afastamento relativo do IBGE, as tendências por ele engendradas continuam a ser desenvolvidas, dialogando com outras fontes e autores (PEDROSA, 2017, p. 3).

Ao recuperarmos os artigos publicados na Revista Brasileira de Geografia até 1955, encontramos pouco ou nenhuma publicação referente aos temas como planejamento regional, industrialização e urbanização...²⁹ Somente a partir de 1956 que encontramos os primeiros artigos sobre estas temáticas. Por exemplo, em 1956 encontra-se trabalhos assinados por Pinchas Geiger e Milton Santos. Ainda em 1956, o artigo “O planejamento regional”; 1960: “Subsídios para uma nova divisão política para Brasil”, entre outros.

Inesperadamente, o que mais nos chamou atenção foi a publicação de um noticiário³⁰, de 1962, no qual trouxe o relato da vinda do geógrafo francês Pierre

²⁸ Ver: 1963_v25_n2.

²⁹ Ver apêndice.

³⁰ Na RBG tinha uma seção Noticiário.

George, em missão na Universidade da Bahia. Aproveitando-se dessa oportunidade, o CNG convida o geógrafo francês para fazer algumas conferências... Logo na sequência, em 1963, foi criado o Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais, no qual também circulou nomes como o de Michel Rochefort, discípulo de George. Um indício relevante de uma fortuita relação entre a conhecida Geografia Ativa francesa e a história do planejamento do território brasileiro.

Conquanto, no que diz respeito a circulação e o uso da teoria dos polos de desenvolvimento entre os geógrafos que atuavam no IBGE, destacamos dois nomes que avaliamos serem importantes: Speridião Faissol e Pedro Pinchas Geiger. Essa escolha se ampara no critério de que ambos angariaram cargos representativos no instituto, como também sempre estiveram presentes nos grupos de trabalho criados para pensar o planejamento urbano e regional do Brasil. Isso porque, os dois trabalhos que trazem o termo polos de desenvolvimento no título são deles. A saber: “*ESTUDOS BÁSICOS PARA DEFINIÇÃO DE PÓLOS DE DESENVOLVIMENTO NO BRASIL*” (GEIGER et al, 1966) e “*PÓLOS DE DESENVOLVIMENTO NO BRASIL: UMA METODOLOGIA QUANTITATIVA E UMA EXEMPLIFICAÇÃO EMPÍRICA*” (FAISSOL, 1972). Assim sendo, estes dois trabalhos foram os que escolhemos para exemplificar como ocorreu a repercussão da noção polarização espacial entre os geógrafos ibgeanos.

Isto posto, do ponto de vista do uso da teoria dos polos de desenvolvimento, defendemos que o geógrafo ibegeano Speridião Faissol representou uma recepção mais técnica e especializada, chegando a produzir uma releitura mais matematizada da ideia.

Nesse contexto, Speridião Faissol (1972) teve um papel central, pois ele continuou em parte usando as concepções chave de Rochefort e os frutos por ela gerados, porém adotou um método ligado à nova geografia de matriz estadunidense para dar uma nova roupagem à teoria, imprimindo sua marca pessoal e inserindo a novidade da “descoberta” metodológica. Nesse período, como tentamos demonstrar, os economistas também se preocupavam com teorias locais ou com a economia espacial, inclusive utilizando modelos de análise difundidos pela nova geografia como, por exemplo, o modelo gravitacional. Entretanto, se destaca o fato de que os economistas tradicionalmente são treinados para o manejo da matemática e, historicamente, desenvolveram vários modelos para simular ou analisar situações econômicas (PEDROSA, 2017, p. 10).

Já o geógrafo ibegeano Pedro Pinchas Geiger, nos pareceu um personagem importante na medida em que ele realizou uma leitura com certa originalidade, publicando seus textos com certo destaque para os temas que abrangeram o planejamento, o desenvolvimento, a regionalização, a industrialização e urbanização brasileira. Destaque concedido, talvez, pelo cargo que ocupou no IBGE de coordenador de estudos regionais.

Ainda sob a assinatura de P. Geiger, de 1956 à 1989, encontramos publicados na RBG 11 artigos seus ou dos grupos de trabalho em que trabalhou. Entre estes, além do texto citado acima, destacamos o *“Esboço Preliminar da Divisão do Brasil nas Chamadas “Regiões Homogêneas” (1967).*

O que encontramos em comum nestes trabalhos é a noção de estrutura regional, que aparece como fio condutor da referência epistemológica do período nos estudos para o planejamento regional brasileiro, sobretudo, baseados no estruturalismo econômico de François Perroux.

Ademais, sobre o uso teoria dos polos de desenvolvimento no Brasil, destacamos o seguinte:

O período de 1964 até 1985, ou seja, o transcurso da ditadura militar no Brasil, marca uma disseminação ampla da teoria no caso da geografia, pois pouco tempo após 1964 temos a publicação da obra *A geografia ativa* (1966) traduzida rapidamente para o português e o surgimento de trabalhos que aplicaram a metodologia de Rochefort, como o *Estudo básico para a definição dos polos de crescimento* (Pereira, 1967), realizado pelo IBGE (PEDROSA, 2017, p. 4).

Desse modo, um fato intrigante que devemos apontar foi que “o regime militar convida Rochefort para trabalhar no IBGE e no IPEA” (PEDROSA, 2017, p.6). Isso se confirma quando nos debruçarmos sobre o estudo no qual o geógrafo francês teve importante contribuição, tanto teórica como prática ao ministrar cursos de formação para técnicos brasileiros.

A partir disso talvez, o documento que mais traduza o uso da teoria dos polos de desenvolvimento como modelo de análise para subsidiar o planejamento regional brasileiro, a partir dos geógrafos do IBGE (CNG), seja o *“Estudos básicos para definição de polos de desenvolvimento no Brasil”* (1966). Igualmente serve de exemplo da cooperação técnica internacional no âmbito do campo do planejamento do desenvolvimento regional, ao contar com a participação do geógrafo francês Michel Rochefort, que adotou a mesma metodologia aplicada na França. Fatos corroboram

para a caracterização do circuito internacional de intelectuais que contribuíram para a consolidação do campo do planejamento do desenvolvimento regional e urbano.

O resultado deste estudo básico, coordenado por Rochefort e aplicado ao caso brasileiro, foi apresentado como “informe ao Congresso de Integração Nacional Realizado em Salvador, Bahia, no período de 12 a 17 de setembro de 1966”³¹ (PEREIRA et al, 1967, p. 82). Neste congresso, se discutiu “preliminarmente, os resultados de experiência de polarização, contidas no II Plano Francês e no Plano Espanhol de Desenvolvimento Econômico e Social” (BOMFIM, 2007, p.181). Visto que os estudos traziam os dois referidos planos como exemplos de experiência de planejamento governamental a partir do uso da teoria dos polos de desenvolvimento.

Além disso, não só o “I Seminário sobre Polos de Desenvolvimento, realizado pela SUDENE, no Recife, de 18 a 22 de setembro de 1966”, como também o “Congresso de Integração Nacional, sediado em Salvador, de 12 a 17 de setembro de 1966 (...) podem ser apontados como dois exemplos da sistematização de técnicas de polarização [espacial] ao contexto nacional” (BOMFIM, 2007, p. 180).

De modo geral, estamos em conformidade que:

Ambos os eventos destacados foram divulgadores daquilo produzido, em termos de planejamento territorial, no IBGE, no EPEA, nos bancos regionais etc. e que doravante se difundiria, na generalidade do uso do conceito “pólos de desenvolvimento”, enquanto prática, no território, traduzida pela seleção de certas áreas – cuja atividade motriz nem sempre seria a indústria, sendo grande o número de programas regionais estatais de polos agrícolas (como o POLAMAZÔNIA e o POLOCENTRO), e cuja viabilidade foi frequentemente pensada – isso é fundamental – em termos de simples dotação de infraestrutura (transportes, comunicações e energia) e de meios de financiamento público; como se esses elementos, por si, garantissem a transferência de tecnologia, também percebida como fator determinante para a imaginada irradiação do desenvolvimento pelo território (BOMFIM, 2007, p. 183).

Nesse sentido, destacou-se como as referências apareceram no estudo em tela. Uma vez que o significado deste estudo subsidiou a formulação da política de desenvolvimento regional do governo brasileiro da época. A partir do estudo, devia levar em consideração a existência de, pelo menos, dois níveis regionais básicos: o nível dos sistemas (ou macrorregiões do tipo da Amazônia, Nordeste, etc.) e o nível

³¹ No texto há o alerta de que os conceitos e termos utilizados tinham um caráter preliminar e estavam sujeitos a mudança (PEREIRA et al, 1966, p. 82).

das regiões (ou microrregiões do tipo das bacias fluviais, áreas metropolitanas, etc.) (PEREIRA et al, 1967, p. 82).

Essa divisão em níveis regionais devia-se pelo fato da extensão do território brasileiro. Fator que exigia essa divisão, ao contrário de outras experiências de planejamento, como no caso francês (idem)

Por isso, a exemplo da política de estímulos fiscais do governo federal, para que essa fosse a metodologia mais eficiente: “poderia ser diferenciada em função de pequenas regiões homogêneas”, evitando assim a aplicação indiscriminada no território de uma grande região. Da mesma forma, a política de investimentos governamentais deveria se atentar às “potencialidades de cada pequena região e através da organização de um esquema de polos de desenvolvimento distribuídos pelas diferentes regiões do país”. O exemplo dessa orientação foi o setor de transporte nacional (GEIPOT), que já estava “utilizando o estudo preliminar de polarização preparado pelo Conselho Nacional de Geografia (CNG) e pelo EPEA, no sentido de nortear a política de planejamento dos transportes do país” (PEREIRA et al, 1967, p. 82-83).

No caso do Brasil, os estudos básicos pretenderam-se trazer uma “definição da hierarquia da rede urbana no país e [uma] caracterização de regiões homogêneas”. Para tanto, em primeiro lugar dever-se-ia:

observar que a homogeneidade e a polarização são fenômenos que podem apresentar em graus e intensidades diversos. No caso brasileiro, é possível distinguir-se tanto pequenas como macrorregiões homogêneas e polarizadas. A Amazônia, o Nordeste, o Centro-Oeste, o Sudeste e o Extremo-Sul apresentam indiscutíveis características de homogeneidade. No que diz respeito à polarização em nível macrorregional, estudos preliminares elaborados pelo Conselho Nacional de Geografia apontaram a existência de 9 grandes polos no país: Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Fortaleza e Belém (PEREIRA et al, 1967, p. 85).

A caracterização em “regiões homogêneas e polarizadas” também se aplicava ao nível microrregional. Nesse nível a tarefa mais precisa era definir as características de homogeneidade “em função de recursos e condições naturais da área, do potencial demográfico, da estrutura atual da sua economia, dos aspectos socio-culturais, etc.” Assim, “um ou mais polos do desenvolvimento poderão ser caracterizados” nas pequenas regiões homogêneas, podendo ser elas próprias “consideradas como polos

difusos de desenvolvimento, do tipo agrícola turístico, etc” (PEREIRA et al, 1967, p. 85-86).

Nesse sentido, os estudos preliminares objetivavam apenas definir as regiões homogêneas e polarizadas em nível microrregional no Brasil. “Em ambos os casos fez-se uma compilação preliminar dos estudos existentes. A seguir, com a colaboração pessoal do Prof. Michel Rochefort, formulou-se uma metodologia adaptada às condições brasileiras que está atualmente [1966] em fase de aplicação” (PEREIRA et al, 1967, p. 86)

Com visto, as orientações dos especialistas estrangeiros, neste caso o geógrafo francês Michel Rochefort, de fato marcou a experiência do planejamento do desenvolvimento regional no Brasil. Neste estudo em específico sobre regiões homogêneas e estrutura de polarização, as quais se complementavam para os fins do estudo e que visavam maximizar o desenvolvimento econômico brasileiro, o ponto de vista de Rochefort mesclou-se com outros pontos de vista para dar conta da configuração territorial do país. Como podemos evidenciar no trecho a seguir:

...nas grandes concentrações metropolitanas, por exemplo, o estudo do **equipamento terciário** e da zona de influência atual do polo, será de melhor importância. Noutros, principalmente nas regiões pouco desenvolvidas ou ainda não colonizadas, os levantamentos de meio físico, recursos naturais, etc., básicos para a definição de regiões homogêneas, serão de maior importância. Na maioria dos casos, porém, estar-se-á numa posição intermediária: por um lado, a caracterização das regiões homogêneas e o estudo dos seus potenciais fornecerão indicações objetivas sobre as possibilidades locais de desenvolvimento; por outro, o estudo do **enquadramento terciário da rede urbana** da região indicará as localizações mais favoráveis para implantação das atividades econômicas (PEREIRA et al, 1967, p.86, destaque nosso).

Assim a opção pelos equipamentos terciários como indicadores de localizações privilegiadas aos investimentos, e assim, o elemento central para a hierarquização da rede urbana, tornou-se a prova da escolha pelo método desenvolvido por Rochefort. De modo que pese as mudanças para adaptá-la a realidade brasileira, utilizaram-se do mesmo modelo aplicado na França. Portanto, ao “indicar a localização ideal das atividades econômicas, pois, seria a finalidade principal, justamente como subsídio, sob responsabilidade do EPEA/CNG, impondo-se o aproveitamento do território com questão fundamental de superação do subdesenvolvimento” (BOMFIM, 2007, p.182-

183). Tarefa que parece ter animado todo o sistema de planejamento estatal brasileiro neste contexto.

Seguindo esta linha de raciocínio, foi proposto um “esquema de polos de desenvolvimento para o Plano Decenal do governo da época - projeto que fora abandonado (BOMFIM, 2007, p. 183). Neste caso, foi feita uma distinção entre “centros de polarização” e “polo de crescimento”, onde:

Centro de polarização é o mesmo que centro regional: uma grande cidade que, através de suas atividades de enquadramento terciário domina uma região; polo de desenvolvimento é um local de expansão de atividades que pode ser ao mesmo tempo um centro de polarização, ou, pertencer à área de influência de um deles. Assim, por exemplo, a expansão de Jundiaí como polo de crescimento industrial não significa que esta cidade se desenvolva como centro de polarização e amplie a sua região de influência, senão, que esta expansão vai adicionar forças as funções centralizadoras da cidade de São Paulo (PEREIRA et al, 1967 p. 86).

Da mesma forma que,

a instalação de indústrias numa cidade como Fortaleza pode significar o reforço da ação polarizadora pelo reforço de polo de crescimento. Nas regiões pouco desenvolvidas ou ainda não colonizadas, a criação de polos de crescimento pode dar origem a futuros centros de polarização (idem).

Em todo caso, ainda naquele momento, os estudos preliminares reconheceram ser preciso definir os tipos de polos a serem criados no Brasil. Nesse sentido, considerou-se “sumamente importante caracterizar no caso brasileiro, sete diferentes tipos de polos de desenvolvimento” (PEREIRA et al, 1967, p.86). Conformando assim, a seguinte hierarquização de polos de desenvolvimento para o território brasileiro:

1. Polos de desenvolvimento industrial de interesse nacional;
2. Polos de desenvolvimento industrial de interesse regional (macrorregional) ou estadual;
3. Polos de desenvolvimento industrial de interesse local (microrregional);
4. Polos de regiões agrícolas;
5. Polos de regiões turísticas de interesse nacional;
6. Polos de regiões turísticas de interesse regional, estadual e local;
7. Outros tipos de polos (culturais, etc.).

Para que “a definição dos tipos de polos e a escolha dos polos propriamente ditos” fosse “matéria de interesse geral, dela devendo participar todos os organismos regionais e estaduais de planejamento e de financiamento”. A principal meta do trabalho foi:

fornecer uma primeira ideia sobre nossos objetivos e métodos de trabalho. Os estudos estão desde já abertos às críticas e antes da definição final dos polos, alguns encontros deverão ser promovidos com técnicos das várias regiões e estados do país (PEREIRA et al, 1967, p. 86-87).

Ainda dentro destes estudos, a integração do planejamento local com o sistema de planejamento nacional seria facilitada a partir da definição de polos de desenvolvimento e de regiões homogêneas, através “da ação dos estados no sentido de coordenar o planejamento municipal” (PEREIRA, 1967, p. 87). Como resultado, a metodologia para um planejamento integrado em nível microrregional deveria partir das definições de regiões homogêneas e polos de desenvolvimento.

Entretanto, foi na parte dedicada aos estudos sobre “centros de polarização” que encontramos a noção de polarização espacial sendo aplicada a partir do “método adotado por M. Rochefort e J. Hautreux para o estudo da hierarquia urbana na França, com os melhoramentos introduzidos posteriormente pelo Prof. Michel Rochefort e devidamente adaptado para o Brasil” (PEREIRA et al, 1967, p.88).

Dessa forma o estudo básico para divisão do espaço brasileiro em regiões polarizadas considerou uma divisão funcional do país em dois níveis espaciais: as regiões de nível superior e as regiões de segundo nível. Portanto, considerou “como centros de regiões de nível superior as nove cidades que [...] tinham sido classificadas como metrópoles nacionais, metrópoles regionais e grandes capitais regionais” (PEREIRA et al, 1967, p. 88).

A partir de então, foram selecionados nove polos maiores, sendo eles: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Recife, Fortaleza e Belém. Os quais também seriam posteriormente estabelecidos como as primeiras regiões metropolitanas do Brasil. Isso demonstra que o uso da teoria dos polos de desenvolvimento repercutiu na prática do sistema de planejamento estatal brasileiro concretamente.

Com a definição do nível superior, passou-se à definição dos “centros secundários, em número de 66”, cujos quais “no interior de cada região de nível superior irradiam bens e serviços para um espaço que gravita em torno deles”. De modo a estabelecer “uma hierarquia, na qual a população de uma determinada área procura inicialmente o grande centro onde pode contar com bens e serviços mais especializados” (PEREIRA et al, 1967, p.89). Este circuito urbano tal como descrito não se sustentaria no mundo que se globalizava, mas no período em tela foi a concepção usada.

Tendo em mente que a intenção deste estudo preliminar foi aprofundar-se sobre o espaço funcional através de uma pesquisa sobre polos brasileiros, o que possibilitou “definir melhor esses polos e suas respectivas áreas de atuação”. Na medida que, considerando as adaptações teóricas para o caso brasileiro, o estudo básico para definição de polos de desenvolvimento no Brasil usou da:

...metodologia adotada por Michel Rochefort e Jean Hauteaux, que realizaram estudos sobre a hierarquia urbana da França para o Commissariat Général du Plan D'Équipement et de la Productivité e para o Ministère de la Construction tendo em vista a regionalização do V Plano do Governo Francês. No entanto, serão utilizados os melhoramentos introduzidos no método pelo Prof. Rochefort e divulgados no Brasil em agosto-setembro de 1966 (PEREIRA et al, 1967, p. 90).

Consequentemente, “para a classificação das cidades segundo o grau de polarização, tom[ou]-se em consideração a análise de 8 categorias de atividades terciárias” (PEREIRA et al, 1967, p. 90). Categorias a parte, o que tem que ser central é notar a ênfase dada ao setor de atividades terciárias da economia para identificar os “polos” e a consequente hierarquização urbana do Brasil. Metodologia que difere da proposta de polos de desenvolvimento criada por François Perroux, onde a ênfase estava no setor da indústria e sua capacidade de inovação tecnológica. Porém, os termos (polos) empregados foram os mesmos.

No estudo básico executado sob a orientação de Rochefort, encontramos a metodologia que,

Segundo o Prof. Michel Rochefort há, em primeiro lugar, que analisar o equipamento terciário polarizador e estudar sua distribuição pelos centros urbanos. Resulta uma classificação das cidades segundo o grau de polarização que possuem, vale dizer, segundo o equipamento que possuem. Em segundo lugar estabelece se a relação entre o

poder de polarização e a ação polarizadora, isto é, entre os equipamentos disponíveis das cidades e as áreas de influência que elas possuem (PEREIRA et al, 1967, p.90).

Com isso, a metodologia empregada, foi a seguinte: atribuiu-se uma nota de 0 a 10 para cada cidade de acordo com a disposição de cada uma das oito categorias definidas, a saber: comércio de mercadorias, atividades bancárias e financeiras, serviço de administração, serviço de consultoria, atividade de instrução, serviços de saúde, serviços de cultura, atividades de lazer. Portanto, a aplicação do “Método Rochefort-Hautreaux” ocorreu em duas etapas e com a execução das duas partes proposta, pode se obter:

Uma definição da hierarquia dos centros urbanos no Brasil. Evidentemente, a hierarquia será dada também em função das disparidades regionais existentes no país. Desta forma, será levada em consideração, tanto a nota final obtida por cada unidade urbana, como também a região em que a unidade urbana estiver contida. Assim, uma diferença relativamente marcante de notas entre Caruaru e Ponto Grossa, não implica necessariamente em um distanciamento hierárquico entre elas, porque, tanto uma como a outra serão julgadas dentro das regiões a que pertencem (PEREIRA et al, 1967, p. 93).

Contudo, será na parte dedicada a pesquisa sobre as regiões homogêneas que o uso do arcabouço teórico-conceitual e metodológico vinculados a economia espacial francesa fica explícito. Na busca de uma definição de regiões homogêneas no espaço geográfico brasileiro em diferentes níveis para fins de planejamento, dois problemas de ordem metodológica se impuseram. Isto é, “em termos de planejamento a indagação seria sobre o tamanho ótimo da região homogênea a ser dinamizada ou daquela que deverá ser criada como região programa” (idem)

Para que se chegasse numa maior precisão da metodologia empregada foram promovidos seminários internos no CNG para uma discussão metodológica mais detalhada.

Estes seminários foram dirigidos pelo Prof. Michel Rochefort, convidado do EPEA para tal fim. A orientação geral, que vinha sendo dada para o estudo das regiões homogêneas, foi mantida, tendo o Prof. Rochefort apresentado uma sistematização detalhada da organização do trabalho e da sucessão das fases (PEREIRA et al, 1967, p.96).

Com a caracterização das “unidades homogêneas” possibilitaria “a elaboração de verdadeiras regiões-programas, unidades de ação para um crescimento global harmônico” (PEREIRA et al, 1967, p. 97). Nada mais referencial em relação a teoria dos polos de desenvolvimento do que a noção de região-programa, ou seja, uma região definida para fins de planejamento.

Em um trabalho publicado na RBG, Pedro Pinchas Geiger nos ajuda a entender a repercussão da economia espacial francesa e a geografia ativa nos estudos regionais realizados pelos geógrafos *ibegeanos*. Este autor também contribui no entendimento da mudança metodológica para o processo de regionalização e a contribuição dos geógrafos para o planejamento. Relação que foi divulgada na publicação “*Geografia e Planejamento*” (1967), na qual Geiger defende uma volta aos estudos regionais, porém não mais baseados nas monografias regionais nos moldes vidalinas.

Sendo assim:

na volta ao estudo regional, não se trata mais de examinar isoladamente unidades espaciais da superfície, como se fossem fixas, geradas ou mantidas apenas pelas condições locais, pela natureza ou pelas atividades humanas tradicionais; nem o interesse fundamental reside na simples descrição dos aspectos formais originais das relações do homem com o meio, como se estas fossem imutáveis. Agora, a geometria se interessa, quando examina uma área, em ver a posição que ocupa na **estrutura regional** do conjunto do país, classificando-a como tipo de região ou espaço, cujas características resultam da superposição de processos gerais amplos a fatos locais (GEIGER, 1967, p. 114, destaque nosso).

Outro trabalho que encontramos na RBG e que demonstra a opção teórica aqui em analisada, e que está sob assinatura de Geiger, foi o “Esboço Preliminar da Divisão do Brasil na chamadas ‘Regiões Homogêneas’ (1967)³². Interessante foi notar que muitos estudos desse período tiveram seus resultados publicados em caráter de “**esboço**”, sobretudo os voltados a aplicação dos novos modelos, metodologias e teorias que ganhavam força científica no decorrer da segunda metade do século XX. Ou seja, as propostas da economia espacial francesa, a geografia ativa, a “regional Science” (as quais estariam em torno da noção de polarização espacial, em nossa leitura) e a nova geografia (*new geography* - anglo-saxã). Isto só para ficarmos no

³² Documento elaborado com contribuição de diversos autores do CNG cujo objetivo foi fornecer subsídios para a regionalização do Brasil como previsto no Plano Decenal (GEIGER, 1967, p. 59).

campo da geografia e sendo as orientações mais presentes na trajetória dos geógrafos e das geógrafas que orbitavam o IBGE, como exemplo da geografia produzida no Brasil.

Com a referência teórica de que o “trabalho regional pressupõe, pois, não apenas o conhecimento estático das paisagens e de seus elementos constituintes, mas também dos processos dinâmicos” ...cujo os conceitos empregados são os da economia espacial francesa, mas sem atribuí-la à Perroux e seus continuadores, mas sim referenciando as proposta de região advindas da geografia ativa, especificamente a Benrnad Kayser e Michel Rochefort. Considerando o primeiro como quem define os tipos de região mais adequados ao planejamento do período. O segundo foi tido como o definidor da noção de região polarizada. Nas palavras de Geiger (1967, p. 62), “as ‘regiões polarizadas’ seriam nesta forma, áreas dependentes de um mesmo centro de atividades terciárias segundo conceitos emitidos pelo Professor Michel Rochefort”. Ou seja, o elemento polarizador de uma região é o setor terciário e não a indústria, propriamente dita. Talvez, essa seja a principal diferença entre a metodologia de Rochefort para com a de François Perroux.

Para Geiger (1967, p. 63) “uma das formas da atuação do planejamento reside em criar condições de evolução de uma região ainda não organizada para região organizada, ou simplesmente de um tipo de região para outro”. Por exemplo, onde já existe **rede urbana** de relativa importância pela consolidação de **centros de polarização** existentes transformados em **polos de crescimento**, “a formação de cidade industrial junto a Recife” influiria “na evolução desta metrópole para centro de bacia urbana mais definida”. Contudo, “onde a **polarização** não existe ou é muito fraca”, dever-se-ia criar “uma nova cidade para servir de **centro de polarização** ou de **polo de crescimento**” (idem, destaque nosso).

Portanto, seguindo a proposta de uma concepção sobre o território nacional dividido entre espaços polarizados, homogêneos e de planejamento, cujo esforço nos parece ser de fazer certa mescla teórica-metodológica e conceitual. Sendo assim,

os estudos das chamadas ‘regiões homogêneas e polarizadas’ fornece elementos para a fixação de **regiões-programa**, áreas de implantação de planejamento integrado. A escolha de **regiões-programa** deve resultar de um confronto entre os objetivos específicos do planejamento econômico geral e as condições geográficas do território (GEIGER, 1967, p. 64, destaque nosso).

Como vimos a noção de região-programa parece ser a síntese a ser alcançada no que tange o planejamento do desenvolvimento regional do contexto em voga. Mesmo que não seja citado nominalmente no esboço exposto, o referencial de Perroux é marcante. Isso pode corroborar com a perspectiva que temos sobre o fato de não ter ocorrido uma controvérsia entre os economistas e geógrafos franceses, considerados os experts do planejamento, mas sim uma relação de apropriação e colaboração conceitual e esforços de atualizações.

Outro geógrafo do IBGE, como destacado, que se aproximou da noção de polarização espacial foi Speridião Faissol. Tal aproximação é notável em seu artigo publicado na RBG com o título: “*Polos de desenvolvimento no Brasil: uma metodologia quantitativa e uma exemplificação empírica*” (1972). Neste seu artigo, Faissol apresenta a noção de polos de desenvolvimento como conceito teórico com aceitação generalizada entre administradores e planejadores.

Para o autor, no Brasil,

chegou mesmo a haver uma certa disputa pela fixação de polos de desenvolvimento, nas mais diferentes áreas e com os mais diferentes objetivos específicos. Certamente a razão principal desta aceitação foi a de que num país subdesenvolvido, um polo de desenvolvimento seria o instrumento ideal e necessário a gerar uma reversão de expectativas e desencadear um processo de aceleração do desenvolvimento econômico (FAISSOL, 1972, p. 52).

Com maior interesse sobre a prática do tipo dos segundos especialistas, o geógrafo do IBGE propõe com seu artigo um trabalho de natureza metodológica. Que em nossa leitura serviu como orientação para os trabalhos que se seguiram sobre orientação de Faissol no instituto. Nesse sentido, buscava uma mescla entre a teoria dos polos e a matematização das análises geográficas voltadas ao planejamento do desenvolvimento regional.

Com isso, Faissol partindo das orientações de Brian Berry (1971), para quem existiriam dois tipos de urbanistas e planejadores: os “modernizadores” e os “tradicionalistas”. Brian Berry (p.143) conclui: ‘pólos de crescimento’ com ‘política de descentralização’ parecem ter atingido *status* de a última ‘moda’ em ‘planejamento’. Como todas estas últimas ‘modas’, uma avaliação precisa, agora, esperar o teste do tempo e da prática’ (FAISSOL, 1972, p. 54).

Seguindo tal orientação, Faissol (1972) teve como objetivo particular nos seus estudos “apresentar uma metodologia quantitativa de identificação de polos:

entendidos como um ponto cuja origem seria considerada ótima num determinado sistema de cidade” (FAISSOL, 1972, p. 54). Nesse sentido, Faissol considerava que o processo analítico poderia ser aplicado a diferentes níveis, dos quais parte no nível macrorregional, o que para ele tornara-se “possível identificar aqueles polos que têm uma significação nacional, maior ou menor, bem como os que têm significação apenas regional” (FAISSOL, 1972, p.54).

Mesmo que o artigo de Speridião Faissol tivesse um caráter metodológico, encontramos a preocupação deste geógrafo de elencar as principais propostas de planejamento do desenvolvimento regional, trazendo em seu artigo um diálogo interessante entre Brian Berry, John Friedmman, Myrdhal, A. Hirschimann. Todos amplamente conhecidos pelas contribuições da noção de polarização espacial.

Neste sentido, para Faissol (1972, p.57) “estas considerações pretenderam apenas destacar que o tamanho funcional de uma cidade, na medida em que ela reflete seu poder econômico agregado, tem, evidentemente, uma ampla conotação com a ideia de polo”.

Para o caso brasileiro, o papel de Faissol foi o de testar uma metodologia que:

embora simples, é bastante laboriosa e baseia-se em uma técnica analítica conhecida (Trend Surface Analysis), aplicada a partir de um programa de computador elaborado na Universidade de Ohio, Estado Unidos, e apresentado pelo Prof. Howard Gauthier na Reunião de Métodos Quantitativos da União Geográfica Internacional, realizada em abril de 1971, no Rio de Janeiro e sob patrocínio do Instituto Brasileiro de Geografia da Fundação IBGE (FAISSOL, 1972, p. 58).

Partindo desta perspectiva, Faissol estabeleceu uma proposta de hierarquização de polos. Hierarquização que se daria pela identificação dos Polos Nacionais e Polos Regional, ambos analisados a partir de suas funções gerais e função industrial. Sendo assim, a partir da “análise da rede urbana brasileira” definiu-se a seguinte hierarquia de polos.

No Centro-Sul foram identificados os únicos 2 Polos nacionais:

- 1) São Paulo (0,31) = 10%
- 2) Rio de Janeiro (0,30) = 8,1%

Já Metrôpoles nacionais e metrôpoles regionais, foram definidas a seguinte hierarquia:

- 1) Porto Alegre (0,34) = 2,5%

- 2) Belo Horizonte (0,27) = 2%
- 3) Curitiba (0,18) = 1%
- 4) Ribeirão Preto (não metrópole) – centro regional mais importante do Centro Sul (sistema de polarização espacial)
- 5) Goiânia

No Norte e Nordeste do país, nesse mesmo nível hierárquico, identificou-se:

- 1) Recife
- 2) Salvador
- 3) Fortaleza
- 4) Belem

Já no tocante a Estrutura industrial (composta por 152 cidades), a hierarquização seguiu da seguinte forma:

- 1) São Paulo
- 2) Rio de Janeiro
- 3) Porto Alegre
- 4) Belo Horizonte
- 5) Recife
- 6) Ribeirão Preto
- 7) Joinville

Entretanto, Faissol (1972, p.61) toma o cuidado de salientar que: “os resultados apresentados têm caráter fundamentalmente exploratório e preliminar, e tiveram, mais precipuamente, a função de apresentar uma metodologia já utilizada na literatura corrente sobre o assunto”.

Em caráter conclusivo como expõe Faissol, o objetivo do trabalho “foi mais de natureza metodológica”, não visando uma análise do sistema de polarização nacional e regional. Nem por isso, segundo o geógrafo do IBGE, os resultados obtidos parecem divergir de algumas concepções já firmadas sobre a rede urbana brasileira (FAISSOL, 1972, p.76).

CAPÍTULO 4 – CONCLUSÕES

A noção de espaço econômico é algo difundido no senso comum, ideia amplamente usada para caracterizar a rede de relações de forças que se estabelecem entre atividades econômicas. De fato, trata-se de uma abstração amplamente aceita e comumente empregada nas diferentes literaturas entre os diferentes campos da ciência. No entanto, o que pouco se debate é o arcabouço teórico-metodológico e conceitual de que tal noção se originou, isto é, da teoria dos polos de desenvolvimento de François Perroux. Portanto, nosso trabalho vem preencher essa lacuna presente na agenda de pesquisa dos geógrafos na atualidade e na historiografia do planejamento do território brasileiro.

Pretendemos com esta pesquisa esmiuçar a relação entre o que se produziu de conhecimento científico no campo do planejamento regional, com o que foi apresentado nos planos, programas e projetos dos escalões do sistema de planejamento estatal brasileiro. Para isso, usamos como nosso objeto de estudo a circulação da teoria dos polos de desenvolvimento que, mesmo elaborada para o mundo desenvolvido, foi importada por economistas e geógrafos interessados pelos estudos regionais e preocupados com o planejamento e o desenvolvimento econômico e social na América Latina, em especial, no Brasil.

De certo, pretendemos deixar aqui uma contribuição para a história do planejamento do território brasileiro, a partir do momento que se priorizou o planejamento do desenvolvimento regional e urbano como estratégia para a integração nacional.

Diante disso, esperamos ter alcançado mostrar que a originalidade da circulação da teoria dos polos de desenvolvimento no Brasil consistiu na sua flutuação e diversidade de interpretações que dela resultaram no âmbito dos estudos regionais e urbanos com vista ao subsídio das estratégias de desenvolvimento nacional. Nosso intuito com isso foi contribuir na ampliação da interpretação do planejamento do território teorizado e praticado no Brasil. Desse modo, queremos deixar um maior acúmulo de conhecimento referente aos estudos regionais do contexto histórico e geográfico que percorremos com nossa investigação. Como mostramos, de certa forma, foi oxigenada pela difusão da teoria dos polos de desenvolvimento e seus pressupostos teóricos-metodológicos e conceituais fundadas por François Perroux.

A partir do recorte histórico que a pesquisa nos levou, buscamos trazer neste trabalho, uma contribuição que buscou construir uma história ainda pouco explorada, mas como pudemos perceber, bastante importante na formação de recursos humanos especializados para a geografia produzida no Brasil a partir da década de 1950. Em nosso caso, o movimento intelectual que orbitava a prática e a teorização do planejamento do desenvolvimento regional e urbano.

Indubitavelmente, isso não significa a hegemonia desse movimento intelectual dentro do campo da geografia produzida no Brasil na época. Mas apenas demonstra um núcleo a mais, que talvez no anseio de fornecer um conhecimento útil para a sociedade, experimentou as novas teorias aprendidas no estrangeiro ou importadas como receitas de sucesso dos países desenvolvidos. Nesse sentido, é importante saber que, no Brasil, nesse momento não contava com especialistas domésticos já formados no âmbito da teoria e da prática do planejamento regional e urbano. Este fato, em nossa leitura, justifica em parte a sorte dos experimentos realizados pelos recém especialistas no campo do planejamento do desenvolvimento regional e urbano no país.

Nessa mesma linha de raciocínio, nesta dissertação, também apresentamos alguns personagens que possivelmente ganharam mais destaque que outros. Atribuindo-lhes a importância em um grau que talvez não tenham. Assim, reiteramos que nosso intuito não foi defender que tais personagens foram os principais nomes do campo do planejamento do desenvolvimento regional, porém mostrar mais um flanco desse círculo de afinidade, que se completa e soma-se a outros trabalhos já realizados. Assim sendo, nossa contribuição alcança mais esforços entre os arquitetos e urbanistas (CHIQUITO, 2011), os quais acompanharam boa parte de nossa dissertação.

O presente trabalho também coloca no rol de *experts* internacionais do planejamento regional que atuaram na América Latina o nome de François Perroux e de seu grupo.

Interessante apontar aqui que a partir da investigação sobre a trajetória de uma teoria científica fomos levados a nos aprofundarmos em caminhos que não imaginávamos, como por exemplo, visitar os documentos governamentais dos militares. Isso por si só comprovaria a relação entre ciência e sociedade (política, economia, cultura e espaço) e os usos e intencionalidades desta sobre aquela.

Também cabe nos explicar algumas sistematizações que buscamos criar na construção da narrativa da dissertação. Pois, como apresentamos no primeiro capítulo as formulações teóricas em torno do planejamento regional ocorreram no que se define como polarização espacial. E como visto, o objetivo central dessas formulações eram justamente promover o que se definiu como o campo do planejamento do desenvolvimento regional. O qual aglutina num círculo de afinidades especialistas de diferentes campos científicos e países, a exemplo dos economistas e geógrafos.

Sendo assim, entendemos que a partir da difusão na França, a teoria dos polos se inseriu e se propagou nos países da América Latina a partir de dois pontos de vistas. Por um lado, a recepção pelos técnicos especialistas que buscavam reinterpretar a teoria, adaptando-a. Por outro lado, os “críticos” da recepção, devido seu caráter de manutenção da estrutura de dominância entre os países, pressuposta que a teoria sustentava. Este movimento intelectual, definimos aqui como: a primeira sendo uma recepção crítica e a segunda sendo uma crítica da recepção da teoria! Como demonstrado no capítulo 2.

A partir desta investigação da recepção da teoria dos polos na América latina, nos permitiu ampliar a visão da transição teórica que em sua tese Chiquito (2011) apontou que ocorreu na CIBPU. Na realidade, como apresentamos, a transição teórica – que passou das inspirações dos modelos de planejamento a partir do aproveitamento do potencial das bacias hidrográficas para a estratégia dos polos de desenvolvimento – foi uma tendência geral no campo do planejamento do desenvolvimento regional do período. Isto ficou evidente ao estudarmos, por exemplo, a experiência latino-americana através dos debates e opções teóricas e práticas do ILPES.

Ademais, o elemento mais importante desta pesquisa foi encontrar com o nexos que animou todos os anseios planejadores da época: a ideia de estrutura. Em nosso caso, vista desde o campo do planejamento do desenvolvimento regional, ocorrendo com um maior interesse na prática dos geógrafos, objetivava-se definir as estruturas regional, urbana, industrial etc. Sendo estas definições passíveis de uma hierarquização a partir de polos de desenvolvimento, que no Brasil, priorizou o setor terciário como critério para a hierarquização urbana do país.

Também constatamos com esta pesquisa um quadro conceitual para época que, para além do conceito de região, apareceram outros tantos recorrentes na literatura geográfica, sendo eles: rede urbana, estrutura urbana, estrutura espacial,

hierarquia urbana, sistema espacial etc. Todos usados e desenvolvidos entre os estudos dos especialistas, destacadamente os geógrafos e as geógrafas que orbitavam o IBGE. Isto, de certa maneira, nos obriga a colocar em dúvida os usos e contribuições dessas noções para os dias atuais.

Entretanto, desse imbróglio teórico-metodológico e conceitual, o que se discutiu pouco, até agora, foi como a teoria dos polos de desenvolvimento permaneceu como orientação e modelo teórico mesmo após as transformações estruturais ocorridas na sociedade e no território brasileiro após o golpe militar de 1964. Desse modo, se manteve como referência teórica e, em certa medida, impulsionava a prática do planejamento estatal, com um enfoque na escala regional com vistas a integração nacional.

Ainda nessa conclusão, não podemos esquecer de mencionar os outros núcleos de recepção, circulação e divulgação da noção de polarização espacial no Brasil. Núcleos que não conseguimos dar os devidos destaques que merecem sobre o tema. Estes são os casos do IPEA e do CEDEPLAR. Esperemos com isso deixar estímulos às pesquisas futuras.

Por fim, o que mais causou curiosidade, mesmo com todo o histórico que encontramos e buscamos reconstruir, foi verificar como tais ideias possuem continuidades e força na prática do planejamento público e privado na atualidade³³.

Nesta perspectiva, parece-nos prudente afirmar que a história do uso da teoria dos polos de desenvolvimento no planejamento regional brasileiro está marcada por descontinuidades e permanências teórica-metodológicas e conceituais.

³³ O caso mais recente que podemos citar é o programa de polos de desenvolvimento do estado de São Paulo promovido no governo de João Dória (2016-2022). Para mais informações sobre o programa acessar: << <http://www.saopaulo.sp.gov.br/ultimas-noticias/governo-paulista-anuncia-11-polos-de-desenvolvimento-economico/>>> . Além disso, o município de Mauá-SP também possui uma regionalização a partir da noção de regiões de planejamento. Para visualizar essa regionalização, acessar: << http://www.maua.sp.gov.br/MapasTematicos/Mapa_RegiaoPlanejamento.pdf>>. Ainda Podemos citar um outro exemplo para uma escala microrregional << https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/Polos_de_Developmento_Regional_1261075971.pdf>>

REFERÊNCIAS

- ABREU, Silvana de. **Planejamento governamental: a SUDECO no "Espaço Mato-Grossense"**. Contexto, propósitos e contradições. 2001. 300 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- ALMEIDA, Roberto Schmidt de. O IBGE e a evolução da ideia de desenvolvimento no Brasil. **Revista Geográfica**, n. 120, p. 6-26, Jul./Dez. 1994.
- ÁLVAREZ, G. P. Polos de desarrollo, acumulación originaria y expansión capitalista. Un estudio comparativo del estado argentino, brasileño y español. **Theomai**, Patagônia, n. 34, Agosto 2016. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/jatsRepo/124/12450876009/html/index.html>>. Acesso em: 15 Outubro 2018.
- AMSTRONG, Warwick. Crítica de la teoría de polos de desarrollo. **Revista EURE**, 1973, p. 113 – 123.
- ANDRADE, M. C. D. **Espaço, polarização e desenvolvimento**. Recife: Imprensa Universitária, 1967.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Espaço, polarização e desenvolvimento**: a teoria dos polos de desenvolvimento e a realidade nordestina. Recife, Centro Regional de Administração Municipal [Imprensa Universitária], 1967. p. 151.
- BALBIM, Renato; CONTEL, Fabio Betioli. Região e Regionalização: Subsídios Teóricos para o Ordenamento Territorial e o Desenvolvimento Brasileiro. In: **Brasil em desenvolvimento 2013** : estado, planejamento e políticas públicas / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ; editores: Rogério Boueri, Marco Aurélio Costa. - Brasília : Ipea, 2013
- BENKO, Georges. **A Ciência Regional**. Oeiras. Portugal: Celta, 1999 [1988].
- BERDOULAY, Vicent. A abordagem contextual. **Espaço e cultura**, UERJ, N. 16, p. 47-56, 2003.
- _____. **A escola francesa de geografia: uma abordagem contextual**. 1 ed. – São Paulo; Perspectivas, 2017. 280p.
- BOISIER, Sergio. La teoría dos polos de crecimiento en las estrategias de desarrollo regional en América Latina. **Curso del ILPES**, Santiago, v. 1, n. 1, p.1-69, abr. 1976. Anual. Disponível em: <<https://repositorio.cepal.org>>. Acesso em: 15 nov. 2018.
- _____. Las transformaciones en el pensamiento regionalista latino americano: escenas, discursos e actores. **Repositório Cepal**, S/I, v. 1, n. 1, p.1-49, jul. 1993. Anual. Disponível em: <<https://repositorio.cepal.org>>. Acesso em: 15 out. 2018.
- _____. Polos de crecimiento: están muertos?. **Curso del ILPES**, Santiago, v. 1, n. 1, p.1-19, Não é um mês valido! 19801. Semestral. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/33056/S8000590_es.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2019.

BOMFIM, Paulo Roberto de Albuquerque. **A Ostentação Estatística**: um projeto geopolítico para o território nacional- Estado e planejamento no período pós-64. p.371. Tese de doutorado em Geografia, FFLCH-USP. 2007.

_____. Teoria e prática do planejamento regional no IBGE na década de 1960. **Terrabrasilis**, [s.l.], n. 3, p.1-34, 11 set. 2014.

BOUDEVILLE, Jacques R. Desenvolvimento e planejamento regional. **Boletim geográfico**. Rio de Janeiro, 32 (237), 1973, p. 5-15.

BRASIL (Estado). Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966. **Lei de Criação da Sudam**. 1. ed. D.F: Brasil,

_____. Lei nº 5727, de 4 de novembro de 1971. **Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento**: I PND - 1972/1974. 1. ed. D.F: Brasil,

_____. Lei nº 6.151, de 4 de dezembro de 1974. **Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento**: II PND - 1975/1979. 1. ed. D.F.: Brasil,

_____. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. **Plano Estratégico de Desenvolvimento**. Df: Brasil, 1967. 206 p.

CAMARGO, Alexandre de P. R. A revista brasileira de geografia e a organização o campo geográfico no Brasil (1939-1980). **Revista Brasileira de História da Ciência**, v. 2, n. 1, 2009.

CAMPOS JR, Ricardo Correia. **Teoria dos polos de desenvolvimento e geografia crítica**: uma aproximação das contribuições de Milton Santos. 2015. 69 f. TCC (Graduação) - Curso de Geografia (bacharelado), ILATIT, UNILA, Foz do Iguaçu, 2015. Cap. 3. Disponível em:

<<https://dspace.unila.edu.br/bitstream/handle/123456789/398/Teoria%20dos%20polos%20de%20desenvolvimento%20e%20geografia%20crítica%3A%20uma%20aproximação%20das%20contribuições%20de%20Milton%20Santos.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

CAPEL, Horário. HISTORIA DE LA CIENCIA E HISTORIA DE LAS DISCIPLINAS CIENTÍFICAS. **Cuadernos Críticos de Geografía Humana**: GeoCrítica, Barcelona, s/p, 1989. Anual. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/geo84c.htm>>. Acesso em: 29 out. 2018.

CHIQUITO, Elisângela de Almeida. **A Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí**: do planejamento de vale aos polos de desenvolvimento. Tese de Doutorado, FAU-USP, 2011.

_____. A. John Friedmann: um “expert” em planejamento regional na América Latina. Disponível em:< <http://www.iau.usp.br/shcu2016/anais/wp-content/uploads/pdfs/07.pdf>>. Acesso em: maio/2017

CLAVAL, Paul. Como construir a história da geografia? **Terrabrasilis**, [s.l.], n. 2, 24 jun. 2013, p.1-18.

_____. **Epistemologia da geografia**. trad. Margareth de Castro Afeche Pimenta, Joana Afeche Pimenta. 2. Ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

_____. Espaço e Território: as bifurcações da ciência regional. **Espaço e Economia**, ano 1, n1. 2012.

_____. **História da Geografia**. Lisboa: Edições 70, 2006. 140 p.

COHN, A. **Crise Regional e Planejamento (O processo de criação da SUDENE)**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

CORAGGIO, José Luis. **Hacia una revisión de la teoría de los polos de desarrollo**. Versão revisada do artigo de mesmo título publicado em: EURE, II, num. 4, 1972.

COUZON, Isabelle. Les espaces économiques de François Perroux (1950). Organisation de l'espace et aménagement du territoire dans l'économie et la géographie française au milieu du XXème siècle" in: **Revue d'histoire des sciences humaines**, Paris, no 9, 2003.

DIAZ, Andres Fernandez. François Perroux: la trayectoria de un gran maestro. Revista de Economía Política, Madrid, v. 1, n. 8, p.9-42, set. 1979. Semestral. Disponível em: <<http://www.cepc.gob.es/publicaciones/revistas/fondo-historico?IDR=11&IDN=988&IDA=31878>>. Acesso em: 10 out. 2018.

DINIZ, Clélio Campolina. Celso Furtado e o desenvolvimento regional. **Nova economia**, Belo Horizonte, 19 (2), 2009, pp. 227-249.

_____. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração nem continua polarização. **Nova Economia, Belo Horizonte**, v. 3, n. I, 1993.

DOSSE, François. **História do estruturalismo**. Bauru; EDUSC, 2007.511p.

EGLER, Cláudio A. G. Questão regional e gestão do território no Brasil. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto. 2 ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil; 2000.

FAISSOL, Speridião. **Urbanização e Regionalização: relações com o desenvolvimento econômico**. IBGE, 1975.

_____. Polos de desenvolvimento no Brasil: uma metodologia quantitativa e uma explicação empírica. **Revista brasileira de geografia**, nº 2(34), 1972.

_____. Polos de desenvolvimento no Brasil: uma metodologia quantitativa e uma explicação empírica. **Revista brasileira de geografia**, nº 2(34), 1972.

FLECK, Ludwik. Gênese e desenvolvimento de um fato científico. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010, pp. 20-94.

FURTADO, Celso. Retorno a Visão Global de Perroux e Prebisch. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 7, p.296-304, Não é um mês válido! 2012. Semestral.

GARDIN, Cleonice. **A comissão interestadual da bacia Paraná-Uruguai no planejamento regional brasileiro (1951-1972)**. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2009.

_____. **Histórico e avaliação do papel da comissão interestadual da bacia Paraná-Uruguai no desenvolvimento regional (1951-1972)** São Paulo e Mato Grosso. 2002. 349 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Geografia Humana, Dg/fflch/usp, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

GEIGER, Pedro Pinchas. Esboço Preliminar da divisão do Brasil nas chamadas regiões homogêneas. **Revista Brasileira de Geografia**: RBG, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p.59-64, jun. 1967. Quadrimestre.

_____. Geografia e Planejamento. **Revista Brasileira de Geografia**: RBG, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p.111-118, jun. 1967.

HANSEN, Niles M. Teoria dos pólos de desenvolvimento em um contexto regional p.p. 143 – 160.in: FAISSOL, S. **Urbanização e Regionalização: relações com o desenvolvimento econômico**. IBGE, 1975.

HOBBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos**: O breve século XX 1914 - 1991. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 598 p.

IANNI, Octávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. 6. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. 316 p.

KUKLINSKI, Antoni R. **Polos y centros de crecimiento en la planificación regional**. 1 ed. – México; Fondo de Cultura Económica, 1977. 347p.

LAMEGO, Mariana. **Práticas e representações da geografia quantitativa no Brasil**: a formação de uma caricatura / Mariana Lamego. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Geografia, Rio de Janeiro, 2010. 247 f.

LASUEN, J. R. A Respeito de polos de crescimento.p.p. 111 – 141. In:

LIMA, Ana Carolina da Cruz; SIMÕES, Rodrigo Ferreira. Teorias clássicas do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica: o caso do Brasil. **RDE: Revista de desenvolvimento econômico**, Salvador, v. 2, jul. 2010, p.5-19.

LO, F.-C.; SALIH, K. **Growth Pole Strategy and Regional Development Policy**: Asian Experience and Alternative Approaches. [S.l.]: Elsevier, 1978. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/book/9780080219844/growth-pole-strategy-and-regional-development-policy#book-description>>.

LUTER, Ryszard Rózga. La polariación espacial en las teorías de desarrollo regional. **Gestión y Política Pública**, vol. III, núm. I, 1994.

MAGNAGO, Angélica Alves. A Divisão regional brasileira: uma revisão bibliográfica: uma revisão bibliográfica. **Revista Brasileira de Geografia**: RBG, Rio Dejjaneiro, v. 4, n. 57, p.65-92, jun. 1995. Semestral. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7115>>. Acesso em: 29 out. 2017.

MATTOS, Carlos A. de. Paradigmas, modelos y estrategias en la práctica latinoamericana de planificación regional. **Curso del Ilpes**, Santiago, v. 1, n. 1, p.1-35, abr. 1984. Ano. Disponível em: <<https://repositorio.cepal.org>>. Acesso em: 25 maio 2018.

MERTON, Robert. A ciência e a estrutura social democrática.in: Ensaio de sociologia da ciência. Org. Anne Marcovich e Terry Shinn. São Paulo: Ed. Unesp, 2000, pp. 181-198.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Geografia, História e História da Geografia. In: **Terra Brasilis** (Nova Serie), 2|2012.

_____. **Ideologias Geográficas**. 5. Ed. São Paulo: Annablume, 2005, 156 p.

_____. **Território e história no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 2002.

_____. **Geografia: Pequena História Crítica**. 21. ed. São Paulo: Annablume, 2007. 149 p.

PARR, John B. Growth-pole Strategies in Regional Economic Planning: A Retrospective View. Part 1. Origins and Advocacy. **Urban Studies**, Vol. 36, No. 7, 1195- 1215, 1999.

PEDROSA, Breno Viotto. A recepção da teoria dos polos de crescimento no Brasil. **Terra Brasilis**, [s.l.], n. 9, p.1-15, 30 dez. 2017.

_____. **Entre as ruínas do muro: a história da geografia crítica sob a ótica da ideia de estrutura**. p.p. 330. Tese de doutorado em Geografia, FFLCH-USP. 2013.

PEIXOTO, F. A. Franceses e Norte Americanos nas Ciências Sociais Brasileira (1930 - 1960). In: MICELI, S. **História das Ciências Sociais no Brasil**. 2ª. ed. São Paulo: Sumaré, v. 1, 2001. p. 576.

PEREIRA et al. ESTUDOS básicos para a definição de polos de desenvolvimento no Brasil. **Revista brasileira de geografia**, nº 29 (1), 1967.

PERROUX, François. **A economia do século XX**. 2.ed.Lisboa: Herder, 1967.

_____. **Economic Space: theory and applications**. The quartel Journal of economics, Vol. 64, n.1, 1950. Pp.89-104.

_____. O conceito de polos de crescimento. In: FAISSOL, S. **Urbanização e Regionalização: relações com o desenvolvimento econômico**. IBGE, 1975. p.p. 99-110.

PIRES, Jovelino de Gomes. **SUDESUL: Uma abordagem institucional**. 1982. 138 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração Pública, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 1982.

RIFFO P., Luiz. **50 años del ILPES: evolución de los marcos conceptuales sobre desarrollo territorial**. 15. ed. Santiago: Cepal, 2013. 59 p. (Desarrollo territorial). Disponível em: <<https://repositorio.cepal.org>>. Acesso em: 14 fev. 2019.

ROCHEFORT, Michel. Um método de uma metrópole regional. **Boletim geográfico**, n. 198, 26, junh./maio, 1967, p. 11-15.

RODRÍGUEZ, J. S. L.; BERNAL, P. C. B.; MOLINA, G. Origen y establecimiento de un polo de crecimiento en Colombia, relato de la industria siderúrgica integrada. **Rev. esc.adm.neg**, Bogotá, n. 35, p. 122-139, Jul-Dez 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/ean/n75/n75a09.pdf>>. Acesso em: 15 Outubro 2018.

ROMO, H. G. Francois Perroux: pionero olvidado de la economia del desarrollo. **Revista Mundo Siglo XXI**. Volumen.3/n.11, 2008.

SANTOS, Milton. **Economia Espacial**. São Paulo: Edusp, 2003.

_____. O retorno do território. *OSAL : Observatorio Social de América Latina*. 6 de Jun de 2005, pp. 250-261.

SILVA, Carlos Alberto Franco da. Os avatares da teoria da difusão espacial: uma revisão teórica. **Revista brasileira de geografia**. Rio de Janeiro, v. 57, n. 1 jan./mar. 1995, p. 25-53.

SILVA, Marcelo Werner da. A geografia e o estudo do passado: Conceitos, periodizações e articulações espaçotemporais. **Terra Brasilis** (Nova Série) [online], 1| 2012.

SOUZA NETO, Manuel Fernandes de. As outras histórias: ou da necessidade delas. In: **Terra Brasilis** (Nova Série), 2|2012.

THIOLLENT, M. Maio de 1968 em Paris: testemunho de um estudante. **Tempo Social**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 63-100, Outubro 1998.

VIEIRA, Rosa Maria. Entrevista com Celso Furtado. **História Oral**, S/l, v. 7, n. 1, p.21-40, jun. 2004. Semestral. Disponível em:
<<http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path%5B%5D=74>>. Acesso em: 29 set. 2018.

APÊNDICE A – Organização e sistematização dos textos publicados na Revista Brasileira de Geografia do IBGE na secção Comentários sobre Planejamento Regional e Urbano, Industrialização, Regionalização e Desenvolvimento (1959-1982).

Autor	Título	Ano/nº
MILTON SANTOS	Geografia e Desenvolvimento Econômico	1959_v21_n4.
José NUNES GUIMARÃES	Problemas da Economia Brasileira	1960_v22_n3
ORLANDO VALVERDE	A geografia agrária como ramo da geografia econômica	1961_v23_n2
SALOMÃO SEREBRENICK	Planejamento Regional	1963_v25_n1
WALDIR FREITAS OLIVEIRA	Planificação Econômica e Planejamento Regional	1963_v25_n3
ANTÔNIO TEIXEIRA GUERRA	A Região Geográfica e sua importância para o Poder Nacional	1964_v26_n3
RUBENS DE MATTOS PEREIRA (EPEA); FANY RACHEL DAVIDOVICH, PEDRO PINCHAS GEIGER e ROBERTO LOBATO CORREIA (CNG)	Estudos básicos para definição de pólos de desenvolvimento no Brasil	1967_v29_n1
PEDRO PINCHAS GEIGER	Esbôço Preliminar da Divisão do Brasil nas Chamadas "Regiões Homogêneas"	1967_v29_n2
IGNEZ COSTA BARBOSA (Geógrafa do IBG)	Esbôço de uma nova divisão regional do Paraná	1967_v29_n3
PEDRO PINCHAS GEIGER (Geógrafo do IBG)	Geografia e Planejamento	1967_v29_n3
MILTON SANTOS (Traduzido do original por MARIA CECILIA DE QUEIROZ LACERDA)	Crescimento nacional e nova rede urbana: O exemplo do Brasil	1967_v29_n4
ROBERTO LOBATO CORRÊA (Geógrafo do I.B.G)	Os estudos de redes urbanas no Brasil	1967_v29_n4
BERTHA K. BECKER (Centro de Pesquisas de Geografia do Brasil)	As Migrações Internas no Brasil, Reflexos de uma Organização do Espaço Desequilibrada	1968_v30_n2
ROBERTO LOBATO CORRÊA (Geógrafo do IBG)	Estudo das Relações entre Cidade e Região	1969_v31_n1
FANY DAVIDOVICH (Geógrafa do IBG)	A experiência dos estudos de fluxos no IBG, como subsídio à regionalização	1969_v31_n2
Noticiário	Nova Divisão Regional do Brasil	1969_v31_n3
PEDRO PINCHAS GEIGER	Renovação na Geografia	1970_v32_n1
PEDRO PINCHAS GEIGER (Geógrafo do IBG)	Divisão regional e problema regional	1970_v32_n2
Lysia Maria C. Bernardes	Considerações sobre a Região do Rio de Janeiro	1971_v33_n4
SPERIDIÃO FAISSOL (Geógrafo do IBG)	Teorização e quantificação na Geografia	1972_v34_n1
Speridião Faissol	Comentário bibliográfico e notas à margem: "Explanation in Geography" de David Harvey	1972_v34_n2
SPERIDIÃO FAISSOL (Geógrafo do IBGE)	A Organização Espacial do Sistema Urbano Brasileiro: Relações entre a Estrutura das Cidades e as Relações entre Elas	1974_v36_n3

Speridião Faissol	Regiões nodais/funcionais: alguns comentários conceituais e metodológicos	1975_v37_n1
Silva Selingardi Sampaio	Considerações em torno da geografia industrial: teoria, métodos e uma nova técnica de mensuração da atividade fabril	1975_v37_n1
Roberto Vasconcelos Moreira da Rocha	Padrões de Localização Industrial e o Planejamento Regional	1975_v37_n1
NEY STRAUCH (Geógrafo do IBGE)	Principies of Areal Functional Organization in Regional Human Geography (PHILBRICK, Allen Ko)	1975_v37_n4
Peter E. Lloyd; Peter Dicken	Location in space: A theoretical approach to economic geography	1976_v38_n1
Bernard Marchand; Pedro Pinchas Geiger; Lourdes M. de M. Strauch; Maria Mônica V. C. O'Neill; Maria do Socorro Alves Coelho	Subsídios para o estudo do sistema urbano do nordeste: evolução da acessibilidade dos centros urbanos entre 1930 e 1974	1976_v38_n4
Fany Rachei Davidovich; Olga Maria Buarque de Lima	Análise de aglomerações urbanas no Brasil	1976_v38_n4
Aluizio Capdeville Duarte	Hierarquia de Localidades Centrais em 0Areas Subpovoadas: o Caso de Rondônia	1977_v39_n2
Nilo Bernardes	Uma Geografia (Sistêmica) dos Sistemas Econômicos	1977_v39_n2
Fany Davidovich	Reflexões sobre necessidades teóricas para estudos geográficos de problemas de urbanização brasileira	1977_v39_n3
Bertha K. Becker	Uma hipótese sobre a origem do fenômeno urbano numa fronteira de recursos do Brasil	1978_v40_n1
Bertha K. Becker; Nilo Bernardes	Considerações sobre o desenvolvimento regional e a localização espacial das atividades em países em desenvolvimento	1979_v41_n3
Aluizio Capdeville Duarte; Maria Rita da Silva Guimarães; Ruth Lopes da Cruz Magnanini; Sulamita Machado Hammerli	Considerações metodológicas para a definição de espaços homogêneos: o Estado do Espírito Santo como exemplificação empírica	1980_v42_n4
John W. Frazier	Geografia aplicada e pragmatismo	1981_v43_n2
Fany Rachei Davidovich; Maria Francisca T. Cavalcanti Cardoso	Resultados preliminares de um estudo geográfico sobre aglomerações urbanas no Brasil: análise do nível de instrução	1982_v44_n1
Pedro Pinchas Geiger; Vera Lúcia da Moita; Delerue Pedro Pinto Felicissimo; Alice Cora Vergara G. da Silva; Nelice Rezende Barbosa; Nádia Raab	Contribuição aos estudos da estrutura espacial do sistema industrial no Brasil (a criação de um sistema de dados)	1982_v44_n2

Fonte: <<<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7115>>>.
Elaboração própria.

**APÊNDICE B – Organização e sistematização dos artigos publicados na RBG sobre
Planejamento Regional e Urbano, Industrialização, Regionalização e Desenvolvimento
(1956-1989).**

Autor	Título	Ano/nº
PEDRO PINCHAS GEIGER	A Região Setentrional da Baixada Fluminense	1956_v18_n1
MÍLTON SANTOS	A Cidade de Jequié e sua Região	1956_v18_n1
PEDRO PINCHAS GEIGER	Urbanização e Industrialização na Orla Oriental da Baía de Guanabara	1956_v18_n4
SPERIDIÃO FAISSOL (Diretor da Divisão de Geografia do C.N.G.)	O Problema do Desenvolvimento Agrícola do Sudeste do Planalto Central do Brasil	1957_v19_n1
ORLANDO VALVERDE (Geógrafo do CNG)	Geografia Econômica e Social do Babaçu no Meio Norte	1957_v19_n4
ORLANDO VALVERDE	Estudo Regional da Zona da Mata, de Minas Gerais	1958_v20_n1
MILTON SANTOS (Prof. da Faculdade Católica de Filosofia da Bahia)	Localização Industrial em Salvador	1958_v20_n3
ARTUR CÉSAR FERREIRA REIS	O Planejamento Regional – Suas características e particularidades, ensinamentos decorrentes de experiências estrangeiras	1958_v20_n4
PEDRO PINCHAS GEIGER (Geógrafo do CNG)	Ensaio para a Estrutura Urbana do Rio de Janeiro	1960_v22_n1
PEDRO GEIGER e FANY DAVIDOVICH	Aspectos do fato urbano no Brasil	1961_v23_n2
ORLANDO VALVERDE et al	Geografia Econômica do Nordeste Potiguar	1962_v24_n1
ORLANDO VALVERDE	Geografia Econômica do Nordeste Potiguar (Retificação)	1962_v24_n2
GRUPO DA GEOGRAFIA DAS INDÚSTRIAS (comandado por Michel Rochefort)	Estudos para a Geografia das Indústrias do Brasil Sudeste	1963_v25_n2
FÁBIO DE MACEDO SOARES GUIMARÃES	Observações sobre o problema da Divisão Regional	1963_v25_n3
MÁRIO LACERDA DE MELO	Nordeste, Planejamento e Geografia	1963_v25_n3
GERALDO J. DA ROSA E SILVA	Alimentação e subdesenvolvimento no Brasil	1964_v26_n3
SALOMÃO SEREBRENICK	Estudo crítico de Planejamentos Regionais do Nordeste	1965_v27_n1
ROBERTO LOBATO CORRÊA	Contribuição ao Estudo da Área de Influência de Aracaju	1965_v27_n2
ARMEN MAMIGONIAN	Estudo Geográfico das Indústrias de Blumenau	1965_v27_n3
J. CEZAR DE MAGALHÃES (Geógrafo do Conselho Nacional de Geografia)	A Função Industrial de Petrópolis	1966_v28_n1
BERTHA K. BECKER (Centro de Pesquisas de Geografia da U.B.)	O mercado carioca e seu sistema de abastecimento	1966_v28_n2
BERTHA K. BECKER	Expansão do mercado urbano e transformação da economia pastoril	1966_v28_n4
FANY DAVIDOVICH	Aspectos geográficos de um centro industrial: Jundiaí em 1962	1966_v28_n4

ROBERTO LOBATO CORRÊA (Geógrafo do IBG)	CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DO PAPEL DIRIGENTE DAS METRÓPOLES BRASILEIRAS	1968_v30_n2
Pedro Pinchas Geiger	Regionalização	1969_v31_n1
Elza Coelho de Souza Keller (Geógrafa do IBG)	As Funções Regionais e a Zona de Influência de Campinas	1969_v31_n2
JOSÉ CEZAR DE MAGALHÃES (Geógrafo do IBG)	ESTUDO GEOGRAFICO DOS PORTOS E DE SUAS HINTERLANDIAS	1969_v31_n2
José Alexandre Felizola Diniz (Prof. Unesp)	A Zona de Influência de Aracaju	1969_v31_n3
GRUPO DE ÁREAS METROPOLITANAS (Marília Velloso Galvão Speridião Faissol Olga Maria Buarque de Lima Elisa Maria José Mendes de Almeida)	Áreas de pesquisa para determinação de áreas metropolitanas	1969_v31_n4
MARÍLIA VELLOSO GALVAO; SPERIDIAO FAISSOL	Divisão Regional do Brasil	1969_v31_n4
SPERIDIÃO FAISSOL	Pólos de Desenvolvimento no Brasil: uma Metodologia Quantitativa e uma Exemplificação Empírica	1972_v34_n2
Brian J. L. Berry	Um Paradigma para a Geografia Moderna	1972_v34_n3
Speridião Faissol	A Estrutura Urbana Brasileira: Uma Visão do Processo Brasileiro de Desenvolvimento Econômico	1972_v34_n3
ROBERTO LOBATO CORRÊA (Geógrafo do IBG); VANDA SILVIA LOJKASEK (Estagiária do IBG)	Uma Definição Estatística da Hierarquia Urbana	1972_v34_n3
SPERIDIÃO FAISSOL; MARIA DAS GRAÇAS OLIVEIRA; ARMINDO ALVES PEDROSA	A Cadeia de Markov como Método Descritivo de Distância Funcional: Delimitação de Regiões Funcionais e Nodais.	1972_v34_n4
SPERIDIÃO FAISSOL	Análise Fatorial: Problemas e Aplicações na Geografia, especialmente nos Estudos Urbanos.	1972_v34_n4
BERTHA K. BECKER	Crescimento Econômico e Estrutura Espacial do Brasil.	1972_v34_n4
SPERIDIÃO FAISSOL (Geógrafo da Fundação IBGE)	Um modelo de análise regional para fins de planejamento econômico: integração de sistemas de regiões formais e funcionais	1973_v35_n1
Pedro Pinchas Geiger (Geógrafo da Fundação IBGE)	Diretrizes e Prioridades em Pesquisas Urbanas	1973_v35_n1
Speridião Faissol	Migrações Internas no Brasil e suas Repercussões no Crescimento Urbano e Desenvolvimento Econômico	1973_v35_n2
Speridião Faissol	O Processo de Difusão no Sistema Urbano Brasileiro: Análise do padrão de distribuição espacial de centros urbanos e seu ajustamento a distribuições de probabilidades.	1973_v35_n3
Bertha K. Becker	O Norte do Espírito Santo	1973_v35_n3
Speridião Faissol	O Sistema Urbano Brasileiro: uma análise e interpretação para fins de planejamento.	1973_v35_n4
Bertha K. Becker	O Norte do Espírito Santo, Região Periférica em Transformação (conclusão)	1973_v35_n4
Bertha K. Becker	A Amazônia na Estrutura Espacial do Brasil	1974_v36_n2

Pedro Pinchas Geiger; Fany Rachei Davidovich	Reflexões sobre a Evolução da Estrutura Espacial do Brasil sob o Efeito da Industrialização	1974_v36_n3
Roberto Vasconcelos Moreira da Rocha	Subsídios à Regionalização e Classificação Funcional das Cidades: Estudo de Caso - Estado de São Paulo	1974_v36_n3
Pedro Pinchas Geiger; Maria Salette Ney da Motta Lima; Myriam Emile Abi Abib	Distribuição de atividades agropastoris em torno da metrópole de São Paulo	1974_v36_n4
Speridião Faissol; Marília Galvão; Pedro P. Geiger	Estudos urbano-regionais na área de influência do Recife	1975_v37_n1
Fany Rachei Davidovich; Olga Maria Buarque de Lima	Contribuição ao estudo de aglomerações urbanas no Brasil	1975_v37_n1
Speridião Faissol	Espaço, Geografia e Ciências Sociais	1975_v37_n4
C. Ernesto S. Lindgren; Elane Frossard Barbosa; Roberto Tavares Petterle	Hierarquia de centros na cidade do Rio de Janeiro	1976_v38_n1
Werner Baer Pedro Pinchas Geiger e Colaboradores	Industrialização, Urbanização e a Persistência das Desigualdades Regionais do Brasil	1976_v38_n2
Grupo de Estudos de Regionalização - IBGE	Proposição Metodológica para Revisão da Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas	1976_v38_n2
Grupo de Estudos de Regionalização	Avaliação da Metodologia Proposta para a Revisão da Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas	1976_v38_n3
Fany Rachei Davidovich; Marília Velloso Galvão; Olga M. Buarque de Lima; Pedro Pinchas Geiger	Considerações sobre perspectivas geográficas do meio ambiente urbano	1976_v38_n4
Lucia Elena Garcia de Oliveira	Algumas considerações sobre a implantação de distritos industriais	1976_v38_n4
Paulo Roberto Haddad	Padrões Regionais de crescimento do emprego industrial de 1950 a 1970	1977_v39_n1
Rosa Maria Porcaro	Industrialização e tamanho urbano	1977_v39_n1
Dália Maimon; Pedro Pinchas Geiger; Werner Baer	O impacto regional das políticas econômicas no Brasil	1977_v39_n3
Maria Salette de Souza	Contribuição ao estudo da hierarquia urbana no Ceará	1977_v39_n3
Speridião Faissol	Teorização e quantificação na Geografia	1978_v40_n1
Fany Davidovich	Escalas de urbanização: uma perspectiva geográfica do sistema urbano brasileiro	1978_v40_n1
Miguel Ângelo Campos Ribeiro	Principais linhas de abordagem e estudos empíricos a nível intra-urbano: uma resenha em torno da localização industrial	1982_v44_n3
Olga M. Buarque de Lima Fredrich; Fany Davidovich	A configuração espacial do sistema urbano brasileiro como expressão no território da divisão social do trabalho	1982_v44_n4
Bertha K. Becker	A crise do Estado e a região - a estratégia da descentralização em questão	1986_v48_n1
Speridião Faissol; Lana Lima Moreira; Marilourdes Lopes Ferreira	O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO BRASILEIRO: UMA CONTRIBUIÇÃO À FORMULAÇÃO DE UMA Política DE DESENVOLVIMENTO URBANO/REGIONAL	1987_v49_n2
Jorge Fernando de Santana	O PLANEJAMENTO REGIONAL DO NORDESTE BRASILEIRO E O PAPEL DA SUDENE	rbg_1989_v51_n2

Fonte: <<<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7115>>>.
Elaboração própria.